

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA.

**PROVÍNCIA DE SANTA FÉ (ARGENTINA): AS
TRANSFORMAÇÕES NA DINÂMICA PRODUTIVA AGRÍCOLA
A PARTIR DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS DA DÉCADA DE
1990.**

PABLO MARTIN BENDER

FLORIANÓPOLIS/SC, março de 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA.

**PROVÍNCIA DE SANTA FÉ (ARGENTINA): AS
TRANSFORMAÇÕES NA DINÂMICA PRODUTIVA AGRÍCOLA
A PARTIR DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS DA DÉCADA DE
1990.**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal de Santa Catarina
como requisito parcial para obtenção do
grau de Mestre em Geografia.

Orientação: Prof. Dr. Nazareno José de
Campos.

FLORIANÓPOLIS/SC, março de 2011.

Este trabalho é dedicado a
minha família, amigos e seres queridos,
todos vocês escreveram comigo
esta dissertação.

AGRADECIMENTOS:

A Deus Supremo, criador do tempo e do espaço; obrigado por todas as coisas!

À minha *nona* Rosa, por ter me cuidado desde criança, e a todos os meus valentes antepassados, alguns dos quais atravessaram em um barco o grande Atlântico.

A meu pai, Angel, por seu exemplo de trabalho dedicado, humildade e sacrifício. À minha mãe, Raquel, pelo seu modelo de luta, trabalho, alegria e inesgotável generosidade, e por ter sempre me incentivado e ajudado a estudar e trabalhar.

À minha amada esposa Juliana, *hermosa* gaúcha da fronteira. A sua alegria, companhia e amor são uns dos meus maiores tesouros.

Aos meus irmãos Patri e Diego, e especialmente a *mi hermano* Adrián, por ser tão bom comigo sempre; e a minha querida afilhada Selene, pela sua ternura e amor. Obrigado Elo, Nachi e Santi! Tomara que algum dia todos possam conhecer o Brasil pelo menos tanto quanto eu. A todos os meus familiares, obrigado!

À minha querida terra natal, musa inspiradora desta dissertação, e ao povo brasileiro, por ter me acolhido cordialmente como filho adotivo.

Ao Estado brasileiro, pelo seu interesse no desenvolvimento da educação superior, e à CAPES, pela bolsa que me permitiu dedicar todos os meus esforços ao estudo, nestes dois anos de mestrado.

Aos professores do curso de Geografia da *Universidad Nacional del Litoral*, em especial à professora e Ms. Luisa D'angelo, que me deu a primeira idéia para a realização desta dissertação; e ao professor Dr. Ramiro Fernandez, pelas suas estimulantes aulas de Geografia Econômica. À professora Laura Tarabella e ao professor Gustavo Peretti.

Ao professor orientador Dr. Nazareno de Campos, pela sua valiosa colaboração e amizade.

A todos os que tornam possível o programa de pós-graduação em Geografia da UFSC, especialmente aos professores Nazareno, Carlos, Marcos Aurélio, Messias, Clésio, Ewerton e Magaly, pelas suas brilhantes aulas e suportes teóricos, e por terem resolvido eficientemente os meus problemas “burocráticos”, contando claro, com a participação especial da Marly.

A todos os meus inestimáveis amigos e amigas, daqui e de lá, grandes figuras, verdadeiros *hermanos*! Arigato, sasete itadakimasu! E obrigado computador! Você foi um colaborador fiel e muito importante!

A todos e todas! Muitíssimo obrigado por terem me ajudado a cumprir este sonho! Tomara que algum dia eu possa retribuir tamanha generosidade!

RESUMO.

Este trabalho pretende analisar, a partir da comparação de dados, as mudanças na dinâmica produtiva do espaço rural da província de Santa Fé, a partir das políticas econômicas aplicadas na década de 1990. As modificações serão entendidas sob o histórico processo de construção ou de “formação sócio-espacial” da província e da região pampeana. Esta pesquisa demonstrará os avanços das relações capitalistas de produção sobre o cada vez menos diversificado e mais modernizado espaço rural santafesino. Relacionado a isto analisará a crescente interligação e subordinação da agricultura á indústria e ao mercado. A presente dissertação também procurará considerar o papel dos mercados e das políticas externas como forças que modificam o local. Por fim, serão apresentadas algumas das alterações e continuidades no papel do Estado no referente à política econômica a partir do governo Kirchner, em 2003.

Palavras chave: Geografia de Santa Fé, Estado Argentino, Agricultura Pampeana, Agroindústria de Soja, Agroportos Industriais.

RESUMEM.

Este trabajo pretende analizar, a partir de la comparación de datos e la revisión teórica, las modificaciones en la dinámica productiva del espacio rural de la provincia de Santa Fe, a partir de las políticas económicas aplicadas en la década de 1990. Las modificaciones serán entendidas en el contexto histórico de construcción o “formación económica y social” de la provincia y de la región pampeana. La presente disertación procurará considerar el papel de los mercados y de las políticas externas como fuerzas que modifican lo local. También se demostrarán los avances en las relaciones capitalistas de producción sobre el cada vez menos diversificado e más modernizado espacio rural santafesino. Relacionado a esto, analizará la creciente relación y subordinación de la agricultura para con la industria y el mercado. Por fin, serán presentadas algunas modificaciones en el papel del Estado a partir del gobierno Kirchner, en 2003.

Palabras llave: Geografía de Santa Fe, Agricultura Pampeana, Agroindustria de Soja, Agropuertos Industriales, Estado Argentino.

ABSTRACT.

The purpose of this work is to analyse, through the data comparison and the bibliographical revision, the changes of the productive dynamic of the rural area in Santa Fe district, this will be done according to the economic strategies used in 1990 decade. These changes will be understood within the historic context or “economic and social situation” in the province and in the Pampean area. This present dissertation will try to consider the role of the market and the external policies as forces which have influence on the local area. Furthermore, the advances in the productive capitalistic relations in the rural area of Santa Fe, which is less diversified and more modern, will also be shown. Related to this, the growing relation and the subordination of the agriculture to the industry and the market will be analyzed. All in all, some changes in the role of the State in Kirchner Government, in 2003 will be presented.

Key words: Geography of Santa Fe, Pampean Agriculture, Agro-industry of Soybean, Land-ports industrialists, Argentine State.

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 Regiões sócio-econômicas argentinas	26
MAPA 2 Caracterização sócio-espacial da Província de Santa Fé.....	29
MAPA 3 Noroeste Santafesino	31
MAPA 4 Área Centro e Nordeste.....	50
MAPA 5 Área Sul da província de Santa Fé	59
MAPA 6 Território controlado pelo Estado Nacional depois da Independência	60
MAPA 7 Capacidade produtiva dos solos santafesinos	69
MAPA 8 O cultivo de soja na Argentina entre 1971 e 2005	85
MAPA 9 Profundidade do dragado do rio Paraná	92
MAPA 10 Ferrovias do “Nuevo Central Argentino”	95
MAPA 11 Exportações e importações das principais aduanas argentinas	106
MAPA 12 Localização do principal pólo agro-industrial e portuário argentino.....	109
MAPA 13 Divisão política da província de Sant Fé.....	116
MAPA 14 A teoria de Von Thünen aplicada à compreensão do espaço rural santafesino.	130

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 Exportações das províncias pampeanas. Anos 2005-2008.....	27
GRÁFICO 2 Exportações argentinas por regiões, anos 2005 e 2008.....	27
GRÁFICO 3 Relação porcentual entre dívida externa e PBI	79
GRÁFICO 4 Participação na área global de cultivos transgênicos	88
GRÁFICO 5 Crescimento mundial de cultivos GM	88
GRÁFICO 6 Complexos exportadores + manufaturas de origem industrial	102
GRÁFICO 7 Tamanho médio das EAPs por departamentos	119
GRÁFICO 8 Evolução do número de EAPs na província de Santa Fé	120
GRÁFICO 9 EAPs que combinam propriedade com arrendamento	121
GRÁFICO 10 EAPs com toda a sua terra em prioridade	122
GRÁFICO 11 Incremento no cultivo de soja na província de Santa Fé	124

LISTA DE FOTOS

FOTO 1 Moeda de “La Forestal”	35
FOTO 2 Ex-fábrica de tanino de “La Forestal”,	38
FOTO 3 Ex-lenhador de “La Forestal” junto a exemplares de “quebracho”	40
FOTO 4 “Molino Angelita”	52
FOTO 5 Prefeitura de Esperanza	53
FOTO 6 “Segadora atadora en trabajo”	55
FOTO 7 “Trilladora alzada inventada por Federico Urfer- Colônia Esperanza”	56
FOTO 8 “Trilladora de maní”	56
FOTO 9 Trator a vapor, no museu de maquinaria agrícola	57
FOTO 10 Produtores em greve na localidade de Alcorta	65
FOTO 11 Ponte “Nuestra Señora del Rosario”	93
FOTO 12 Agroporto-industrial de Molinos Rio de La Plata	112
FOTO 13 Agroporto industrial de Vicentín	113
FOTO 14 Soja em espaço público.....	126
FOTO 15 Inércia dinâmica do espaço	129

SUMÁRIO.

INTRODUÇÃO. _____	19
CAPÍTULO 1: GÊNESE DA FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL	
SANTAFESINA. _____	29
1.1. Área Noroeste: Relações sociais de produção entre 1890 e 1963. _____	30
1.1.1. Aspectos internos de servidão sob domínio do capital industrial externo _____	33
1.2. Área Centro e Nordeste: pequena produção mercantil e desenvolvimento econômico. _____	41
1.2.1. O contexto político e econômico em escala nacional no período da colonização santafesina: _____	42
1.2.2. A colonização no centro e nordeste de Santa Fé. ____	47
1.2.3. Um esboço das relações de produção nas colônias. ____	54
1.3. Área sul: arrendatários e fazendeiros. _____	59
1.3.1. Santa Fé ao sul, uma fronteira interior. _____	59
1.3.2. A política imigratória e o acesso à propriedade da terra. _____	62
1.3.3. A importância da atividade agrícola na província de Santa Fé em fins do século XIX. _____	63
1.3.5. “El grito de Alcorta”. _____	64
1.3.6. As relações de produção que dominaram o sul de Santa Fé _____	66
1.3.7. A renda da terra no sul santafesino: _____	68
1.3.8. O preço da terra. _____	71
CAPÍTULO 2: ESTRUTURA E INFRAESTRUTURA DA AGROINDÚSTRIA DE SOJA NA ARGENTINA: LÓGICA ESPACIAL DA SUA LOCALIZAÇÃO, E A SUPERESTRUTURA JURÍDICA E POLÍTICA QUE PERMITIU A SUA CONSOLIDAÇÃO NOS ÚLTIMOS 20 ANOS. _____	77
2.1. O surgimento do gigantismo financeiro mundial e da dívida externa Argentina. _____	77
2.2. Normas e produção do espaço nos anos 1990. _____	82
2.3. Política pública que permitiu a expansão do capital agroindustrial na década de 1990. _____	86
CAPÍTULO 3. A CRESCENTE RELAÇÃO ENTRE A PRODUÇÃO DE SOJA E A AGROINDÚSTRIA DO SUL SANTAFESINO. ____	99
3.1. A teoria dos pólos de crescimento de Perroux e a sua aplicação ao entendimento do espaço do sul santafesino. _____	102

3.2. A concentração territorial da agroindústria de soja na argentina.	104
3.3. O oligopólio do óleo de soja, o grande setor exportador argentino.	108
3.4. O aprofundamento das relações de produção capitalistas no espaço rural da província de Santa Fé e a monopolização do espaço pelo cultivo de soja.	114
3.4.1 Expropriação, tamanho das EAPs e renda:	115
3.4.2. A “sojização” da província.	123
3.4.3. A atividade leiteira:	127
3.4.4 Máquinas e insumos.	131
3.5. Os conflitos agrários.	134
REFLEXÕES CONCLUSIVAS:	137
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO:	146

PROVÍNCIA DE SANTA FÉ (ARGENTINA): AS TRANSFORMAÇÕES NA DINÂMICA PRODUTIVA AGRÍCOLA A PARTIR DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS DA DÉCADA DE 1990.

INTRODUÇÃO.

O objeto de estudo do presente trabalho serão as “Explorações Agro-Pecuárias” (EAP)¹ da província de Santa Fé (ver mapa de localização) e a sua evolução e transformação no tempo e no espaço, com ênfase nas marcantes mudanças após 1990. Naquele espaço podemos distinguir, dadas as características históricas, três formações sócio-espaciais que no transcorrer do trabalho iremos caracterizando.

Assim, objetiva-se nesta pesquisa, analisar o processo de formação e dinâmica sócio-espacial da província de Santa Fé, enfatizando as modificações ocorridas na estrutura agrária e na dinâmica produtiva fundamentalmente após os anos 1990. Também pretendemos analisar o atual atraso econômico do noroeste santafesino e a relativa prosperidade do centro e do sul, a partir das análises das diferentes heranças na estrutura agrária e nas relações de produção.

Analisando o Censo Nacional da Agricultura (CNA) de 1988, ainda se pode distinguir claramente o legado do passado, sob a forma de organização do espaço e das relações de produção na província. No entanto, a partir da década de 1990 a Argentina, assim como os demais países da América Latina, passa a sofrer um novo período de reestruturação do modo de produção capitalista comandado pelos “países centrais” e caracterizado pela abertura e desregulamentação dos mercados, e por uma forte tendência para a concentração ainda maior do capital.

As zonas rurais da província de Santa Fé não escapam a tais mudanças na política econômica dos anos 90, vendo transformar drasticamente sua estrutura agrícola. A diversidade produtiva também

¹ Segundo o Instituto Nacional de Estadísticas y Censos” da Argentina (INDEC), uma EAP é: “la unidad de organización de la producción, con una superficie no menor a 500 m2 dentro de los límites de una misma provincia que, independientemente del número de parcelas (terrenos no contiguos) que la integren: 1) produce bienes agrícolas, pecuarios o forestales destinados al mercado; 2) tiene una dirección que asume la gestión y los riesgos de la actividad: el productor; 3) utiliza los mismos medios de producción de uso durable y parte de la misma mano de obra en todas las parcelas que la integran”(GLOSARIO, 2002, p:1).

sofreu forte impacto, observando-se no CNA de 2002, uma forte tendência para a “agriculturização” do espaço de produção pecuária, com pronunciadas transformações na paisagem, e uma contínua tendência à concentração da propriedade da terra e o aumento do despovoamento rural.

A Argentina se vê afetada nessa década por fortes forças verticais que reestruturaram o espaço e as relações sociais de produção, conforme o percebido na figura a seguir.

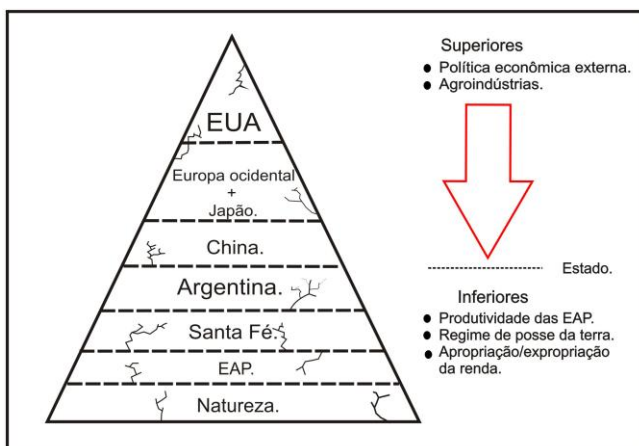


Figura 1: Origem e hierarquia das forças “verticais” de estruturação do espaço.

Fonte: elaboração própria. A China foi colocada na pirâmide não só pela grande influência que está exercendo na economia mundial, mas também porque, como veremos, é a principal compradora do produto que transformou o espaço rural pampeano na década de 1990, a soja. A pirâmide mostra fissuras, simbolizando os conflitos que o sistema apresenta em todos seus níveis, alguns dos quais trataremos neste trabalho.

Os atores encarregados de transformar as estruturas produtivas serão as grandes empresas agroindustriais, em um ambiente de políticas sociais e econômicas funcionais a estes setores; e os organismos de crédito internacional, que financiaram a desindustrialização argentina já a partir da ditadura militar iniciada em 1976. Neste contexto, os países da periferia do sistema capitalista mundial entre os que se encontra a Argentina, serão influenciados principalmente por um novo agente do

imperialismo que determinará também as transformações do seu espaço rural: o dólar.

Neste intervim, as transformações acontecidas na província de Santa Fé na década dos anos 1990 serão analisadas a partir de escalas espaciais maiores, sobretudo em relação à histórica inserção desta província na chamada “região pampeana”, área que tem tido, desde as origens da República Argentina, uma significativa conectividade com os mercados e capitais externos.

Não obstante, para compreendermos as grandes mudanças produzidas a partir dos anos 1990, torna-se necessário analisar o passado da província e compreender a gênese das diferentes formações sócio-espaciais santafesinas, que tem características históricas muito específicas e diversas. Neste sentido, observando as palavras de Milton Santos:

Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir sua transformação a serviço do homem. Pois a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço ele mesmo é social (SANTOS, 1979: 9).

Para entender a gênese das formações sócio-espaciais, precisaremos estudar as relações de produção pretéritas que dominaram os espaços locais. Assim, historiadores e geógrafos santafesinos como Gori, Gallo Oggier, Julier entre outros, serão de suma importância para analisar o passado e compreender o presente. A metodologia a ser utilizada nesta dissertação de mestrado estará baseada no materialismo histórico marxista. Este método propõe analisar como as sociedades conseguem reproduzir as suas condições materiais de vida e de que maneira é expropriado e distribuído o trabalho excedente por ela produzido. Neste sentido, no modo de produção capitalista as classes ou frações de classes que conseguem ficar com a maior parte do trabalho excedente conseguem também criar e modificar as condições políticas, jurídicas e ideológicas necessárias para o desenvolvimento dos seus interesses. Nesta linha de abordagem, vamos procurar identificar as atividades produtivas dominantes na província e na região pampeana,

observar sob que condições o trabalho excedente é expropriado e quem consegue ficar com ele.

Além disso, procuraremos observar que possibilidades econômicas ou políticas os produtores tiveram para se apropriar dos meios de produção necessários para reproduzir sua produção, ou do contrário, avaliar sob que condições foram expropriados. A partir dessas considerações vamos identificar categorias espaciais que serão analisadas historicamente, isto é, procuraremos observar como estas evoluíram ou se “deformaram” no tempo e no espaço, e que capacidade tiveram os atores ligados à produção de se adaptar ou responder aos renovados condicionamentos impostos pelos ciclos econômicos que foram se sucedendo desde finais do século XIX, mas dando especial ênfase às mudanças econômicas e políticas acontecidas na década de 1990.

Assim, achamos por bem valer-nos dos conceitos alicerçados em Marx, tais como: forças produtivas, relações sociais de produção, modo de produção, estrutura econômica, super-estrutura jurídica e política, luta de classes, renda da terra, entre outros. Estes nos ajudaram a entender a evolução do espaço rural santafesino e os conflitos que a briga por sua ocupação e utilização gera entre as diferentes classes ou frações de classe, e o papel que o Estado desempenha como garantidor da propriedade privada e da reprodução do capital.

Também será necessário aprofundar o conhecimento das categorias de análises que explicam as vias de desenvolvimento do capitalismo agrário, e quais delas se acham presentes na formação sócio-espacial santafesina. Entender estas transições nos permite distinguir que atores conseguiram dominar a estrutura agrária e como foi apropriada ou distribuída a renda da terra, e a partir daí, compreender a realidade sócio-espacial recente, através de análises das heranças do passado. Para tal fim, nos valeremos das categorias de aportadas por Lênin em “O Programa Agrário da Social Democracia na Primeira Revolução Russa”.

Mas a problemática agrícola da província de Santa Fé tem que ser analisada na sua crescente interligação com a indústria, que compra os seus produtos ao mesmo tempo em que lhe subministra os insumos e maquinarias necessários para a produção. Nesta linha de abordagem, a teoria de Kautski, que avalia a crescente interligação entre agricultura e indústria, em “A Questão Agrária”, será utilizada por nós na realização deste trabalho.

Como será analisado, o grande motor da economia Argentina é o seu setor agrícola e agroindustrial, sobretudo o complexo ligado ao processamento de soja, que é responsável por mais de 23% das exportações argentinas ao exterior, e que se encontra concentrado espacialmente no sul santafesino, na grande Rosário. Neste sentido, a “Teoria dos Pólos de Crescimento” de Perroux, nos ajudará a entender o sucesso e a importância do complexo de soja para a economia argentina.

Na década de 1990, toda uma série de medidas políticas destinadas a favorecer os setores concentrados de capital foram tomadas. Será necessário então determinar quais delas foram as que permitiram o grande crescimento e concentração do capital agroindustrial nessa década, e para tanto, analisaremos os informes do “Boletim Oficial” do governo argentino.

Entretanto, outras determinações serão analisadas a fim de procurar aproximar-nos da realidade do espaço rural santafesino de uma perspectiva abrangente.



Figura nº 2. Algumas das múltiplas determinações que modificaram o espaço rural santafesino.

Fonte: elaboração própria.

Para a realização deste trabalho nos embasamos também em dados divulgados pelo “Instituto Nacional de Estadísticas y Censos” (INDEC), fundamentalmente nos dos dois últimos censos agropecuários, realizados nos anos de 1988 e 2002. O site deste organismo oficial (talvez comparável ao trabalho que no Brasil desenvolve o IBGE) nos oferece uma variada gama de indicadores econômicos, sociais, e populacionais, que também foram introduzidos nesta dissertação. Alguns desses dados foram diretamente expressados na sua forma numérica e outros colocados em formatos de gráficos ou mapas.

As saídas de campo foram outra das valiosas ferramentas utilizadas para levantar dados empíricos e os determinantes que condicionaram a formação sócio-espacial santafesina. Nas saídas foram realizadas entrevistas com atores sociais ligados direta ou indiretamente à problemática abordada nesta dissertação, tais como trabalhadores rurais e das agroindústrias, comerciantes, empresários, produtores, médicos veterinários e professores. Nas entrevistas, procuramos entender o discurso do entrevistado como a experiência única e diferenciada, mas conscientes que os fatos excepcionais só podem ser compreendidos se pensados por escalas de análises mais amplas e universais. Conhecer como trabalham algumas agroindústrias processadoras de soja ou saber sob que condições materiais se desenvolviam os lenhadores do noroeste de Santa Fé, (só para nomear algumas das experiências vividas nas saídas), estimularam o nosso interesse por compreender melhor a realidade sócio-espacial santafesina da qual estes fatos fazem parte.

Enquanto aos conteúdos presentes nesta dissertação, no capítulo um, será feita uma abordagem da formação da província de Santa Fé desde uma perspectiva histórica e geográfica, dando especial ênfase às relações de produção que dominaram a província desde a sua origem, e nas atividades produtivas que nela se desenvolveram, procurando manter ligações com os principais acontecimentos políticos e econômicos que estavam acontecendo em escala nacional e mundial. Neste sentido, foram reconhecidas três áreas: Noroeste, Centro e Nordeste, e Sul.

No capítulo dois, analisaremos as diferentes políticas econômicas que procuraram impulsionar o crescimento e a concentração da produção agrícola e agroindustrial na década de 1990, como assim também, as estreitas relações estabelecidas entre o governo argentino e o capital financeiro internacional. Também procuraremos entender a lógica da localização espacial da agroindústria de soja na Argentina.

Por último, observaremos a crescente relação entre agricultura e agroindústria na província, a partir da análise de dados estatísticos, como assim também as mudanças espaciais que provocaram o impacto das políticas econômicas dos anos 1990 na agricultura santafesina, e algumas das principais mudanças e continuidades na política econômica agrícola pampeana acontecidas a partir do governo Kirchner.

Como já foi colocado, a província de Santa Fé se acha inserida na região pampeana, a qual, segundo o INDEC, compreende também as províncias de Córdoba, Entre Ríos, La Pampa e Buenos Aires. Esta região está caracterizada pelas atividades econômicas relacionadas aos cultivos extensivos de milho, trigo, girassol, linho e, nos últimos anos, o cultivo de soja. Também se destacam a cria de gado, as leiteiras e algumas atividades florestais.



Mapa 1: Regiões sócio-econômicas argentinas.
Fonte: GLOSARIO, op. cit. p. 2. Elaboração própria.

Já os gráficos na sequência evidenciam Santa Fé como a segunda maior província exportadora da região pampeana e também do

país, superada pela província de Buenos Aires². Nos últimos anos o ritmo das exportações e a atividade econômica argentina mostram uma tendência à alta, mas puxadas pelo crescimento da região pampeana. As desigualdades econômicas regionais no interior do país também ficam manifestadas no gráfico 2.

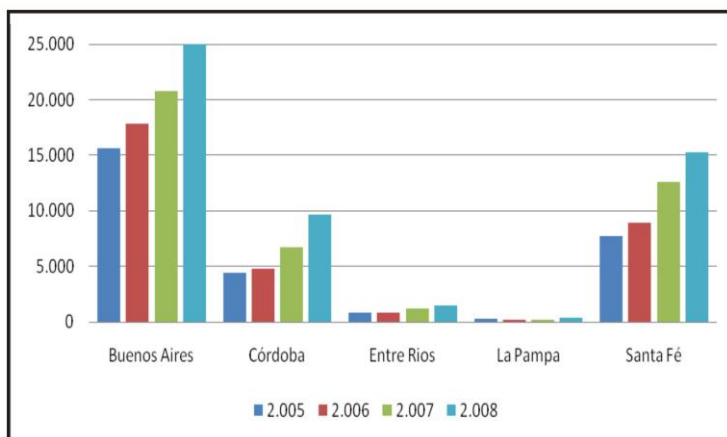


Gráfico 1- Exportações das províncias pampeanas em milhões de dólares. Anos 2005-2008.

Fonte: INDEC, 2009. Elaboração própria.

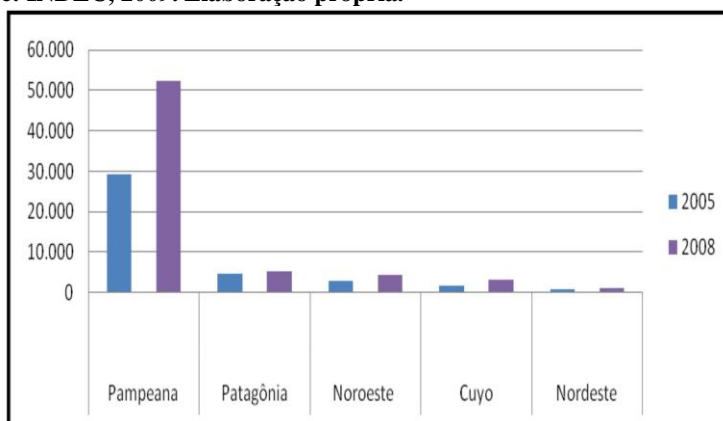


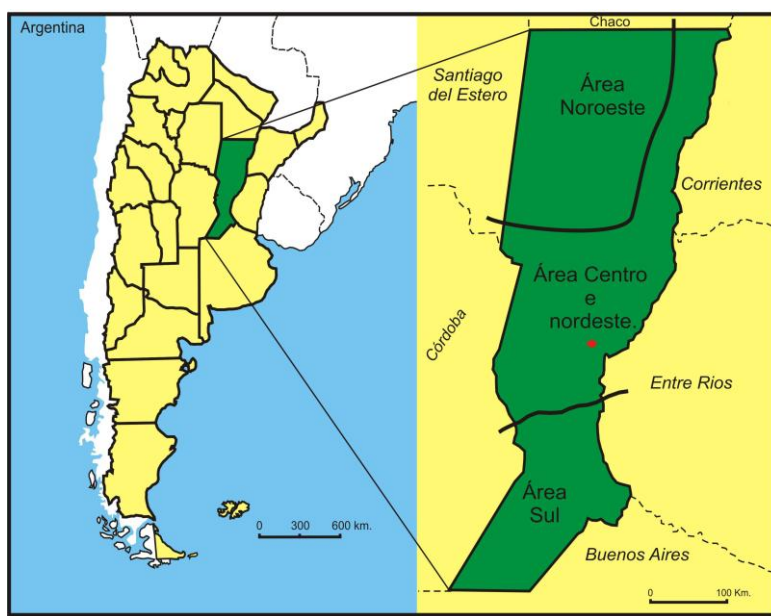
Gráfico 2- Exportações argentinas por regiões, anos 2005 e 2008, em milhões de dólares. Fonte: INDEC, op. cit. Elaboração própria.

² Todos os gráficos foram elaborados a partir de dados fornecidos pelo site oficial do INDEC: www.indec.mecon.ar

Quanto aos elementos relacionados ao meio físico, a província se localiza entre os 28° e 35° de latitude sul e entre os 58° e 62° de longitude oeste, e se acha inserida geomorfologicamente na planície de acumulação conhecida como pampeana ou pampasia, que abarca grande parte da Argentina, Uruguai, sul do Brasil e sul do Paraguai. A superfície da província é de 133.007 km quadrados. A média de precipitações é de 950 mm ao ano, as quais decrescem de leste a oeste e com maior concentração no verão, que devido à alta evapotranspiração, apresenta déficit hídrico nesta estação. O setor norte de Santa Fé, diferentemente dos outros dois setores, oferece formações de árvores (do tipo savana) capazes de resistir períodos relativamente longos de secas, enquanto que no restante da província a formação vegetal dominante é herbácea. Na parte setentrional santafesina o clima é mais quente do que nas outras áreas, de tipo sub-tropical (20 a 21°C de média anual), apresentando inúmeras lagoas e extensas áreas inundáveis. No centro, encontramos um clima de “transição”, entre o temperado úmido e o sub-tropical com estação seca, os solos são também de uma fertilidade intermédia para a agricultura, (transição entre os férteis do sul e os pobres do norte). O sul apresenta os solos mais férteis da província, o que lhe permitiu historicamente desenvolver uma agricultura altamente produtiva. Seu clima é temperado e úmido e a média térmica anual fica entre os 16 e 17°C. O rio Paraná serve de limite da província, separando-a de Entre Rios. (D'ANGELO: 1991).

CAPÍTULO 1: GÊNESE DA FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL SANTAFESINA.

Neste capítulo apresentaremos uma proposta de entendimento do espaço rural da província a partir da sua divisão em três áreas geográficas histórica e economicamente diferenciadas: área noroeste, área centro e nordeste e área sul, nas quais existiram diferentes tipos de relações de expropriação do trabalho excedente. O uso exercido historicamente sobre a natureza heterogênea da província também nos permitiu distinguir estas três áreas produtivas.



Mapa 2. Caracterização sócio-espacial da Província de Santa Fé.
Elaboração própria.

Na sequência, caracterizaremos separadamente cada uma das três áreas que compõem a província, proporcionando assim uma melhor visão das mesmas, e como se inserem no processo econômico-social como um todo.

1.1. Área Noroeste: Relações sociais de produção entre 1890 e 1963.

A idéia é descrever uma análise das relações de produção que caracterizaram o espaço rural do noroeste da província, desde finais do século XIX, até meados da década de 1960, cujos aspectos gerais sócio-econômicos permanecem ainda sem muita alteração.

O noroeste da província de Santa Fé se constitui atualmente em uma das áreas econômicas mais atrasadas e subdesenvolvidas, não só da província, mas também do país. Assim, em contraste com o sul e centro santafesino, os departamentos³ de 9 de Julio e Vera (os quais conformam a área noroeste que estamos analisando), junto a grande parte do noroeste e nordeste argentino, são as áreas que apresentam menor nível de instrução escolar e de qualidade de vida (eletricidade, água potável, transporte público, etc.), e o maior índice de mortalidade infantil e desnutrição a nível nacional (VELÁZQUEZ, 2008).

As características históricas da formação sócio-espacial do noroeste de Santa Fé estão intimamente vinculadas às relações de produção impostas pelo grande latifúndio florestal de capital inglês, até épocas relativamente recentes (1963 aproximadamente). A herança de uma estrutura agrária latifundiária, somadas a relações de produção pré-capitalistas, tem materializado no transcorrer do tempo os subdesenvolvidos da província e do país.

³ A província de Santa Fé está dividida em 19 departamentos. Cada um deles possui um representante na câmara de deputados provincial. As cidades “cabeceras” de departamento cumprem funções administrativas sobre todo o território do departamento. Por sua vez, os departamentos estão divididos administrativa e politicamente em distritos, cada um com capacidade de eleger os seus prefeitos.

departamento Vera. Nesta última funcionou a segunda maior indústria de extração de tanino de “La Forestal” do norte santafesino. De uma perspectiva teórica, utilizaremos contribuições e esclarecimentos que os autores Maurice Dobb e Kohachiro Takahashi fizeram dos conceitos de “relações de produção” e “modos de produção”, para assim conseguir entender de maneira mais clara a realidade sócio-espacial do noroeste santafesino.

A região noroeste construiu seu espaço com base em determinações ligadas, como já dissemos, ao capital inglês. Isto não quer dizer que as restantes formações sócio-espaciais que conformam o território argentino, e sobretudo as presentes na planície pampeana, não tenham sido estruturados em maior ou menor medida pelos interesses do capital inglês. É importante lembrar que foi este país quem, desde antes da independência alcançada em 1816, orientou a economia argentina para a exportação de produtos agropecuários produzidos na região pampeana, em detrimento das economias das regiões “extrapampeanas”⁵, e de indústrias com maior grau de incorporação tecnológica. Assim é que a Inglaterra, em estreita relação de interesses com a oligarquia fazendeira local, estimulou a construção de estradas de ferro, portos, charqueadas (e posteriormente frigoríficos) e demais infra-estruturas necessárias para posicionar a Argentina na divisão internacional do trabalho como exportadora de produtos agropecuários (alguns deles minimamente manufaturados, como é o caso do charque e do couro), sempre provenientes da região pampeana (FERRER, 2007). Neste contexto, LÊNIN (2005, p:81), em 1916, analisando a repartição do mundo entre as grandes potências imperialistas nos fim do século XIX e princípio do XX no seu livro “O imperialismo, fase superior do capitalismo”, colocou a Argentina na interessante categoria de “semi-colônia” do império inglês.

Não obstante, no noroeste de Santa Fé, o capital inglês assumiu o controle direto da produção florestal através da aquisição de vastas extensões de terras que foram cedidas pelo governo de Santa Fé no final do século XIX à empresa Murrieta & Cia., (que logo passaria a ser

provincia argentina possui a sua própria divisão política e administrativa.

⁵ Estas regiões “extrapampeanas” já haviam desenvolvido no século XIX importantes processos manufatureiros (ponchos, cobertores, metalurgia, calçados, vinhos, cigarros, manufaturas em couros, navios, entre outros), mas que não chegaram a amadurecer devido à impossibilidade de poder competir com a importação das manufaturas inglesas que a oligarquia fazendeira pampeana estimulou desde a independência (GALEANO, 1992).

conhecida como “La Forestal”), em troca de uma dívida que mantinha com a empresa. La Forestal chegou a ser proprietária de mais de dois milhões de hectares de bosques de quebracho colorado⁶; madeira que possui um grande valor de troca e de uso (ainda hoje). Desta nobre árvore se extraía o tanino que foi utilizado até meados do século XX para curtir couros e também na construção de dormentes para as vias férreas e postes para usos diversos (GORI, 2006).

1.1.1. Aspectos internos de servidão sob domínio do capital industrial externo.

Na continuação, procuraremos esclarecer o conceito de “relações servis de produção”, para posteriormente verificar a existência deste tipo de relações no vasto espaço que ocupou e organizou La Forestal no noroeste de Santa Fé.

Se por um lado, no capitalismo, o proletário ao não possuir meios de produção vende sua própria força de trabalho em troca de um salário, no feudalismo, argumenta TAKAHASHI (2004:90) que:

(...) como os produtores imediatos aparecem combinados com os meios de produção, e portanto a força de trabalho não pode tomar a forma de mercadoria, a apropriação do trabalho excedente pelos senhores feudais ocorre diretamente, pela coação não-econômica, sem a mediação das leis econômicas da troca de mercadorias.

Assim, o modo de produção feudal é definido e caracterizado pelas formas de extração do produto do trabalho excedente sob coação não-econômica. Nesta mesma linha de análise a servidão é segundo Dobb:

⁶ Quebracho colorado: (*Schinopsis Balansae*), árvore muito resistente, que cresce nos bosques “chaquenhos” do norte argentino, sul do Paraguai e sul da Bolívia. Seu nome deriva seguramente da expressão “quebra hacha” (o que em português poderia ser traduzido como “quebra-machado”). Necessita de muita luz, calor e de até três centenas de anos para chegar a sua fase adulta, isto lhe confere propriedades para gerar calor e dureza quase insuperáveis. O peso específico da sua madeira é superior a um, pelo que não consegue flutuar na água.

(...) uma obrigação imposta ao produtor pela força e independente da sua vontade, para satisfazer certas exigências econômicas de um senhor, quer tais exigências tomem a forma de serviços a prestar ou de taxas a pagar em dinheiro ou em espécie. (...) Essa força coercitiva pode ser a militar, possuída pelo superior feudal, a do costume apoiado por algum tipo de procedimento jurídico ou a força da lei (DOBB, 1987, p. 44 e 45).

Do interessante livro de Gori, podemos resgatar fatos e relações entre “La Forestal” e os lenhadores que, lembrando o apontado por Dobb e Takahashi, nos permitiram chamar aquele espaço como de *feudo*. Os fatos que extraímos do livro e do trabalho de campo, e que apresentaremos a seguir, estão associados às relações extra-econômicas de extração do excedente, impostas pela empresa aos lenhadores e aos operários da indústria. Os lenhadores formavam parte da população rural do feudo e quadruplicavam em número a população urbana, que também morava nesse território, mas relacionada à industrialização do quebracho, conforme exposto abaixo:

1. O pagamento do trabalho aos lenhadores e também aos trabalhadores da indústria tanineira era realizado com vales ou fichas de bronze (foto 1) e inclusive com “notas” feitas pela empresa. A moeda nacional não circulava nos domínios da La Forestal. Assim, o trabalhador direto não recebia um salário como pagamento, mas era obrigado a aceitar “moedas internas” que só podiam ser trocadas por meios de subsistência em comércios que também eram propriedade da empresa, (La Forestal não permitia o livre desenvolvimento em seu território de comércios ou indústrias alheios à sua propriedade⁷). Esta prática de pagamento através de vales se deu até a presidência de Perón, quando o “Estatuto del Peón de Campo” e o “Convenio sobre la

⁷ Tudo isto aconteceu mesmo sendo proibido por lei, sob o olhar cúmplice das autoridades judiciais e políticas da época.

Protección del Salário⁸” (1949) melhoraram as condições de trabalho no campo procurando controlar estas práticas abusivas.



Foto 1- Uma das moedas com a qual “La Forestal” pagava a seus trabalhadores. Arquivo: Sánchez Abrego,⁹

2. O comércio de bens e serviços era monopólio da empresa¹⁰ e com preços abusivos, levando ao endividamento dos trabalhadores. Através desta manobra, obtinha lucros nas vendas dos artigos e também assegurava a fixação do trabalhador aos seus interesses.

3. Os materiais para construir a morada (ranchos) dos lenhadores e suas famílias eram entregues pela empresa, e estes ranchos eram construídos no território de La Forestal. Isto nos permite verificar a existência de uma coação extra-econômica que forçava o lenhador, mesmo que ele não percebesse, a trabalhar para a empresa; em troca a uma “moradia” e outros “benefícios” para ele e a sua família. Nos períodos de crise da economia quebradeira, ou quando a empresa vendia frações de terra depois de ter desmatado o quebracho, o lenhador e sua família eram forçados a deixar a terra, situação que geralmente provocava fortes conflitos entre os lenhadores e os policiais (e os

⁸ “Artículo 3/1. Los salarios que deban pagarse en efectivo se pagarán exclusivamente en moneda de curso legal, y deberá prohibirse el pago con pagarés, vales, cupones o en cualquier otra forma que se considere representativa de la moneda de curso legal”.

⁹ Disponível em: <http://economatos.blogspot.com/p/forestales-santa-fe.html>. Acesso: 10/3/2010.

¹⁰ Isto também impossibilitou o surgimento de um mercado interno no norte santafesino, e conseqüentemente, bloqueou qualquer possibilidade de produção manufatureira e de desenvolvimento de uma agricultura destinada ao mercado, condenando desta forma ao atraso econômico a esta vasta região.

paramilitares da empresa), com queima de ranchos e outros atos de violência. A gigantesca extensão do latifúndio (2 milhões de hectares), e a precariedade dos meios de transporte na região impossibilitavam trabalhar para a empresa e morar fora do seu território.

4. Os trabalhadores faziam uso da caça de animais silvestres para garantir o seu alimento. As mulheres desenvolviam a produção agrícola para auto-consumo e criavam animais domésticos, enquanto os homens se adentravam no bosque. Os meios de produção como os machados e instrumentos de segurança, tinham que ser adquiridos pelos lenhadores, constituindo-se em parte da sua propriedade (isto aconteceu também até a década de 1940 aproximadamente). Assim, os trabalhadores estariam ligados a alguns meios de produção (característico da servidão), mas impossibilitados, pela coação da empresa, de gerar uma economia mercantil.

5. Os trabalhadores freqüentemente ficavam endividados, e esse fato assegurava a expropriação de seu trabalho como lenhador pelo menos até que ele conseguisse pagar as suas dívidas. O endividamento dos trabalhadores era estimulado pela empresa, sobretudo considerando que “La Forestal” também administrava direta ou indiretamente prostíbulos, bares e casas de jogos em seu território.

6. A empresa, após os incidentes de uma greve em 1919, solicitou ao governo provincial a criação de um corpo militar próprio para atuar em seu território, com a intenção de persuadir, impedir ou sufocar possíveis novos protestos e revoltas. Este grupo armado respondia sem vacilações aos interesses da empresa; os cardeais (assim eram chamados os integrantes deste grupo armado porque utilizavam um lenço vermelho nos ombros) eram também os encarregados de expulsar os trabalhadores quando se decidia demiti-los. Os “serviços” realizados pelos cardeais podem ser considerados como uma coação extra- econômica para obrigar (persuadindo ou coagindo) os lenhadores a trabalhar e suportar as duras condições que impunham as tarefas no bosque.

7. A organização dos espaços urbanos também estava a cargo da La Forestal. Neles moravam os trabalhadores industriais e o pessoal da administração; eles recebiam da empresa uma casa que podiam ocupar sem problemas enquanto estivessem contratados. A luz elétrica, a água, a limpeza das praças e ruas: tudo era administrado pela empresa. Os estados nacionais ou provinciais estavam, em termos de intervenção direta, realmente ausentes nos povoados de La Forestal, embora indiretamente, em termos políticos e/ou jurídicos, a favorecessem

plenamente. A tecnologia e o planejamento destes espaços urbanos contrastavam fortemente com a miséria que sofriam os lenhadores que moravam no campo.

8. Nos seus domínios urbanos La Forestal procurou desenvolver e construir (visando melhorar a sua péssima imagem pública depois das revoltas e incidentes de 1919, 1920 e 1921): clubes de esporte (geralmente futebol e tênis), igrejas, bandas de música e até grupos de escoteiros; benefícios dos que podiam gozar os trabalhadores industriais e administradores dos centros urbanos e suas famílias. Além disso, outras instituições como escolas, postos policiais e até o cemitério funcionavam com os aportes monetários da empresa e em edifícios por ela construídos (QUARÍN, RAMIREZ: 2005). A intervenção privada da empresa em aspectos que deveriam ter sido abordados pelo poder público nos sugere a presença de um estado paralelo no território.

Observando todos esses itens acima expostos, percebem-se características das relações de expropriação do trabalho excedente que bem podem ser consideradas como próprias do modo de produção feudal. Isto é demonstrado pelas coações extra-econômicas as quais os trabalhadores diretos eram submetidos (moeda interna, endividamento, moradia arranjada pela empresa, os “cardeais”), e a combinação destes, sobretudo aos lenhadores, com alguns meios de produção e subsistência (machados, criação de animais domésticos e caça, cultivo da terra para auto-subsistência, extração de madeira para ser utilizada como combustível ou para a construção de móveis, etc.). A troca de trabalho por meios de subsistência ou moedas locais (e não por salários) é também um dos principais fatos que nos permitem sustentar a idéia de que no noroeste santafesino se desenvolveram até tempos relativamente recentes, relações de produção com características de servidão. Não obstante, é oportuno esclarecer que, utilizando a metodologia aportada por RANGEL (1981) na sua “História da Dualidade Brasileira”, percebemos que como ele já destacou para o Brasil, se bem existiram no interior do espaço do noroeste santafesino relações servis ou “semi-servis” de produção, de um ponto de vista externo, este espaço era articulado, submetido e funcional a relações capitalistas mundializadas e em fases bastante evoluídas de desenvolvimento (fase imperialista), pelo que também no noroeste santafesino, analogamente à realidade brasileira analisada por Rangel, nos encontramos ante uma “dualidade sócio-espacial”, onde internamente existiam relações pré-capitalistas de produção, mas orquestradas, planejadas e efetivadas pelo grande capital industrial e financeiro internacional.

Quando a empresa fechou sua última planta industrial em 1963 (em La Gallareta), levou com ela todos os equipamentos das fábricas e desmontelou todas as ferrovias. O novo destino a ser explorado foi a África do Sul. Após a saída de La Forestal houve por parte do Estado provincial, uma tentativa de colonização que acabou por não funcionar. No geral, as terras que tinham sido da empresa foram vendidas em grandes parcelas, situação que determinou uma via de desenvolvimento do capitalismo agrário do tipo “prussiano”¹¹ no noroeste de Santa Fé, ainda em transição.

A herança deste enclave colonial se faz sentir até o dia de hoje: miséria e pobreza são os traços comuns ao noroeste santafesino. Com certeza, muito diferente teria sido a história deste espaço repleto de riquezas naturais de alto valor se, ao invés de tê-las entregado ao capital inglês, a classe política santafesina houvesse tomado a decisão de parcelar as terras e entregá-las a nativos ou imigrantes para ser efetivamente povoadas e colonizadas.

Resquícios do período de pujança da Forestal são ainda percebidos no espaço provincial, como no que restou das instalações da fábrica em Villa Ana:



Foto 2- Ex-fábrica de tanino de “La Forestal”, em Villa Ana (NO de Santa Fé). Arquivo: Oscar Allasia¹².

¹¹ “A estes dois caminhos do desenvolvimento burguês objetivamente possíveis chamaríamos de caminho de tipo prussiano e caminho do tipo norte-americano. No primeiro caso, a fazenda feudal do latifundiário se transforma lentamente numa fazenda burguesa, junker, condenando os camponeses a décadas inteiras da mais dolorosa expropriação e do mais doloroso jugo (...). No segundo caso, não existem fazendas de latifundiários ou são liquidadas pela revolução, que confisca e fragmenta as glebas feudais” (LÊNIN, 1954, P: 33 e 34).

¹² Disponível em: fotosdelaforestal.blogspot.com, 2010.

Na atualidade, milhares de hectares na patagônia e na região pampeana estão nas mãos do capital estrangeiro e esta tendência à desnacionalização de terras está em expansão. Esta situação é uma continuação da política entreguista levada adiante por grande parte dos governantes argentinos.

No caso específico de La Forestal, pode-se perceber, no quadro abaixo, a dependência das populações às atividades econômicas comandadas pela empresa e o monopólio da economia e do território que ela empunhava, através dos dados da evolução da população em algumas localidades do noroeste santafesino.

<i>Pueblo/año</i>	1947	1960	1970	1980
Villa Guillermina	7.471	3.082	2.237	2.955
Villa Ana	5.413	3.037	1.208	2.053
La Gallareta	7.000 ?	5.822	4.540	3.640

Tabela 1- Evolução da população em algumas localidades do noroeste santafesino. Fonte: CARTILLA, 2009.

Na saída de campo realizada no noroeste de Santa Fé, em janeiro de 2010, percebemos legados das antigas relações de servidão, na maneira e no jeito de falar sobre “A Empresa” dos antigos trabalhadores urbanos que naquele território criaram raízes. Eles falam com nostalgia “daqueles velhos tempos”, quando “A Empresa”, qual mãe bondosa, organizava as suas vidas e lhes dava trabalho. Narram as suas histórias como se tivessem saudades dos tempos em que havia festa e baile nos clubes e agitada vida social, porque hoje são povoados fantasmas. Ainda lhes rendem à empresa uma espécie de culto romântico, sem querer perceber que ela foi uma das principais responsáveis da grande miséria que hoje os governa. Este culto romântico ao passado pode se entender quando pensamos que os habitantes deste território, e que trabalharam para a empresa, não conheceram alternativa diferente para viver, a não ser que trabalhar para La Forestal, pois dela dependiam inteiramente para sobreviver, porque o Estado estava ausente e o monopólio do território impedia empreendimentos particulares. Quando La Forestal foi embora, ainda menos ficou para eles, porque a propriedade privada da terra e das fábricas ficou em mãos de uns poucos, e até as ferrovias foram vendidas como ferro velho.



Foto 3- O ex-lenhador de La Forestal Vicente Cóceres e a sua esposa na localidade de “La Gallareta”. Atrás, jovens exemplares de “quebracho colorado”. Arquivo: Pablo Bender (2010).

Não ter outros meios de vida do que apenas trabalhar para uma empresa num território de 2.000.000 de hectares seria completamente impensado no centro de Santa Fé para o mesmo período histórico; e com um território de aproximadamente o mesmo tamanho que aquele dominado pela La Forestal. Como veremos na sequência, enquanto relações servis se desenvolviam no noroeste de Santa Fé, no centro e nordeste desta província a nascente pequena produção mercantil outorgava para seus habitantes possibilidades mais amplas de trabalho e de acumular riqueza, como ainda hoje acontece.

1.2. Área Centro e Nordeste: pequena produção mercantil¹³ e desenvolvimento econômico.

O estudo dos espaços organizados a partir da pequena produção mercantil é um valioso recurso para a compreensão da forte presença da indústria nas atividades econômicas destas regiões, e do elevado nível de vida que caracteriza as suas populações.

As características econômicas e sociais colocadas no parágrafo anterior são uma constante geral própria dos territórios onde têm existido as condições políticas e econômicas que possibilitaram o surgimento de inumeráveis pequenas e médias propriedades rurais, que começaram a produzir para o mercado, e cujo caso mais emblemático e desenvolvido é o das colônias inglesas do nordeste dos Estados Unidos de América (EUA).

Assim, estes modelos de desenvolvimento “de baixo para cima” também caracterizaram outras prósperas regiões do mundo, como é o caso das colônias alemãs e italianas no vale do Itajaí em Santa Catarina (MAMIGONIAN, 1986; SILVA, 2001). Portanto, o centro e nordeste da província de Santa Fé (ver mapa de localização), teve, em seu processo histórico, uma formação e dinâmica sócio-espacial bem diferente da área noroeste anteriormente descrita. Enquanto na formação do noroeste uma empresa dominava e concentrava a riqueza e o trabalho, no centro e nordeste foram inumeráveis as empresas surgidas e, portanto, muito melhor distribuída a riqueza gerada pela terra e o trabalho.

O sucesso econômico da área nordeste e centro da província pode ser entendido através dos escritos de Marx em seu capítulo XXV d’O Capital, ao analisar a “Teoria Moderna da Colonização”. Diz ele que nas colônias (se referindo às colônias estadunidenses, mas podemos aplicar a mesma teoria a outras) o capitalismo se encontra limitado em seu desenvolvimento, porque em geral, os produtores diretos são proprietários dos seus meios de produção. Esta condição faz que a mão-de-obra livre nos primeiros tempos das colônias seja quase inexistente, devido à possibilidade dos colonos de poder acessar a propriedade do

¹³ Chamamos “pequena produção mercantil”, a forma de organização da produção onde o produtor direto é proprietário dos seus meios de produção (entre eles a terra), e utiliza a sua própria força de trabalho (ou a da sua família), para levar adiante a produção, a qual está em boa parte destinada ao mercado, mas que também abastece a suas próprias necessidades e as da sua família, situação que coloca a este tipo de produtor numa transição entre o “camponês” e o “capitalista”.

principal meio de produção, neste caso: a terra. Desta maneira, a riqueza natural da terra e a riqueza produzida pelo trabalho ficam nas mãos dos trabalhadores, impedindo a concentração da propriedade e favorecendo uma sinergia econômica na região, através da livre troca de mercadorias.

Mas por quê os meios de produção, quando em mãos dos produtores diretos (os colonos), fazem desenvolver economicamente uma região? MARX diz que:

Nas colônias (...) o regime capitalista esbarra no obstáculo do produtor, que possuindo suas próprias condições de trabalho, enriquece com seu trabalho a si mesmo e não ao capitalista (1988; 884).

Se o produtor direto fosse um assalariado, a riqueza que este poderia produzir ficaria nas mãos do capitalista e ele receberia em troca um salário que só lhe permitiria se reproduzir como assalariado, isto é, conseguir no mercado os seus meios de subsistência (moradia, vestimentas, comida); mas em linhas gerais, não conseguiria acumular riquezas nem adquirir os meios de produção que lhe permitissem se libertar do capitalista. No capítulo anterior, vimos como a opulência natural de um imenso território e a riqueza gerada pelo trabalho dos lenhadores e dos operários industriais foi (valendo-se de coações extra-econômicas) abarcada por uma única empresa, condição que determinou a formação de um espaço atrasado e subdesenvolvido econômica e socialmente. Ao contrário disto, os pequenos produtores mercantis do centro e nordeste conseguiram gerar valor com o trabalho realizado nas suas terras e ficar com ele, gerando condições para uma ampla divisão social do trabalho que posteriormente se materializou no surgimento de inumeráveis indústrias.

1.2.1. O contexto político e econômico em escala nacional no período da colonização santafesina:

Derrotado o governador de Buenos Aires Juan Manuel de Rosas¹⁴ pelas tropas de Justo José de Urquiza¹⁵, de Entre Ríos, em 1852,

¹⁴ Rosas havia proibido a navegação de barcos estrangeiros pelos rios Paraná e Uruguai, e controlava os ingressos e egressos da aduana do porto da cidade de Buenos Aires em favor da província homônima e em detrimento das restantes províncias. Sob estas circunstâncias, o

na batalha de Caseros, começou-se a pôr fim a um longo período de guerra civil, insegurança social e conflitos políticos no território argentino.

O contexto político e social anterior a Caseros tornava difícil para os governantes locais desenhar qualquer tipo de planejamento relativo à colonização de terras, devido, sobretudo, aos baixos orçamentos públicos das províncias. A escassez de dinheiro público nesta época era consequência, entre outras causas, de que grande parte das produções estavam destinadas a fomentar e sustentar as milícias provinciais que lutavam contra Rosas.

De um olhar externo, este contexto hostil de guerra civil, era sem dúvida pouco atrativo à imigração estrangeira, que possivelmente seria recrutada nas milícias ou veria arrasadas pela guerra suas propriedades e produções.

Em 1853, os representantes das províncias argentinas, excetuando Buenos Aires, assinaram uma nova constituição em Santa Fé. A capital da “Confederación Argentina”¹⁶, se estabeleceu na cidade de Paraná (Entre Rios), e o presidente foi o próprio Urquiza. Uma nova etapa na organização política e econômica do território argentino estava nascendo, a unidade nacional começava a se consolidar, mas sem a presença de Buenos Aires, que se somou à Confederação em 1862.

A derrota de Rosas e a nova constituição não só colocaria fim a um longo período de lutas internas, destruição e morte; também outorgariam algumas garantias legais aos imigrantes. O preâmbulo da Constituição de 1853, deixava claro que o território da Confederação estava aberto “*para todos los hombres del mundo que quieran habitar el suelo argentino*”. A intenção de povoar com imigrantes europeus o território argentino foi uma preocupação de muitos dos homens que comandavam a política nacional naquela época¹⁷. A batalha de Caseros e a nova constituição permitiram abordar pela primeira vez uma política

porto de Rosário, no sul de Santa Fé, começa a se destacar ainda mais como ponto de saída alternativo das mercadorias pampeanas.

¹⁵ Urquiza se endividou contratando tropas do exército brasileiro, que foram lideradas por Manoel Márquez de Souza, para lutar contra Rosas. Como garantia do empréstimo, hipotecou grandes extensões de terras da província de Entre Rios (PIGNA, 2010).

¹⁶ “Confederación Argentina” foi o nome dado ao território conformado pelas províncias opositoras ao centralismo de Buenos Aires, depois da batalha de Caseros.

¹⁷ “Artículo 25 - El gobierno federal fomentará la inmigración europea; y no podrá restringir, limitar ni gravar con impuesto alguno la entrada en el territorio de los extranjeros que traigan por objeto labrar la tierra, mejorar las industrias, e introducir y enseñar las ciencias y las artes” (CONSTITUCIÓN, 1994).

de imigração e colonização. Neste contexto, surge em 1856 a primeira colônia agrícola organizada do país: a colônia Esperanza, e depois dela outras várias, como San Jerónimo, San Carlos, Humboldt entre outras, no centro da província de Santa Fé. A constituição de 1853 foi um dos primeiros passos para a modernização da estrutura econômica e política argentina. Como veremos, este processo vai ser aprofundado a partir de 1880.

Por sua vez, nem Caseros nem a constituição de 1853 conseguiram resolver totalmente os grandes problemas de um país que estava construindo o seu território e a sua “identidade”. Só a partir de 1880, começam a se tomar medidas em prol de resolver vários dos conflitos que impediam o desenvolvimento da política econômica e territorial planejadas na época pela classe dirigente: a conquista das terras que ainda estavam nas mãos dos aborígenes (a chamada *conquista del desierto*), o fim das milícias provinciais dirigidas por caudilhos, a federalização da cidade de Buenos Aires, o controle territorial da Patagônia (que era desejada pelo Chile), a expansão das ferrovias, e o povoamento do “deserto” populacional que ainda caracterizava a Argentina (AZARETTO, 1983).

Em seu livro “Historia de las Fuerzas Conservadoras”, Roberto Azaretto critica os cientistas sociais que desaprovam os governos da “*generación del 80*”¹⁸. É comum escutar que esta geração de políticos e aristocratas implantou um modelo centrado economicamente na agro-exportação dos produtos pampeanos, na convergência radial das ferrovias que se dirigiam para as cidades do litoral pampeano (Rosário, Santa Fé, Buenos Aires) e na política liberal que arruinou muitas indústrias do interior do país. Ele lembra que até 1880 a Argentina era um país muito atrasado e que ainda conservava uma estrutura econômica tradicional e semi-feudal:

Por que hay algo que los argentinos no tenemos presente y es que en esos tiempos el país era poco importante y pobre. Significaba por supuesto mucho menos que el imperio del Brasil y

¹⁸ A “*generación del 80*”, foi um grupo de políticos e intelectuais liberais que exerceram o governo a partir da década de 1880 e que estavam ligados aos interesses dos grandes fazendeiros de gado (que geralmente também possuíam indústrias ligadas ao gado) e comerciantes.

mucho menos también que Chile y el Perú. Como en los tiempos del Virreinato éramos los mas pobres de Latinoamérica. (AZARETTO, ob. Cit. p: 31).

Depois do processo de modernização das estruturas econômicas e sociais que começou em 1880, a Argentina vê crescer o seu PIB até convertê-lo no mais alto da América Latina. Esta situação vai se manter até a década de 1940. No período que vai de 1885 até 1910, as exportações cresceram 40 vezes, e eram superiores às da Itália, Canadá e Espanha. Os fomentos às leis de imigração permitiram a entrada de 4.500.000 imigrantes no período assinalado; e as terras cultivadas passaram de 300.000 hectares na década de 1870, a 24.000.000 em 1914. Também crescem outras indústrias de importância no interior ao serem ligadas com as ferrovias que as conectam com os principais mercados (as cidades do litoral pampeano); como a vinícola em Mendoza e San Juan, a açucareira em Tucumán, no noroeste argentino, e a do tabaco, em Misiones e Corrientes, no nordeste (AZARETTO, ob. Cit.).

Não obstante, é oportuno adiantar (pois este será uma temática abordada no próximo item, quando trataremos da formação sócio-espacial do sul santafesino) que foi esta classe social - a oligarquia dos grandes fazendeiros de gado - a que impossibilitou o acesso à propriedade da terra a inumeráveis imigrantes chegados ao país no final do século XIX e começos do XX. Estes imigrantes viram-se forçados a arrendar terras que eram de propriedade dos grandes fazendeiros, a partir de contratos abusivos que geralmente consumiam não só as rendas proporcionadas pela terra, senão também parte dos lucros médios e até do próprio capital investido. As grandes quantidades de imigrantes chegados da Europa faziam pressão sobre as terras, originando uma espécie de “exército de reserva” que se instalou nas cidades pampeanas, sobretudo Córdoba, Buenos Aires e Rosário. Assim, a maioria dos imigrantes, principalmente os que chegaram a partir do final do séc. XIX e princípio do séc. XX, não conseguiram a propriedade da terra, e muito deles tiveram que se conformar arrendando-as aos grandes proprietários. Este processo de expansão da agricultura a partir do arrendamento foi um sistema característico do sul santafesino e da maior parte da região pampeana, e como já foi afirmado, será objeto de análise do próximo capítulo.

Apesar de que indústrias regionais como a do tabaco ou a vinícola se desenvolveram no interior argentino, e empreendimentos como frigoríficos e moinhos farinheiros apareceram na região pampeana, a troca internacional entre produtos manufaturados sempre foi desvantajosa para a Argentina, pois estes produtos possuíam um escasso conteúdo tecnológico; esta característica dificultou processos de industrialização e inovação em sentido amplo e abrangente (FERRER, 2007).

Na Argentina, os grandes proprietários de terras e produtores de gado, em aliança com o poder político, levaram adiante uma série de transformações econômicas, técnicas e sociais que permitiram fazer a transição de uma sociedade tradicional, com características feudais, para uma sociedade moderna. Este processo não se deu em todas as regiões com a mesma intensidade, senão que as províncias da região pampeana foram (e ainda são) sem dúvida as mais favorecidas por este processo.

Este foi, resumidamente, o contexto político e econômico que experimentou a Argentina a nível nacional no período que vai desde meados do século XIX até princípios do XX, e que possibilitou o florescimento de colônias e o surgimento de pequenas empresas agrícolas e industriais nesses territórios. Enquanto estes processos econômicos, políticos e sociais aconteciam, o preço da terra se elevava, o seu acesso ficava restrito e nas mãos dos grandes *terratenientes*, dificultando porém o surgimento de outras colônias e forçando a partir deste artifício o crescimento das grandes cidades. Não obstante, no centro e nordeste de Santa Fé as colônias de imigrantes agricultores sem dúvida foram parte do importante processo de modernização das bases econômicas semi-feudais e pastoris que a Argentina arrastava desde tempos da colônia espanhola.

Veremos a seguir algumas das principais características desta interessante área e a sua importância para o desenvolvimento econômico da província e também do país. Neste contexto geral da Argentina, caracterizado pela via prussiana para o capitalismo; o centro e nordeste de Santa Fé vinham experimentando, desde meados do século XIX, uma via semelhante à da que Lênin (1954, op. cit.) chamou de “via norte-americana”.

1.2.2. A colonização no centro e nordeste de Santa Fé.

Iniciamos nossa análise citando a carta da senhora A. Reutemann, escrita na colônia Esperanza para seus familiares da Suíça e extraída da obra de SCHOBINGER, (1957, p. 196):

Casi me dan ganas de gritar de alegría, cuando se nos anuncia: son libres de toda obligación y en 5 años tendreis 100 jucharten de tierras y tal vez 20 o 30 cabezas de ganado. Ahora tenemos 17 de éstas. No es verdad que esto es mejor que en Guntalingen?

Esperanza, no centro da província de Santa Fé, foi a primeira colônia agrícola planejada da Argentina, fundada em 1856. A partir daquele ano, e tendo como exemplo o sucesso alcançado por Esperanza, outras colônias de imigrantes europeus¹⁹ começaram a florescer na província. A colonização das terras se efetuava geralmente a partir de contratos celebrados entre empresas privadas de colonização que haviam comprado terras do governo provincial e os imigrantes, na sua maioria alemães, italianos, suíços, espanhóis e franceses²⁰, que deveriam povoar as terras e fazê-las produzir. Num período que geralmente era de 5 anos, os colonos do centro e nordeste da província, entregavam a terceira parte das colheitas à administração da colônia, e depois desse tempo podiam conseguir a escritura da suas terras, que lhes assegurava a propriedade²¹. O tamanho das propriedades variava geralmente de entre 25 e 33 hectares (GORI, 1996), (GSCHWIND, 1958).

As figuras a seguir revelam a importância da agricultura no centro santafesino e de como se dá o processo de subdivisão de terras.

¹⁹ Curiosamente, Villa California foi a única colônia de imigrantes não europeus em Santa Fé. Eles provinham dos Estados Unidos, escapando daquele país por questões políticas resultantes da guerra civil. (KAUFMANN, 1997).

²⁰ Idêntico processo se deu em relação a colônias germânicas no sul brasileiro

²¹ Esperanza foi uma das únicas colônias onde os imigrantes foram excetuados do pagamento, devido a problemas no cumprimento dos contratos por parte da empresa e as más colheitas dos primeiros anos.



Figura 4- Brasão do município de Esperanza: as espigas de trigo revelam a importância da agricultura para esta área, a âncora representa o elemento imigrante, e a máxima que caracteriza a região centro e nordeste: subdivisão da propriedade. Extraído de: <http://www.zingerling.com.ar/obras/escudospza/historiaescudo.htm>

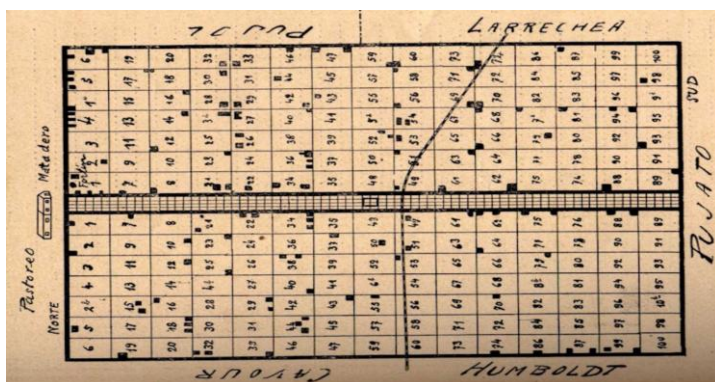
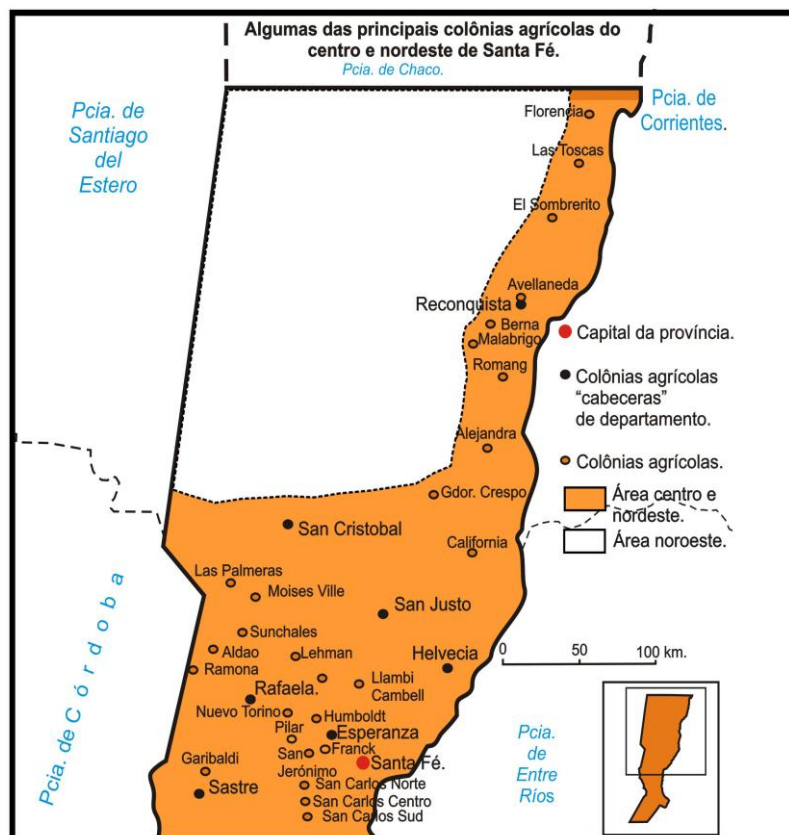


Figura 5- Plano da subdivisão das terras na colônia Esperanza. A parcela 37 oeste correspondeu à família de Juan Presser e Cristóbal Bender, vindos da Alemanha. Na parte leste ficaram os franceses.

Extraído de: <http://www.zingerling.com.ar/obras/fliasfundadoras/fundadores.htm>

Assim, diferentemente do acontecido com o noroeste da província, onde predominou o grande latifúndio florestal de capitais ingleses até passada a primeira metade do século XX, no centro e nordeste, os produtores diretos (os colonos) conseguiram ser proprietários de seu principal meio de produção: a terra.

A paisagem natural com o qual se depararam os primeiros imigrantes em Santa Fé, era sem dúvida muito diferente daquela à que estavam acostumados a vivenciar nos seus países de origem. A extensa planície pampeana, considerada entre as três maiores do mundo junto com a dos Estados Unidos e a da Ucrânia, estava muito longe de assemelhar-se aos vales e montanhas européias. Seguramente, também, acharam estranha a ausência quase total de floresta, pois no centro da província de Santa Fé a vegetação predominante é herbácea, só com alguns grupos de árvores isolados. É por esta quase ausência de mata nativa que os imigrantes fizeram suas primeiras vivendas de barro e palha, imitando a morada dos “*gauchos*”, e não de madeira ou pedra, como faziam na Europa, ou como fizeram seus compatriotas em Santa Catarina, no sul do Brasil. Para obter lenha, eles tinham que percorrer vários quilômetros até a floresta que cresce junto aos rios. O mapa a seguir, que caracteriza a Área Centro e Nordeste da província, evidencia as inúmeras colônias surgidas desde meados do século XIX.



Mapa 4. Área Centro e Nordeste.

Fonte: Elaboração própria.

Uma vez esgotadas as férteis terras do centro da província, só restava continuar aventurando-se nos perigosos e menos férteis domínios aborígenes do nordeste, pois ao sul, as terras estavam em propriedade de grandes fazendeiros que especulavam com a sua propriedade.

Nessa nova terra tudo tinha que ser feito, e o que no princípio pode ter parecido uma desvantagem, logo se transformou em um motor de dinamismo econômico. Havia muito trabalho por fazer e grandes probabilidades de sucesso em cada empresa que nascia, devido, sobretudo à quase inexistência de concorrência e monopólios.

Com o tempo, os colonos conseguiram transformar a economia provincial que até então era baseada na pouca dinâmica economia dos grandes latifúndios pastoris de bois e ovelhas. As exportações de “lãs sujas”, carnes e couros se somaram às de cereais e farinhas, principalmente de trigo, produzidas em pequenas e médias propriedades²². A pequena indústria surgida para abastecer o mercado local e regional nascia do ventre da indústria doméstica no centro e nordeste santafesino, cuja divisão social do trabalho ia se aprofundando.

Os moinhos farinheiros rapidamente começaram a surgir nas colônias e inumeráveis indústrias nasceram e se desenvolveram com sucesso: fundições, metalúrgicas, cervejarias, fábricas de sacolas para o trigo e milho, de ferramentas e de máquinas agrícolas; de alimentos, de móveis, etc. O motor do desenvolvimento industrial nas colônias era a agricultura, que puxava outros setores econômicos, alguns deles protegidos pelo estado nacional (TEDESCHI; PRIAMO: 2000). O breve relato extraído do *South American Journal*, de 14 de novembro de 1891, nos mostra claramente o importante processo industrializador que estava acontecendo nas colônias:

Siguiendo una evolución natural, las colonias pioneras como Esperanza comenzaron a emerger como centros industriales. Treinta chimeneas son testigos de otras tantas fábricas, molinos harineros, cervecerías (...) fundiciones. Esta última iniciada por un argentino, hijo de un colono, que sólo en este año ha vendido mas de 3.000 arados y segaderas²³.

²² Nos finais da década de 1870, a Argentina já era exportadora de trigo (AZARETTO, op. Cit.).

²³ Apud GALLO, 1984. p:251.



Foto 4- Molino Angelita- Bosh, Estoessel & Cia. – Pueblo Esperanza.
Foto: Ernesto Schilie.²⁴ Em VISTAS, 2000, p.: 32.

Como este texto indica, algumas décadas mais tarde da sua fundação as colônias começavam a desenvolver uma diversificada divisão social do trabalho. No entanto, no princípio, as condições lhes foram duras aos colonos, por não existir disponibilidade de muito dos artigos e manufaturas que eles estavam acostumados a utilizar nos seus países de origem. Isto fica representado em esta carta de um imigrante, aos seus parentes na Europa:

(...) en la colonia hay mucho trabajo para un herrero, pero todavía no hay ninguno. (...) Te aconsejo que si venís, traigas toda nuestra batería de cocina, mantequeras para fabricar manteca, un buen carro, así como herramientas para herrería

²⁴ Esta foto e as seguintes (até a número 8) foram tiradas por Shilie, entre 1888 e 1892 e compiladas no livro: “Vistas de la provincia de Santa Fe 1888-1892”. Elas procuram mostrar a prosperidade da região e o seu dinamismo tecnológico e econômico nos finais do século XIX.

(...) pintura para pintar queso, recipientes para transportar leche...²⁵

A carta continua enumerando uma série de materiais que seriam necessários para melhorar a qualidade de vida na colônia ou para começar alguma pequena indústria. Esta carta, que foi escrita apenas um ano depois da fundação da colônia Esperanza, reflete a falta de manufaturas que os colonos experimentaram nos primeiros tempos da colônia, quando a divisão social do trabalho estava ainda escassamente desenvolvida. Já a partir de 1880, nas fotografias de Ernesto Schilie, podemos apreciar uma grande quantidade de indústrias funcionando no centro santafesino, como curtumes, fábrica de carroças, de macarrões, de máquinas agrícolas e outras, assim como também espetaculares edifícios, como o da Prefeitura de Esperanza, completamente terminado em 1888; ou como o da Sociedade Suíça, também em Esperanza, cuja arquitetura é ainda hoje admirável.

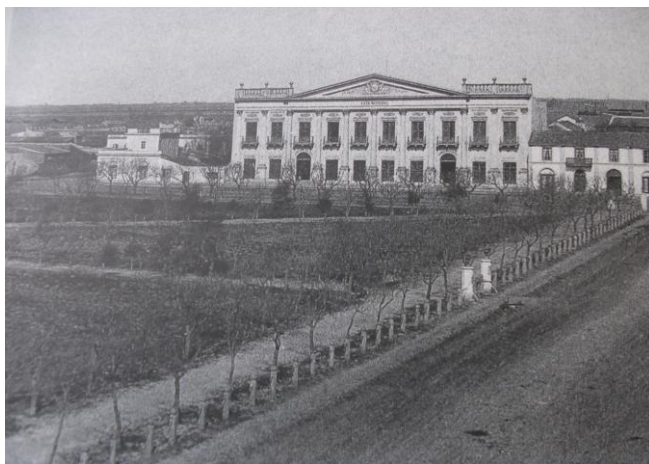


Foto 5- Prefeitura de Esperanza, na obra citada intitulada como: “Casa Municipal. Pueblo Esperanza” op. cit., p: 30. Foto: Ernesto Schilie.

²⁵ Fragmento de uma carta do Sr. Louis Mettan escrita desde Esperanza, a um ano da sua fundação a seus familiares da Europa. Apud SCHOBINGER, J. ob. cit. Pag. 191.

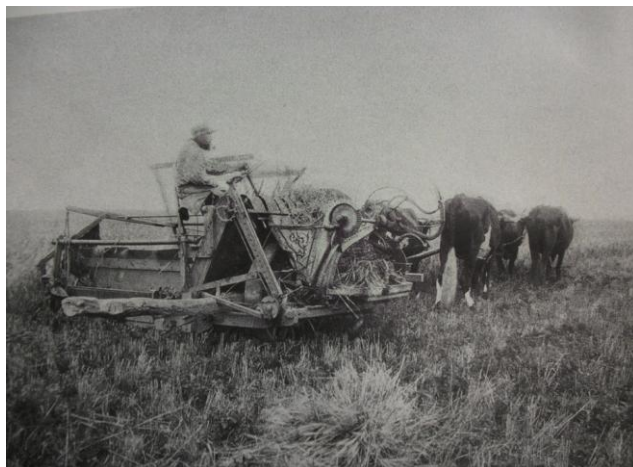
A indústria beneficiadora de leite rapidamente se desenvolveu nas colônias do centro, sobretudo porque muitos dos contratos assinados entre os colonos e os empresários colonizadores incluíam até sete vacas leiteiras. Os imigrantes (principalmente os suíços) já tinham uma grande bagagem de conhecimentos a respeito da indústria do leite. Assim, a atividade cerealífera junto à extração de leite e à sua industrialização para a elaboração de creme, queijo e manteiga logo se transformaram no motor da expansão econômica da região, sobretudo quando no ano de 1885, a ferrovia uniu as colônias do centro com a cidade de Santa Fé, pois as terras não eram suficientemente aptas para a agricultura.

1.2.3 Um esboço das relações de produção nas colônias.

Como já foi exposto, nas colônias santafesinas, grande parte dos produtores diretos conseguiram ser proprietários dos meios de produção. Isto determinou que a mão-de-obra livre fosse realmente escassa, pelo menos nas primeiras décadas das colônias. Do interessante livro de GALLO (1983), podemos extrair um fragmento escrito nos anos 1880 por Estanislao Zeballos, que reflete a escassez de mão-de-obra livre e portanto, o alto custo da mesma:

Tuvo lugar entonces una lucha desesperada por brazos, a cuyo espectáculo asistí en el final de 1882. La colecta exigía cien mil hombres y solamente con centenas de máquinas podría ser sustituida aquella inmensa fuerza humana y todavía así no sería suficiente. Brazos! Brazos! Era la exclamación del día, y la máquina a vapor que necesitaba de treinta peones para cargar el trigo, apenas conseguía catorce! A la fabulosa paga de tres pesos fuertes (15 francos). En ese momento llegaron mil peones contratados en Europa para la construcción del ferrocarril, y los colonos les hablan de un clima insoportable en los lugares donde se dirigen..., en cuanto allí, a dos leguas, tienen un clima saludable, paga segura... buen alojamiento, comida suculenta y ciudades y campiñas del tipo europeo²⁶.

²⁶Zeballos, E. "Por la región del trigo". p: 236. Apud GALLO, op. Cit.



**Foto 6: “Segadora atadora en trabajo – Colonia Humboldt”. p.: 64. op. cit.
Foto: Ernesto Schillie.**

Devido ao grande número de proprietários de terras e a conseqüente carência de mão-de-obra, parece ter sido comum, pelo menos no início das colônias, solicitar a ajuda de algum colono para realizar as tarefas, e como pagamento pelo trabalho realizado, este não recebia um salário, mas depois o colono que solicitou a ajuda tinha que ir trabalhar na propriedade de quem o tinha ajudado, a mesma quantidade de horas ou dias. (GORI, 1958). Esta situação foi resolvida em parte a partir da entrada de grandes massas de imigrantes a partir de 1885, e com a importação de maquinarias provenientes principalmente dos Estados Unidos, e do surgimento de oficinas locais, como a fábrica de arados Shneider (GALLO, op. Cit.), as “trilladoras” de Federico Urfer, ou as de Amado Duran (ver fotos).



Foto 7: “Trilladora alzadora inventada por Federico Urfer- Colônia Esperanza”. p.: 68, op. cit. Foto de Ernesto Schilie.



Foto 8: “Trilladora de maní, inventada por Amado Duran – Colonia Helvécia”. P.: 69. Op. cit. Foto: Ernesto Schilie.

Enfim, a pujança da produção industrial da área central da província, plenamente percebida na obra de diferentes autores (como nas fotos de Schilie, acima colocadas), é ainda hoje observada através

das inúmeras peças expostas no museu da maquinaria agrícola do “Parque Nacional de La Agricultura”, em Esperanza; em parte demonstradas na foto 9. Ressalta-se que a morfologia plana da pampa e o seu bioma predominantemente herbáceo e sem árvores, favoreceu desde cedo a incorporação de grandes máquinas ao trabalho agrícola.



Foto 9: Trator a vapor, no museu de maquinaria agrícola do “Parque Nacional de la Agricultura” em Esperanza. Arquivo: Pablo Bender.

Outra das interessantes características da formação sócio-espacial das colônias santafesinas era a intensa mobilidade social. A possibilidade de empreender empresas a partir da expansão da indústria doméstica, ou a possibilidade de ser produtor em terras próprias, ou de ganhar bons salários, permitia a existência de uma sociedade flexível, pouco estruturada em classes sociais, maiores probabilidades de sucesso econômico e uma melhor distribuição da riqueza²⁷.

Concluindo o até agora exposto, se percebe que com suas respectivas características e particularidades e em linhas gerais, um número relativamente importante dos colonos que povoaram as terras do vale do Itajaí, em Santa Catarina, sul do Brasil, assim como os que se

²⁷ “Allá (en Santa Fe), como habitantes de una región practicamente creada por ellos mismos, no tienen ninguna clase social por encima de ellos; aquí (en Italia) sienten sobre sus espaldas, por el contrario, todo el peso del edificio jerárquico de la sociedad antigua”. D’AMESIS. E. In America. Pags. 102-3. Apud GALLO, ob. cit. p. 303.

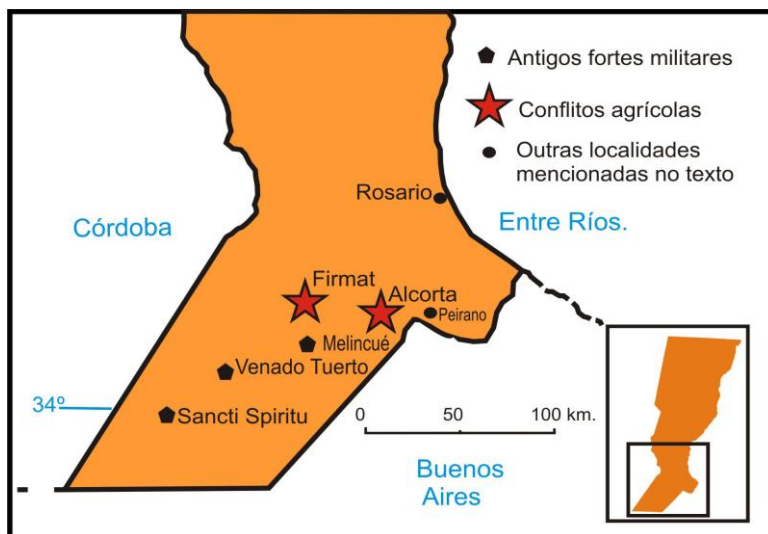
radicaram no centro e nordeste de Santa Fé e nos Estados Unidos, conseguiram ser proprietários da terra. Assim, com a riqueza gerada por seus trabalhos, adquiriram máquinas e outros meios de produção que aumentaram a produtividade, o que gerou, paulatinamente, um excedente para o mercado (interno e/ou externo), um aumento da divisão social do trabalho e a presença de uma estrutura de classes sociais flexível. Posteriormente teve origem processos de industrialização surgidos da indústria doméstica e relacionados à dinâmica das necessidades do mercado interno. Ao quase não existir mão-de-obra livre que se viesse a vender ou comprar no mercado de trabalho, os produtores no princípio só conseguiram controlar os meios de produção em que podiam trabalhar eles mesmos, o que dificultou o surgimento de grandes processos de concentração da riqueza e a formação de monopólios.

Posteriormente, ao estarem inseridas estas formações sócio-espaciais num modo de produção capitalista já mundializado, foram sofrendo modificações, produto da diferenciação social (processo que pode estar ligado a inúmeras determinações), e alguns produtores foram se transformando em pequenos, médios ou grandes burgueses, enquanto outros em assalariados. Alguns ainda hoje trabalham seus próprios meios de produção, talvez com a ajuda da família e com uma tendência para o aburguesamento ou a para proletarização. Como se viu, a flexibilidade social, a possibilidade de ascensão social foi (e de certa maneira ainda é) uma das características econômicas mais interessantes da área do centro e nordeste de Santa Fé.

Nesta área, a riqueza natural e a gerada pelo trabalho foram sem dúvida melhor distribuída que na formação noroeste, e desde sua gênese, nas colônias, a subdivisão da propriedade fundiária e a propriedade dos meios de produção em mãos de um grande número de produtores diretos, constituíram um entrave à acumulação da renda por poucos. Como veremos mais adiante, este espaço vai sofrer as consequências do aprofundamento das relações capitalistas de produção na década de 1990, o que vai determinar uma espécie de “**deformação sócio-espacial**” do centro e nordeste santafesino, com grande processo de concentração de terra, expropriação, endividamento, proletarização e desemprego.

1.3. Área sul: arrendatários e fazendeiros.

O sul e o noroeste de Santa Fé foram as últimas áreas da província a serem efetivamente ocupadas pelo homem branco. A área sul é a que apresenta os solos mais aptos para a agricultura, não só da província, senão também de todo o território argentino. Esta área foi até a conquista militar, levado adiante pelo general Roca em 1879, em sua maior parte território controlado pela tribo dos “Ranqueles”, os quais tinham adotado a língua e a cultura dos “mapuches”, que habitaram o atual território chileno ao sul do Bió Bió e a patagônia argentina, na atual província de Neuquén.

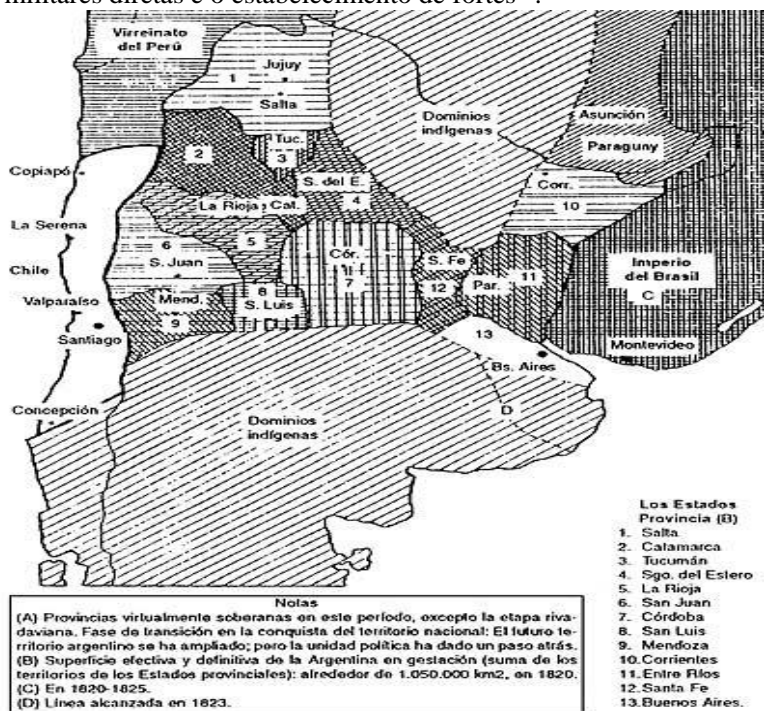


Mapa 5: Área Sul da província de Santa Fé. Elaboração própria.

1.3.1. Santa Fé ao sul, uma fronteira interior.

Produzida a independência da Espanha em 1816, as “Provincias Unidas del Río de la Plata” (atual Argentina), incluíram como parte dos seus territórios os espaços herdados da antiga ordem vice-reinal (o vice-reino do Rio de La Plata), alguns dos quais, como a Patagônia, o “Gran Chaco” e vastos setores da região pampeana, ainda não tinham sido conquistados pelo homem branco (ver mapa seguinte). Estes espaços, longe de serem territórios efetivamente ocupados e controlados pelas nascentes instituições nacionais,

continuavam dominados por diversas comunidades indígenas que se mantinham afastadas do domínio estatal. Com a constituição de 1853, o começo do fim das guerras civis e o advento do estado moderno, iniciaram-se políticas expansivas da fronteira interna através de ações militares diretas e o estabelecimento de fortes²⁸.



“El Gaucho Martín Fierro” de José Hernández é talvez a obra mais reconhecida da literatura Argentina. Nela se apresenta o roteiro social, político, histórico e ideológico da Argentina nascente, onde o *gaucho* Martín Fierro narra poeticamente, entre outras coisas, as misérias que teve que suportar nas “*tolderías*” (assim eram chamados os fortes localizados nas fronteiras com o território aborígene) e como foi levado pela “*autoridad*” para aquele lugar em contra da sua vontade, “por não ter ofício nem ocupação”. A obra mostra, entre outras coisas, a dramática transição de uma economia semi-feudal e de subsistência, onde o *gaucho* era “livre” na pampa, para o começo de um Estado moderno, onde a propriedade privada da terra já não lhe permitia “*vagabundear en las tierras del estanciero*”, e por isso era levado como soldado “*para servir a la patria*” na luta contra o índio nas fronteiras internas.

Mapa 6. O território argentino efetivamente controlado pelo Estado Nacional depois da Independência de 1816 e os ocupados pelas tribos de aborígenes. Extraído de: CISNEROS, ESCUDÉ, 2000, p: 89.

Os espaços de fronteira, nem sempre foram espaços de conflito, senão que também em determinados períodos de tempo, constituíram cenários de intercâmbio social e comercial entre as duas culturas. Mas a presença aborígene constituía uma ameaça para os interesses econômicos dos grandes criadores de gado e ovelhas: os estancieros²⁹. Suas estâncias freqüentemente eram saqueadas pelos bravos “malones”³⁰. Além disso, o novo estado moderno necessitava expandir as terras destinadas à agricultura e à pecuária, valorizar as propriedades da oligarquia e povoar o “deserto” pampeano, procurando dinamizar a pobre e estagnada economia nacional e construir o território nacional.

Até a década de 1870, os fortes do sul e do norte de Santa Fé, como os restantes existentes em outras províncias pampeanas, tinham procurado deter os avanços aborígenes ou negociar tratados de paz. Mas é a partir da metade desta década quando se estabelece uma luta direta contra os aborígenes com a finalidade de submetê-los ou exterminá-los. Assim, primeiro o ministro de guerra Adolfo Alsina em 1876, mas, sobretudo o seu sucessor, o general Julio Argentino Roca³¹ (posteriormente eleito duas vezes presidente da República), deram fim à “ameaça” aborígene, dizimando as suas populações, numa guerra na qual se enfrentaram modernas armas de fogo contra as primitivas lanças e flechas aborígenes. Por volta de 1885 a maioria dos nativos do atual território argentino tinham sido mortos ou reduzidos à servidão. As doenças do homem branco e os maus tratos recebidos aceleraram esse processo. Muitos deles se converteram em mão-de-obra servil como lenhadores das florestas do norte de Santa Fé ou nas plantações de cana de açúcar em Tucumán.³²

²⁹ Nome dado aos proprietários de grandes fazendas ou estâncias.

³⁰ Os “malones” eram incursões dos aborígenes sobre fazendas ou povoados de brancos, destinadas a saquear o gado e tomar prisioneiros e prisioneiras. Os aborígenes pampeanos faziam uso de suas excelentes habilidades como ginetes e lanceiros para realizar estas práticas guerreiras.

³¹ Roca tinha dito: *“Sellaremos con sangre y fundiremos con el sable, de una vez y para siempre, esta nacionalidad argentina, que tiene que formarse, como las pirâmides de Egipto y el poder de los imperios, a costa de sangre y el sudor de muchas generaciones”* (PIGNA, op. cit.).

³² O general Victorica afirmava sem rodeios ao explicar os objetivos da conquista e da expropriação: *“Privados del recurso de la pesca por la ocupación de los ríos, dificultada la*

1.3.2. A política imigratória e o acesso à propriedade da terra.

A “*conquista del desierto*” permitiu que milhares de hectares de terras pudessem ser colocadas em produção. A nova formação econômica que estava surgindo incorporou o remanescente do elemento aborígene, a população crioula e a grande parte dos imigrantes como mão-de-obra barata, livre ou servil, mas na maioria das vezes, afastada da propriedade da terra. Um punhado de influentes famílias ligadas à criação de gado, ovelhas ou comércio, acumularam a maior parte das terras, bloqueando o seu acesso para o restante da população. A lei ditada por Avellaneda, em 1876, para favorecer a imigração e a colonização, deu grandes resultados por propiciar a chegada de milhares de imigrantes vindos da Europa, mas foi insuficiente para vencer o poder da classe oligárquica sobre o controle da propriedade da terra. O trabalho imigrante permitiu a valorização das terras dos *terratenientes* e aumentou as suas rendas. Neste sentido, a oligarquia argentina foi sem dúvida uma classe social que governou de maneira a favorecer os seus próprios interesses, sobretudo econômicos, mas também culturais.

Nesta situação de alta imigração e escassez do acesso à propriedade da terra, se desenvolve e generaliza em toda a região pampeana, (exceto nas áreas que tinham sido povoadas por colonos alguns anos antes e que viraram proprietários), um particular sistema de acesso ao uso da terra. Este sistema estava ligado à subdivisão das grandes fazendas em parcelas entre 50 e 300 hectares, para posteriormente serem entregues aos imigrantes para a produção agrícola, na condição de arrendatários. Também era comum que administradores privados as arrendassem em grandes parcelas e que estes as sub-arrendassem depois aos agricultores. Estes agricultores, com a ajuda das suas famílias e valendo-se muitas vezes de mão-de-obra assalariada (sobretudo no período da colheita) também

caza de la forma en que lo hacen, que denuncia a la fuerza su presencia, sus miembros dispersos se apresuraron a acogerse a la benevolencia de las autoridades, acudiendo a las reducciones o a los obrajes donde ya existen muchos de ellos disfrutando de los beneficios de la civilización. No dudo que estas tribus proporcionarán brazos baratos a la industria azucarera y a los obrajes de madera, como lo hacen algunos de ellos en las haciendas de Salta y Jujuy” (PIGNA, op.cit).

desenvolveram com muito sucesso, como no centro da província, a agricultura extensiva de cereais.

1.3.3. A importância da atividade agrícola na província de Santa Fé em fins do século XIX.

A província de Santa Fé começou a mudar radicalmente sua paisagem a partir da segunda metade do século XIX, com a fundação das colônias, o ingresso dos imigrantes e com a grande expansão agrícola que estes fatos propiciaram. Os atores desta grande expansão, que transformou a província na principal produtora de cereais do país, foram os pequenos e médios proprietários do centro e nordeste, e os arrendatários do sul provincial. De 1.600 hectares de trigo semeados na província em 1865, passou para 1.058.300 de hectares trinta anos depois, o que representava 50,02% do total de áreas semeadas de trigo a nível nacional naquele ano; enquanto que os hectares com milho eram 185.500 e os de linho 266.600. As vacas leiteiras em 1895 chegavam a 167.000 cabeças.

No ano 1877, se exportou pelo porto de Rosário (sul de Santa Fé) o primeiro carregamento de trigo, rumo à Inglaterra, e em 1895 a Argentina era o terceiro maior exportador de trigo para aquele país, depois dos Estados Unidos e da Rússia. (GALLO, op.cit.). Para celebrar o acontecimento os colonos de Esperanza, no centro de Santa Fé, fizeram uma festa na qual assistiu o então presidente da República Nicolás Avellaneda, grande defensor da política imigratória.

1.3.4. O sistema “trienal” de arrendamentos.

Neste contexto de escassez relativa de terras e abundância de mão-de-obra, se desenvolve no sul de Santa Fé um sistema denominado “cultivos mistos” ou “*sistema trienal de arrendamientos*”, que combinava a produção agrícola com o cultivo de alfafa para forragem do gado. Os agricultores arrendatários do sul de Santa Fé eram obrigados por contrato a semear no primeiro ano milho, no segundo trigo e por último linho. Depois da última colheita, tinham que devolver as terras semeadas com alfafa. Desta maneira, o fazendeiro renteiro, virava fazendeiro capitalista, e expandia sua própria produção de gado sobre aquelas terras, agora plantadas com alfafa, sem a necessidade de realizar grandes investimentos, sobretudo em mão-de-obra. Apesar deste sistema “trienal” ter sido bastante difundido na

época no sul de Santa Fé, nem todos os contratos de arrendamentos estavam ligados ao sistema trienal. O que sim se generalizou neste sistema foram os frequentes abusos cometidos pelos fazendeiros, o que engendrará os levantes e greves de produtores rurais conhecido como “*El grito de Alcorta*”. A forma de propriedade em arrendamento dominou a estrutura agrária pampeana desde 1880 até 1962, data na qual a forma de posse em propriedade já é dominante não só em Santa Fé, senão em toda a região pampeana.

1.3.5. “*El grito de Alcorta*”.

A pesar da excelente colheita cerealífera realizada pelos “*chacareros*”³³ no ano de 1912, mas num contexto de preços internacionais dos cereais em baixa, estes ficaram fortemente endividados. Os contratos de arrendamentos eram abusivos e possuíam cláusulas que estabeleciam onde comprar os insumos, onde vender os cereais, de que empresa contratar maquinaria para fazer a colheita, além de fixar altos montantes nos arrendamentos (a serem pagos em dinheiro ou com porcentagem das colheitas, segundo correspondesse). Além do mais, os contratos podiam ser anulados quando o rendeiro o considerasse pertinente, expulsando ao arrendatário, e estes convênios nunca possuíam um prazo de duração maior do que três anos³⁴.

Tudo isso levou os *chacareros* a desafiar a “Ley de Residencia”³⁵. Eles se organizaram e se reuniram na localidade do sul santafesino de Alcorta (ver mapa 5), onde no dia 25 de junho de 1912 (foto 10) se decidiram a entrar em greve, paralisando assim mais de 100.000 arrendatários de toda a região pampeana por três meses. Na luta por melhores condições de arrendamento, o advogado socialista Francisco Netri, junto com outros dois dirigentes agrários anarquistas e

³³ *Chacareros* é o nome local que receberam estes pequenos produtores arrendatários, e que cultivavam as suas chácaras: Assim se diferenciaram dos “colonos”, denominação utilizada para nomear aos pequenos e médios proprietários do centro e nordeste santafesino. Estas denominações geográficas e históricas são utilizadas ainda hoje.

³⁴ Segundo BARSKI (1997: 115), na região pampeana, 50,3% dos arrendatários não tinha assinado contratos formais, fato que aumentava a possibilidade de vir a ocorrer abusos.

³⁵ A “Ley de Residencia” foi uma reação da burguesia argentina frente à crescente organização de sindicatos socialistas, e como forma também de enfrentar os ataques e assassinatos levados adiante por grupos anarquistas. Dita lei, promulgada em 1902, dizia em seu artigo 2: “El poder ejecutivo podrá ordenar la salida de todo extranjero cuya conducta comprometa la seguridad nacional o perturbe el orden público”. Na mesma noite da promulgação da lei, numerosos gremialistas socialistas e anarquistas foram encarcerados e dois dias depois embarcados aos seus países de origem. (ODDONE, 1983, p:82).

defensores da causa dos chacareros, foram assassinados por policiais ligados aos interesses da oligarquia (GRELA, 1997).



Foto 10: Produtores reunidos na localidade de Alcora, no sul santafesino, depois de ter decidido iniciar a greve, movimento que ficou conhecido como “El grito de Alcora”. Extraído de: www.pampagringa.com.ar

Um dos resultados mais relevantes desta luta foi o surgimento da “Federación Agrária Argentina”, instituição que agrupa ainda hoje os pequenos e médios produtores e que a partir de então, enfrentara à “Sociedad Rural Argentina”, entidade que representava, desde 1866, os grandes fazendeiros pampeanos.

Infelizmente, a luta dos *chacareros* não finalizou em uma reforma agrária, pois os interesses dos grandes fazendeiros dominavam o cenário político e econômico da época com mão firme, mas o relevante do acontecimento foi que os arrendatários conseguiram se organizar e enfrentar o poder dominante, conseguindo algumas melhoras nas condições de arrendamento e criando uma das bases do que depois seria o “Partido Radical”, que foi o primeiro partido político de índole popular na Argentina e que chegou ao poder nas eleições de 1916³⁶. A partir desta mobilização também surge outro

³⁶ O primeiro antecedente de revolta agrícola armada na Argentina, exigindo redução de impostos e voto das autoridades das prefeituras, surgiu na colônia Humboldt, em 1893, e foi apoiado por colonos de toda a província e de províncias vizinhas (GALLO; op. Cit. p: 406)

movimento de agricultores: “La Liga Agrária” em La Pampa e Bahía Blanca.

A luta da “Federación Agraria” teve outra recompensa, no ano 1949, com a promulgação, no governo de Juan Domingo Perón, da “Ley de Arrendamientos” e a aplicação de impostos progressivos à propriedade da terra, fato que permitiu a subdivisão de inumeráveis latifúndios. Além disso, durante este período se outorgaram empréstimos aos pequenos e médios produtores destinados à compra de terras, o que possibilitou a sua propriedade a grande parte dos antigos arrendatários. Mas é bom lembrar que na Argentina nunca se levou a cabo uma reforma agrária “orgânica” e é por isso que a sua estrutura é tão heterogênea.

1.3.6. As relações de produção que dominaram o sul de Santa Fé.

Como já foi colocado, no sul de Santa Fé a produção agrícola foi levada adiante pelos produtores arrendatários, na sua grande maioria imigrantes. Neste sentido, o trabalho vindo do próprio núcleo familiar era uma das forças produtivas dominantes nesse espaço, sobretudo quando o imigrante tinha já formado uma família numerosa e dispunha de filhos varões com idade suficiente para ajudar nas tarefas da produção. Mas o cultivo extensivo de cereais no sul de Santa Fé não foi realizado só pelo trabalho familiar. Era também utilizada mão-de-obra assalariada, principalmente nas épocas de colheita. Temos que ter em consideração que no sul de Santa Fé as áreas arrendadas pelos *chacareros* eram de um tamanho superior às propriedades dos colonos proprietários do centro, pelo que também a necessidade de braços no tempo da colheita era maior. Esta mão-de-obra assalariada provinha das grandes massas de imigrantes que chegaram ao país nos finais do século XIX e princípios do XX, e que pelas determinações antes expostas, não conseguiram a propriedade da terra (BARSKI, GELLMAN, 2009. p: 203).

Os trabalhadores assalariados da região sul de Santa Fé e norte de Buenos Aires conseguiram se organizar, a partir do ano 1902, no primeiro “Congreso Obrero Agrícola”. Este congresso, organizado pelos trabalhadores rurais de Peirano, se realizou com o fim de estabelecer as condições salariais e outras exigências pelas quais venderiam a sua força de trabalho. Estes fatos nos indicam que a mão-de-obra assalariada era de importância na região, e tinha um mínimo de

organização. É também interessante destacar como estes trabalhadores se solidarizavam com os arrendatários e tinham consciência dos abusos dos grandes proprietários, no sentido de que:

El congreso hace constar que no toma ninguna resolución referente al alojamiento higiénico³⁷ de los trabajadores agrícolas, en vista de la imposibilidad de darlo en que se hallan los arrendatarios por causa de la rapacidad de los propietarios terratenientes. (ODDONE, 1983, p:133).

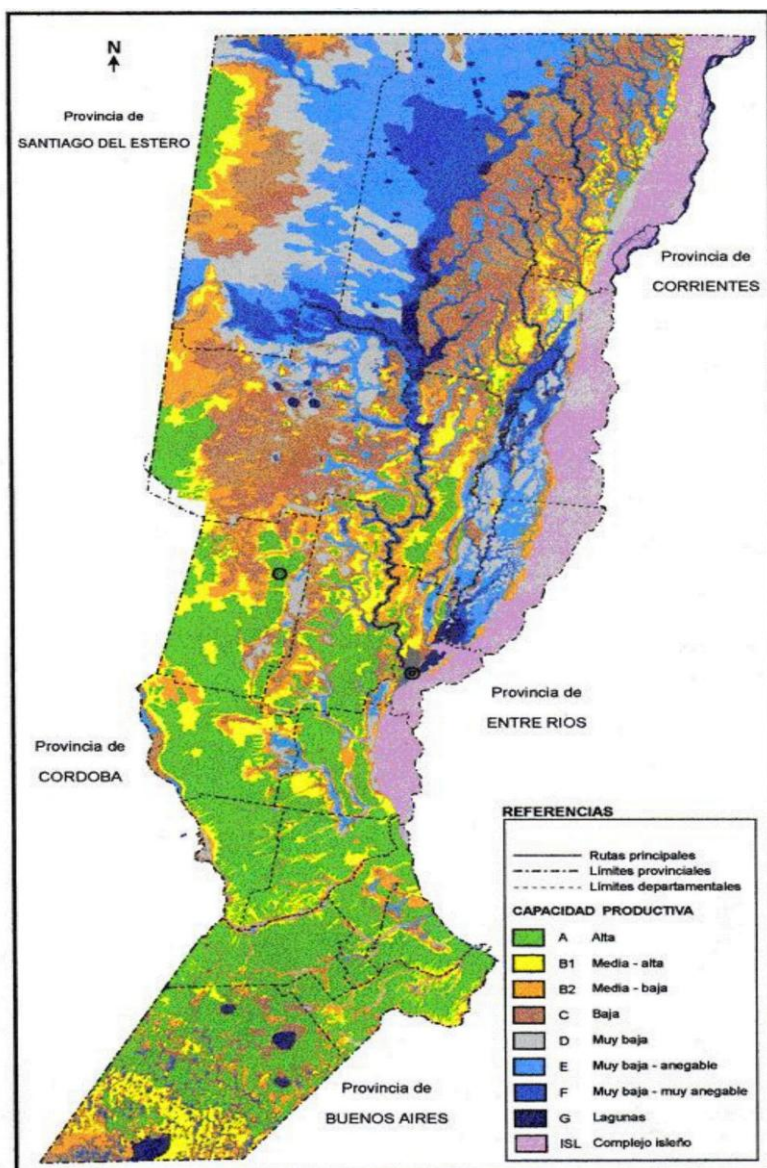
Em consonância com o antes exposto, Balsa (2001) assinala que a presença de um ou dois assalariados permanentes era comum nos estabelecimentos do sul santafesino, e coincide com ANSALDI (1998) na existência de uma “via argentina” de desenvolvimento do capitalismo no campo nesta região. Esta via, como vimos, estaria caracterizada pela presença de pequenos produtores arrendatários, cuja principal força de trabalho provém da mão-de-obra familiar, mas que é complementada com trabalhadores assalariados, subordinados ao poder dos grandes fazendeiros, que em muitos casos, se aproveitavam do trabalho destes *chacareros* para eles mesmos expandir a atividade pecuária. Na via argentina de desenvolvimento do capitalismo agrário, a via norte-americana (ligada à pequena produção mercantil) e a via prussiana (relacionada à existência de grandes proprietários de terras) entram em conflito, desencadeando, entre outras manifestações, “El grito de Alcorta”. Balsa assinala que a via argentina estaria limitada no espaço para o norte de Buenos Aires e sul de Santa Fé, no período de tempo da primeira expansão da agricultura; isto é 1880-1937 aproximadamente. Não obstante, o avanço do poder dos proprietários de terras mais capitalizados por sobre os pequenos e médios produtores a partir da etapa neoliberal na Argentina (1976), mas especialmente durante a década de 1990, pode demonstrar que o confronto entre esses atores (e conseqüentemente o conflito desatado entre as vias norte-americana e prussiana), não acabou no ano de 1937. Algumas destas questões serão analisadas nos capítulos seguintes.

³⁷ Ao falar de “alojamiento higiénico” está-se referindo às possibilidades de os arrendatários outorgarem moradia confortável nos tempos da colheita aos trabalhadores contratados, pois os “chacareros” raramente decidiam investir nelas, tendo em consideração que os contratos de arrendamentos só duravam no máximo 3 anos e todas as melhoras ficavam depois nas mãos dos “terratenientes”.

1.3.7. A renda da terra no sul santafesino:

Na continuação nos valeremos dos conceitos de renda diferencial I e II e de “preço da terra”, para procurar entender a realidade dos produtores do sul santafesino desde as últimas décadas do século XIX até meados do século XX, data na qual os sistemas de arrendamentos começam a decair em favor da propriedade. A renda absoluta, relacionada à renda obtida da escassez relativa do recurso, ao preço que a sociedade inserida no modo de produção capitalista deve pagar pelos produtos obtidos pela propriedade privada da terra, e que por isso gera um lucro mesmo aos proprietários do pior solo cultivado; não será tratada neste item porque as terras do sul santafesino são as mais férteis e as melhor localizadas do país em relação a seu principal mercado (Rosário). Damos por descontado que os proprietários destas terras percebem a renda absoluta pela propriedade que exercem sobre a terra, além de perceber a renda diferencial I e II (ligadas à fertilidade, localização, acesso ao crédito e capitalização), as quais serão analisadas mais detalhadamente.

Tendo em consideração que a renda diferencial I “(...) *é a diferença entre o produto obtido mediante o emprego de duas quantidades iguais de capital numa mesma quantidade de terreno*” (MARX, 1988, 885), podemos concordar, olhando o mapa seguinte de aptidão do uso de solo agrícola em Santa Fé, que a maior renda diferencial I está na área sul da província. Esta renda diferencial das terras do sul santafesino, este lucro extraordinário que pode se obter dela, tem a ver com a maior fertilidade do solo nesta área, em comparação com os demais solos também cultivados da província.



Mapa7. Capacidade produtiva dos solos santafesinos. Extraído de:
<http://www.inta.gov.ar/rafaela>

A renda diferencial I também está ligada à localização das terras com relação aos meios de transporte disponíveis nas proximidades dos terrenos. Neste sentido, a expansão da ferrovia no sul de Santa Fé já na década de 1870, ligando a cidade de Rosário (o maior porto exportador de cereais do país) com a de Córdoba, e a sua expansão por todo o sul da província na década de 1880, outorgavam (e ainda outorgam) a renda diferencial I mais alta não só da província de Santa Fé, senão de toda a região pampeana. A ferrovia chegou mais tarde na área central da província, onde se encontram as colônias mais antigas, no ano 1885, o que poderia também ser um indício da supremacia dos interesses dos atores econômicos que dominavam o sul (grandes fazendeiros), sobre aos do centro e nordeste (pequenos proprietários), com menor peso político.

A respeito da renda diferencial II, ligada ao nível de capitalização e acesso ao crédito que um produtor deve possuir para conseguir colocar em produção as terras, podemos dizer o seguinte: na área sul, era comum que os arrendatários terceirizassem parte da lavoura e contratassem maquinarias e funcionários para a colheita do trigo e do linho. Estima-se que cada “contratista”, é dizer, o dono das máquinas para colher e “trilhar” o trigo e o linho, possuía em média 25 funcionários. A colheita do milho era manual, mas para tirar o grão e colocá-los em sacolas também eram contratadas máquinas e funcionários. A agricultura pampeana esteve sempre ligada a um alto grau de mecanização, favorecida também, como já foi dito, pela morfologia plana desta região e pela ausência de grandes florestas, o que facilita a utilização de máquinas de grande porte. Relacionado a isto, em 1895, já se calculavam, em Santa Fé, 12.539 segadoras e 1.243 trilhadoras, pelo que podemos dizer que o nível de capitalização no sul santafesino era elevado (GALLO, 1983, P: 230). Quanto à disponibilidade de crédito, os *chacareros* conseguiam ter acesso a ele com relativa facilidade, mas a uma taxa de juros relativamente³⁸ elevada, da ordem de 24% anual. Este crédito era proporcionado geralmente pelos comerciantes locais para quem também tinham que vender a colheita. Por sua vez, este comerciante, que na maioria das vezes administrava a propriedade do *terrateniente*, obtinha crédito dos

³⁸ Se bem esta taxa pode ser considerada alta comparada, por exemplo, com a atual taxa de juros do Banco Central do Brasil, que gira em torno a 10,5% anual, fica baixa se comparada com os juros cobrados pelos bancos na Argentina na década de 1990 para os pequenos produtores, que oscilavam em torno a 5 e 6% mensal, o que determinou, como veremos depois, a falência de muitos deles.

atacadistas de cereal a uma taxa de 12% ao ano. Em outros casos, quando os arrendatários tinham menores recursos para começar a atividade produtiva, o comerciante local fornecia todos os insumos necessários para a produção, como sementes e maquinaria, além de alimentos e outros artigos necessários para a reprodução da vida dos arrendatários e das suas famílias. Ao contrário, os grandes fazendeiros tinham disponibilidade de crédito no “Banco Nación” e de outras entidades, como o “Banco de Londres” ou do “Banco de Crédito Territorial y Agrícola”, que financiavam a compra de grandes fazendas (GALLO, op. Cit). Além disso, é preciso lembrar que todas as melhoras introduzidas pelos arrendatários aumentavam o capital do fazendeiro proprietário, o que levou a exigir no “Congreso de Obreros Agrícolas” acima mencionado, que os fazendeiros respondam pelas melhoras introduzidas pelos arrendatários³⁹, em um novo ato de solidariedade dos trabalhadores rurais para com os arrendatários. Estes últimos, por sua situação econômica, pareciam estar muito mais próximos dos trabalhadores rurais, que dos fazendeiros (ODDONE, op.cit.).

Com estes dados, percebemos que a possibilidade de ter acesso ao crédito e à tecnologia era abundante, e a fertilidade da terra elevada, pelo que aquela terra do sul podia produzir uma alta renda, sobretudo tendo em consideração a proximidade ao mercado. O problema para os *chacareros* não era a sua incapacidade para produzir renda, ao contrário, a produziam em abundância; a sua dificuldade era que aquela renda lhes era expropriada pelos *terratenientes* a partir de contratos de arrendamentos abusivos e da usura.

1.3.8. O preço da terra.

Sobre este ponto, sabemos por Marx (op.cit.) que no modo de produção capitalista, o preço da terra é na verdade o preço da renda capitalizada. A terra, por não ser produto do trabalho, não pode apresentar valor de troca, ela é um elemento a mais da natureza, como o ar e os rios. Mas o que sim pode apresentar valor de troca é o cálculo

³⁹Neste sentido, é importante destacar que a principal melhora introduzida pelos arrendatários que estavam ligados aos “cultivos combinados”, era a de transformar aquelas terras de pastos duros e sem melhora nenhuma, em pradarias de alfafa para o gado de alta qualidade do fazendeiro. O ressarcimento econômico pelas melhoras introduzidas pelos arrendatários, recém vai ser obtido parcialmente em 1949, com a lei de arrendamentos.

da renda que dela pode-se extrair num determinado período de tempo. Ou seja, podemos calcular quanto valor e lucro pode gerar o trabalho aplicado nessa terra num determinado tempo, e a partir disso, fixar-lhe um preço de mercado. O que na verdade se vende (ou se arrenda) no mercado é a capacidade daquela terra para dela extrair renda. Sendo assim, a renda pode ser comprada ou vendida no mercado sob as mesmas leis que regem a venda de alguma outra mercadoria qualquer. Logo, o preço das terras que ainda não foram colocadas em produção, vai ser determinado pela renda que proporciona o solo já trabalhado, de igual qualidade e localização semelhante.

Os arrendamentos, segundo dados de GALLO (op. cit.) eram muito mais numerosos nos departamentos do sul (54% das unidades produtivas, com picos de 64% no extremo sul), ao contrário do acontecido no centro (25%, com mínimos de 7%), que era a região de mais antiga colonização, e onde a maior parte dos produtores era proprietária. Disto, podemos concluir que à medida que as terras foram sendo colocadas em produção para a agricultura e ocupadas por seus proprietários nas antigas colônias do centro, o preço das terras ainda sub-ocupadas do sul, e em propriedade de uma classe de grandes fazendeiros, foi se elevando. Isto aconteceu porque os grandes proprietários do sul viram, a partir do processo agrícola que estava acontecendo no centro, que também se podia extrair uma renda elevada das suas terras, praticando a agricultura com o trabalho imigrante que chegava em grande número. Esta tendência ao aumento do preço da terra e à conseqüente impossibilidade de acessar a propriedade por parte dos produtores diretos (arrendatários), se reforçou ainda mais com a construção das ferrovias e com a conquista definitiva dos territórios ainda ocupados pelos aborígenes em 1879. O custo do arrendamento e da propriedade foi subindo a partir das novas perspectivas e possibilidades de fazer negócios privados com a terra. Assim, conseguir mobilidade social foi ficando ainda mais difícil para as camadas não proprietárias. Anteriormente a 1900, o arrendamento tinha sido utilizado em grande parte para expandir as terras dos pequenos proprietários ou para procurar lucros sem a necessidade e o risco de imobilizar grande parte de capital, isto ainda possibilitado pela existência de terras incultas e a falta relativa de trabalhadores. Com a crescente imigração, o valor do trabalho ficou mais barato, as terras sub-ocupadas foram se valorizando e escasseando; além disso, a faculdade de impor condições por parte dos grandes fazendeiros aumentou.

Assim, o poder dos grandes proprietários foi aumentando e com frequência exigiram no valor do arrendamento, não só o lucro extraordinário originado pela renda diferencial I e II, senão que às vezes também com o lucro médio e até com o capital necessário para a reprodução da produção, gerando situações de ruína e endividamento dos produtores. O montante dos arrendamentos e a relação de poder foram aumentando em favor do grande fazendeiro, sobretudo, a partir do início do século XX. A capacidade ou incapacidade do produtor de receber um lucro médio, ou inclusive a de conseguir reproduzir ou não o seu capital para colocá-lo novamente na produção, estava ligado também às condições climáticas e aos preços do mercado internacional. Bons preços e clima favorável estimulavam o arrendatário a continuar na produção.

1.4. **Considerações finais do capítulo 1:**

Como conclusão e para finalizarmos este primeiro capítulo que fala sobre a gênese da formação sócio-espacial santafesina, podemos dizer que a área noroeste desenvolveu o seu capitalismo agrário numa via do tipo “prussiana”, isto é: a terra herdada do “feudo inglês” foi dividida em grandes parcelas e apropriada por um reduzido número de proprietários, monopolizando deste modo a renda e obstruindo o surgimento de estruturas agrárias progressistas, que tendessem a repartir e dividir a riqueza do solo. Ainda hoje, visitando esta área, constatamos que muitas famílias que moram naquele espaço rural não são donas da terra que habitam, e praticam uma economia de subsistência, criando gado miúdo menor (galinhas, porcos, cabras), e produzindo alguma horta. Outras produzem carvão vegetal ou tijolos com uma escassa capacidade técnica e produtiva. Os proprietários maiores tem se especializado principalmente na cria de gado, às vezes combinando com a atividade madeireira. A porcentagem de lares com Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI), segundo o censo de 2001, foi na área noroeste das mais altas da província, acima da casa de 26%, sendo a média provincial de 11,9%. Colocando estes dados procuramos mostrar a importância e a influência que exercem as relações de produção pretéritas e as heranças agrárias no desenvolvimento de uma região, neste caso relações de tipo servil ou quase servil, no âmbito de uma estrutura agrária super concentrada dominada pelo capital inglês até épocas relativamente recentes.

Já a área centro e nordeste continuou especializando-se na atividade legada pelos primeiros imigrantes: a produção de leite combinada com agricultura. Neste sentido, a fertilidade das terras desta área (de mediana fertilidade) determinou aquela combinação agricultura – pecuária, pois esta última logra fertilizar e melhorar os solos naturalmente a partir do esterco do gado. A palavra “agropecuária” denota este tipo de práticas “ecológicas”: combinação de agricultura com pecuária num mesmo espaço produtivo para conseguir uma otimização dos recursos e diversificação do risco. O real significado do conceito espaço “agropecuário” e a sua utilização prática deveria ser pelo menos reavaliado ao analisarmos a realidade econômica dos anos de 1990 nesta área, quando, como veremos mais adiante, a especialização produtiva e a utilização de fertilizantes minerais determinaram a separação desta atividade em dois espaços diferenciados. O legado imigrante, sobretudo o suíço, também coadjuvou a expansão da atividade leiteira nesta região. A bacia leiteira central produz 90% do total provincial de leite com 2,526 bilhões de litros em 2006, e não só consegue industrializar esta quantidade de leite senão que também as produções vindas do restante da província e de províncias vizinhas. Atualmente, duas das maiores empresas produtoras de laticínios do país, Milkaut e Sancor, nasceram nesta área (em Frank e Sunchales respectivamente) como pequenas cooperativas de produtores; e a primeira cooperativa de laticínios da América Latina nasceu em Humboldt em 1919, fomentada por uma lei provincial. Estes tipos de organizações produtivas (as cooperativas), social e economicamente tão relevantes, costumam surgir em regiões onde existiu subdivisão da terra e o consequente nascimento de inumeráveis unidades produtivas de pequeno e médio porte. Neste espaço, o processo de industrialização surge “naturalmente” no campo, a partir da indústria doméstica do “camponês/capitalista” que vai se especializando. Junto a estas atividades, a agricultura de milho, trigo e linho, como já foi colocado, permitiu o desenvolvimento de uma rica região com uma relativamente alta distribuição da riqueza da terra. O índice de NBI do departamento Las Colônias é o mais baixo da província (6,3%) e em todos os departamentos que integram esta área central o índice de NBI está abaixo da média provincial e das restantes áreas tratadas neste capítulo. Nesta área, que nós chamamos de centro e nordeste, o núcleo duro da colonização e da subdivisão da terra se encontra na primeira, quer dizer no centro (nos atuais departamentos Las Colônias, San Martín e Castellanos), enquanto que no nordeste, (os departamentos de General

Obligado, mas sobre tudo Garay e San Javier) a menor fertilidade da terra e o menor teor colonizador conseguido, colocam a esta “sub-área” numa espécie de transição entre o noroeste e o centro. Quanto mais nos aproximamos do norte e nos distanciamos do centro, mais as desigualdades sociais tendem a aparecer.

Por fim, na área sul, a agricultura extensiva foi o principal destino do seu espaço rural, enquanto que a pecuária se desenvolveu de maneira marginal, sobretudo no extremo sul (sul do departamento General López) onde as terras apresentam menor aptidão para agricultura. A crise experimentada pela agricultura pampeana entre os anos 1942 e 1952, somadas às políticas do governo de Juan Domingo Perón destinadas a dividir o latifúndio, deu a possibilidade a muitos pequenos e médios arrendatários de serem proprietários das suas terras, processo que alguns autores têm chamado de “mediación” ou “farmerização” da agricultura pampeana. Assim, graças à política estatal, conseguiram obter as rendas necessárias para pelo menos se reproduzirem como agricultores, situação que mudará, como analisaremos depois, sensivelmente nos anos de 1990. Não obstante, a estrutura agrária da região pampeana continuou sendo heterogênea. Cabe assinalar que um fato de destaque para a área sul é a importância crescente que o porto de Rosário começa a exercer no comércio internacional já desde as exportações de couros, charque e gado nos inícios do século XIX, mas que adquire uma relevância maior a partir da primeira exportação de cereais em 1877. Esta importante cidade santafesina, desde cedo, foi lugar de assentamento de numerosas agroindústrias, sobretudo de farinhas e óleos, com base no trabalho assalariado dos numerosos imigrantes que não conseguiram ter acesso à propriedade da terra. As nascentes agroindústrias foram beneficiadas por sua proximidade às matérias primas e ao rio Paraná que serviu como via de escoamento da produção para o exterior, e pelas ferrovias, que desde cedo foram construídas com capitais ingleses e que conectaram Rosário com o interior agrícola de Santa Fé e Córdoba. Dentro da área sul também nos reparamos com setores de transição no que as relações de produção e extração do trabalho excedente se refere, sobretudo naquela zona mais próxima ao centro santafesino. Assim, no extremo sul, os grandes proprietários impuseram exigências e condicionamentos abusivos aos arrendatários, como já foi caracterizado. Mas ao norte da área sul, muitos produtores conseguiram ser proprietários de terras, sobretudo daquelas que as companhias inglesas que construíram as ferrovias (e que foram pagas com grandes quantidades de terra)

colocavam à venda. Neste espaço de transição, nesta outra “sub-área”, as pequenas e médias propriedades coexistiam com as grandes fazendas. Os índices de NBI se aproximam na área sul em seu conjunto às da média provincial, em torno de 11%.

A partir de 1976, ano no qual faz a sua aparição o neoliberalismo na Argentina com a ditadura militar, mas principalmente na década de 1990, vão se produzir uma série de drásticas mudanças nas atividades produtivas e nas relações com a propriedade da terra em toda a região pampeana, na qual se haja inserido o nosso objeto de estudo: o espaço rural da província de Santa Fé. Mas estas mudanças foram em grande parte determinadas por uma série de movimentos políticos e econômicos acontecidos em escalas espaciais maiores, como a nacional e a mundial, acontecimentos que procuraremos analisar e explicitar neste trabalho e que formam parte das múltiplas determinações que propiciaram uma “deformação” da histórica formação sócio-espacial da província.

Portanto, na continuidade, analisaremos os principais acontecimentos geopolíticos e econômicos acontecidos no centro do sistema capitalista mundial nas últimas décadas, e que comprometeram o processo de formação econômica argentina, aumentando a sua dependência e rol de periferia com relação ao centro. Também serão colocadas as principais políticas econômicas que determinaram as mudanças na dinâmica produtiva santafesina na década de 1990, ao tempo que procuraremos entender a lógica espacial da sua agroindústria.

CAPÍTULO 2: ESTRUTURA E INFRAESTRUTURA DA AGROINDÚSTRIA DE SOJA NA ARGENTINA: LÓGICA ESPACIAL DA SUA LOCALIZAÇÃO, E A SUPERESTRUTURA JURÍDICA E POLÍTICA QUE PERMITIU A SUA CONSOLIDAÇÃO NOS ÚLTIMOS 20 ANOS.

Na continuação exporemos brevemente alguns dos principais movimentos geopolíticos e econômicos que permitiram o surgimento do gigantismo financeiro internacional, baseado no poder do dólar, ao qual a Argentina ficou estreitamente ligada. O alto endividamento externo argentino foi uns dos desencadeantes das medidas políticas e econômicas tomadas na década de 1990, que além de aumentar ainda mais o endividamento, determinaram sensíveis mudanças no setor agropecuário santafesino.

2.1. O surgimento do gigantismo financeiro mundial e da dívida externa Argentina.

Os fatos que desencadearam o processo de crescimento do capital financeiro internacional e o endividamento dos países latino-americanos, entre eles a Argentina, estão ligados a uma série de acontecimentos políticos e econômicos internos e externos a estes países.

Numa escala externa, no ano 1974, políticos e banqueiros estadunidenses e sauditas fizeram um acordo em que o preço do petróleo (que tinha tido uma considerável suba no ano 1973), começaria a ser comercializado só na moeda norte-americana, ao mesmo tempo em que os árabes reciclariam essas grandes massas de “petro-dólares” em bancos americanos. Alguns países, como a Argentina, solicitaram empréstimos aos bancos norte-americanos, que eram oferecidos a taxas baixas de juros e sem contratempos, e começaram a incrementar assim a sua dívida externa.

Em 1979 explodiu uma nova crise econômica mundial, relacionada à revolução islâmica iraniana, que aumentou novamente o preço do petróleo, desencadeando inflações a nível mundial. Para controlar a inflação (ou com essa desculpa), nos EUA, as taxas de juros se elevaram. Os bancos tiveram que pagar aos países que tinham colocado os petrodólares juros cada vez mais altos, custos que por sua

vez foram automaticamente transferidos aos países que tinham recebido os empréstimos.

Além disso, já no ano de 1971, o governo norte-americano de Nixon, percebendo a drástica diminuição das reservas de ouro do Banco Central Americano, decide romper com um dos acordos mais importantes do Bretton Woods, e desliga o valor do dólar do valor do ouro, abrindo assim a possibilidade para a emissão incontrollada de dólares. Este fato permitiu aos americanos manejar à vontade a sua política cambial, (basicamente no que diz respeito ao valor da moeda e taxa de juros), que até então, era acordada com os países da Europa Ocidental. Assim, os EUA conseguiram manter a hegemonia econômica mundial, mesmo com a sua economia real em crise.

Numa escala interna, o governo ditatorial na Argentina⁴⁰ (1976-1983), e posteriormente os governos democráticos de Menem e De La Rúa (1989-2001), alinhados aos interesses norte-americanos, mal gastaram os recursos recebidos, aplicando-os numa política econômica liberal, de abertura comercial e financeira, e de atraso cambial como instrumento antiinflacionário, que chegou a substituir a produção nacional de mercadorias por importações, e financiando também a saída de capitais, aprofundando mediante estas políticas econômicas o processo de desindustrialização nacional e a dívida externa⁴¹ (FOSSATI, 2001).

Entre 1975 e 1982, a dívida da América Latina passou de 75.000 a 295.000 milhões de dólares. Para o ano 2000, a dívida externa latino-americana era calculada em 550.000 milhões de dólares, em que 27% desse montante correspondia à dívida argentina enquanto que o 43% correspondia ao Brasil (mas com um PIB quatro vezes superior ao Argentino).

Neste contexto, a Argentina voltou para a democracia, no ano de 1983, fortemente endividada e com grande parte da sua estrutura produtiva destruída pelas políticas antipopulares, entreguistas, antinacionalistas e anti-desenvolvimentistas da ditadura. Para agravar a

⁴⁰ No ano 1982, e sendo presidente do Banco Central Domingo Cavallo (posterior ministro de economia de Menem), o governo ditatorial argentino estatizou a dívida externa de numerosas grandes empresas privadas (Fiat, Ford, Banco Frances, entre outras), por um montante que representava o 25% do PIB. (TOUSSAINT, 2006).

⁴¹ Neste sentido, existe uma grande diferença entre a utilização que fizeram de empréstimos externos, na década de 1970, países como Argentina, Venezuela e México; e a aplicação que fizeram destes recursos outros países como Brasil, Paraguai e Equador, que os utilizaram procurando aprofundar os seus processos de industrialização e substituição de importações (FOSSATI, op. cit.).

situação, o setor agrícola pampeano, histórico gerador das divisas nacionais, ingressou na democracia num contexto de baixos preços internacionais e conflitos com o governo, pelo qual a dificuldade de conseguir novos dólares para pagar dívida aumentava. Assim, os resultados econômicos continuaram sendo ruins, e o FMI reclamou mudanças e ajustes durante toda a década dos anos 80 na política econômica Argentina, como condição para renegociar a dívida.

A impossibilidade de pagar os juros da dívida externa de muitos dos países latino-americanos no começo dos anos 80, que consumia grande parte dos ingressos gerados por suas exportações, fez que alguns deles declarassem a cessação de pagamentos, ou solicitassem reestruturações da dívida; o primeiro foi México em 1982.

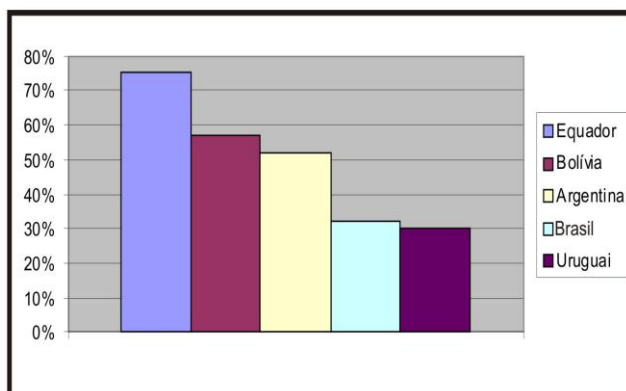


Gráfico 3- Relação percentual entre dívida externa e PBI no ano 2.000, em alguns países da América Latina. Elaboração própria em base a dados de TOUSSAINT, op. cit.

O contexto econômico e político argentino de finais da década 1980 era realmente caótico. O governo do presidente do Partido Radical, Raul Alfonsín, não conseguia cancelar nem sequer os juros da dívida externa, além de estar desgastado por uma forte briga que mantinha com os sindicatos (ligados ao principal partido opositor: o Justicialista) que reclamavam aumentos de salários e estavam em constante greve. Os organismos de crédito internacional impuseram como condição para continuar emprestando dinheiro, a privatização de algumas empresas

públicas, mas o bloco justicialista se opôs firmemente no congresso a estas medidas⁴².

Neste cenário, o Banco Mundial anunciou em janeiro de 1989, a suspensão dos empréstimos para a Argentina. Entre fevereiro e agosto desse ano, a inflação superou os 1700%, a moeda se desvalorizou quatro vezes em relação ao dólar, e os salários reais caíram em 30%. O Banco Central ficou sem reservas e a moeda local perdeu as suas funções essenciais de valor de câmbio e referência para a troca. Pela falta de reservas monetárias, que eram giradas ao exterior para pagar o alto custo da dívida, o Estado Nacional emitia moeda para financiar o déficit, piorando a situação inflacionária. No dia 8 de julho daquele ano, o presidente Alfonsín passou o seu mandato antecipadamente para o justicialista Carlos Menem, que havia ganhado as eleições em março, e que tinha prometido a sua famosa “*revolución productiva*”. Mas isso não impediu que o segundo semestre desse ano fechasse com uma hiperinflação de 5000%⁴³ (FERRER, op. cit).

Num contexto interno economicamente caótico, os conselhos e capitais financeiros externos foram bem-vindos, e o FMI não tardou em comandar a economia da Argentina através dos seus representantes: o ministro de economia Domingo Cavallo e o presidente Carlos Saul Menem. Foi a partir das políticas de aumento dos impostos, privatizações de empresas e infra-estrutura pública e a desregulamentação do mercado, iniciadas em 1989, e especialmente com a dolarização da economia em 1991 (lei de *Convertibilidad*), que começa uma nova etapa econômica na Argentina, marcada pela concentração/desapropriação ainda maior do capital e da renda. A lei de

⁴² O partido Justicialista foi fundado por Juan Domingo Perón. Logo depois da renúncia de Alfonsín em 1989, este partido assume o poder político e paradoxal e hipocritamente privatiza todas as empresas estatais. Na derrota do justicialismo nas eleições de 1999, a “Alianza”, integrada pelos principais partidos de oposição (entre eles o partido Radical), vão aprofundar as medidas neo-liberais que tanto tinham criticado, desencadeando em dezembro de 2001, uma revolta popular que terminou com o governo de De la Rúa. Ao final dos anos 90, o desemprego chegou ao 30% da população ativa. Nesta década as importações cresceram em 300%, enquanto as exportações 100%. A percentagem de pessoas que viviam abaixo da linha de pobreza chegou em 2002 a 57% do total da população, 40% abaixo da linha da indigência. A dívida externa aumentou significativamente. Estes são alguns dos tristes resultados da experiência neo-liberal na Argentina (FERRER, 2007: p. 289 a 348).

⁴³ A inflação seria depois controlada ao preço de grandes custos sociais e produtivos; dolarização da economia, crescimento histórico da dívida externa e com a venda de grande parte do patrimônio nacional. O temor que a hiper-inflação tinha gerado na sociedade fez com que Menem, apesar das suas impopulares medidas políticas, e com ajuda da mídia, seja reeleito em 1995.

convertibilidad ligava o valor do dólar ao valor do peso, situação que encareceu as exportações nacionais e a mão-de-obra, e barateou as importações. Para manter o alto valor do peso, o Estado vendeu as suas empresas nacionais (entre elas a de petróleo), para conseguir os dólares necessários para manter a conversibilidade. Também se endividou irresponsavelmente tomando empréstimos de organismos de crédito internacional. As repercussões destas medidas não tardaram em se materializar no espaço geográfico, tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas de todo o país, produzindo desemprego, crescimento das favelas, êxodo rural, concentrações da riqueza, endividamento, além da explosão de inumeráveis conflitos sociais.

Ano	Milhões de dólares
1970	5.810
1980	27.157
1.990	62.233
1996	111.378
1.999	195.294

Crescimento da dívida externa da Argentina. Fonte: TOUSSAINT, 2006.

Estimación del Balance de Pagos

Cuadro 1: Resumen (1)

-En millones de dólares-

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Cuenta corriente	-5.558	-8.209	-10.981	-5.104	-6.755	-12.116	-14.465	-11.910	-8.955
Mercancias	-1.396	-2.364	-4.139	2.357	1.760	-2.123	-3.097	-795	2.452
Exportaciones fob	12.399	13.269	16.023	21.162	24.043	26.431	26.434	23.309	26.341
Importaciones fob	13.795	15.633	20.162	18.804	22.283	28.554	29.531	24.103	23.889

Estimación del Balance de Pagos

Cuadro 1: Resumen (1)

-En millones de dólares-

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Cuenta corriente	-3.780	8.767	8.140	3.212	5.275	7.768	7.355	6.735	11.290
Mercancias	7.385	17.178	16.805	13.265	13.087	13.958	13.456	15.423	18.528
Exportaciones fob	26.543	25.651	29.939	34.576	40.387	46.546	55.980	70.019	55.669

Balança de pagamentos argentina, período 2002-2009. Fonte: www.indec.mecon.ar, 2010.

Portanto, pelo exposto nos dados acima, percebe-se que nos anos 1990 a importação de mercadorias superou amplamente as exportações. Estes déficits foram financiados com dólares provenientes de diferentes organismos de crédito internacional, direta ou indiretamente ligados ao FMI, e com a venda de empresas públicas. A partir do governo Kirchner, a balança se volta para o lado das exportações, a dívida com o FMI é cancelada, e a contraída com bancos privados e pequenos poupadores é reestruturada com grandes quitações. Assim, se dá por terminada a etapa neoliberal, que na Argentina começou cedo, no ano de 1976, sob a ditadura militar de Augusto Rafael Videla, e que foi aprofundada pelos governos democráticos de Menem e De La Rúa, na década de 1990 e princípios de 2000.

2.2. Normas e produção do espaço nos anos 1990.

Analisaremos aqui não somente os novos delineamentos da base econômica agrícola do território argentino e santafesino dos anos 1990, como também o processo de criação da superestrutura jurídica e política surgida daquela reconfiguração capitalista.

Milton Santos nos proporciona uma boa síntese da importância que tem as normas para ligar os interesses do capital ao Estado, ao afirmar que:

As normas participam do processo de produção dessa ordem privada que amplia o poder de alguns atores e dessa desordem que estorva o desempenho dos demais. A produção de normas é incessante, porque a mais-valia é devorante, está sempre exigindo mais. (SANTOS: 2000, p. 39).

Algumas vezes caracterizamos o período econômico argentino dos anos 90 como de “desregulamentado”, fazendo referência à ausência do Estado Nacional no planejamento dos processos econômicos. Desta perspectiva julgamos a inoperância de quem governa para defender os interesses populares e nacionais. Mas visto de outro ponto de vista, podemos dizer que os governos neoliberais latino-americanos precisaram intervir ativamente nos três poderes do Estado para assegurar a acumulação ainda maior de capital em alguns setores econômicos já concentrados.

As intervenções do Estado na década de 1990 na Argentina procuraram gerar toda uma série de leis que permitissem a desapropriação de infra-estrutura e empresas do Estado, regulamentando normas afins aos interesses do grande capital. Assim, os estados influenciados pelo neoliberalismo “trabalharam” ativamente para “regulamentar leis des-regulamentadoras”, que como veremos no caso da agroindústria, outorgaram maior poder aos monopólios. Neste sentido é interessante saber que a “*Ley de Reforma del Estado*” sancionada em 1989, e que outorgava faculdades ao executivo para privatizar bens e serviços, contempla explicitamente no seu artigo 10, a possibilidade de transferência destes, inclusive para monopólios privados, fato que não fecha com os postulados da teoria liberal clássica de finais do século XVIII, que os critica abertamente.

Para a Argentina, o setor agro-exportador pampeano e o espaço que ele reproduziu, pelo menos desde a Independência em 1816, sempre foi o eixo da economia nacional, a base econômica do território e suporte de varias agroindústrias que, no cenário internacional, sempre foram bastante competitivas. As agroindústrias as quais daremos maior importância neste texto são aquelas que mais cresceram na década de 1990, as que maior capacidade de modificar o espaço tiveram e as que maior quantidade de divisas geraram: tal é o caso das produtoras de commodities⁴⁴ derivadas do processamento da soja.

Para ter uma ideia do nível de representatividade que o grande agronegócio tinha no governo argentino da década de 1990, talvez contribua saber que os dois primeiros ministros de economia menemistas (Roig e Rapanelli), foram altos funcionários da empresa Bunge & Born, mas nenhum deles conseguiu “tanto sucesso” como Domingo Cavallo.

Mediante uma série de políticas tendentes a favorecer os setores concentrados da agro-exportação, e que no transcurso do presente capítulo iremos caracterizando, se logrou um forte aumento da produtividade da agricultura pampeana. O carro chefe do aumento da produção agrícola argentina e o vetor de significativas mudanças no espaço rural pampeano e santafesino será o cultivo de soja. Para nos

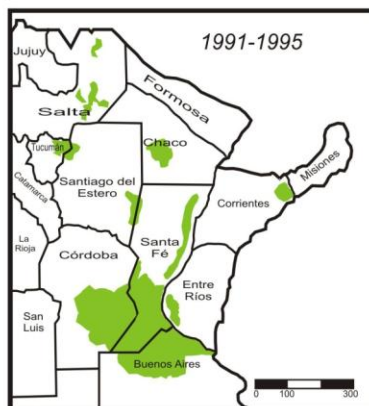
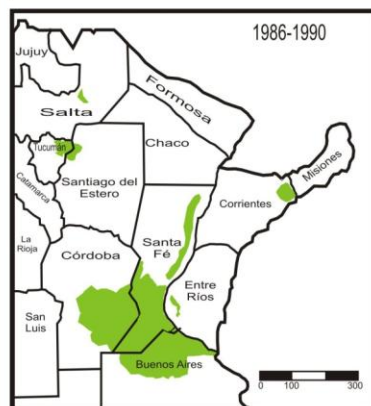
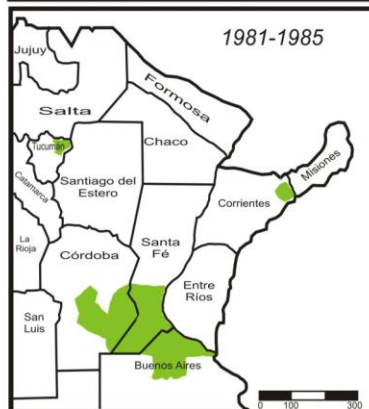
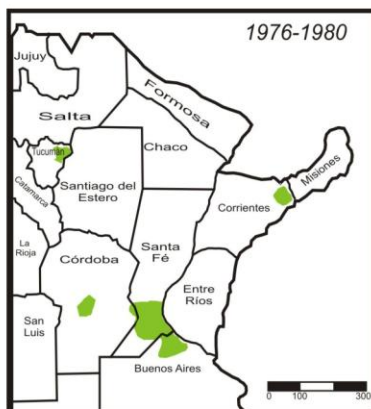
⁴⁴ Produtos básicos com pouco ou nenhum grau de industrialização, de importante relevância no comércio internacional, que fixa os seus preços. Estes produtos possuem características físicas homogêneas, como arroz, feijão, soja, farelo e óleo de soja, petróleo, etc., questão que permite fixar lhes preços também homogêneos nos mercados.

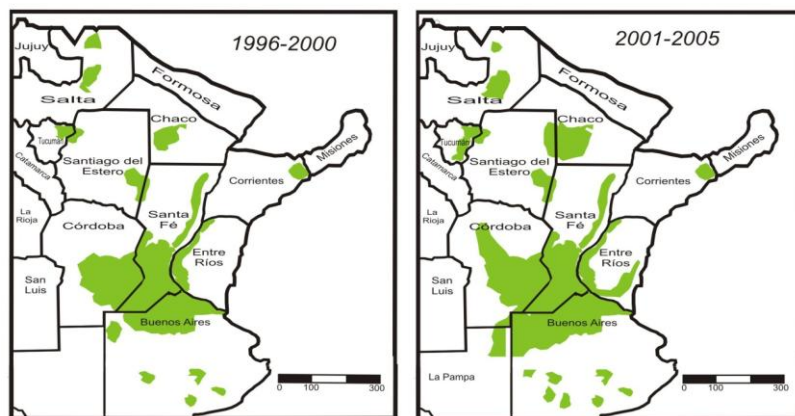
aproximar da realidade do aumento da produção agrícola pampeana das duas últimas décadas, é oportuno apresentar alguns dados: segundo o INDEC, a produção de cereais e oleaginosas, na década de 1980 mediava os 35 milhões de toneladas anuais (cifras que se mantinham quase estáveis desde a década de 1930); aumentou para 64,3 milhões em 1999, registrando um recorde histórico na campanha 2007/2008 de 96 milhões de toneladas. A taxa de crescimento na produção agrícola foi no período 1991-2007 de 9% na média anual. O motor deste crescimento na produção agrícola argentina, a soja, se encontra no grupo das oleaginosas, devido a seu alto conteúdo de óleo e é originária da China. Começou a ser cultivada na Argentina no sul de Santa Fé nos finais dos anos de 1960, mas é a partir da década dos anos noventa que o seu cultivo vai se incrementar, propiciando processos de homogeneização produtiva também em regiões não-pampeanas (ver mapa nº 8).

À escala global, a área total plantada com oleaginosas no mundo representa 26% das terras cultivadas, perto do trigo com 24%. O arroz ocupa 17% das áreas semeadas e o milho 16%. 58% da produção mundial de oleaginosas correspondem à soja, seguida pela canola com 13% e 11% do algodão. A área plantada com soja se duplicou nas últimas duas décadas no mundo. Estima-se que na produção mundial de óleos, a soja participe com 25%, seguida da palma com 24%; o milho aporta 18%, a canola 12% e o girassol 7%. A soja representa também mais do 60% dos subprodutos oleaginosos sólidos no mundo, como farelos e farinhas. A União Europeia, China e os EUA são os grandes consumidores de soja e subprodutos. Os EUA é o principal produtor mundial de soja, seguido pelo Brasil e Argentina. A respeito do óleo de soja, a Argentina é o principal exportador mundial, com aproximadamente 48% do mercado internacional, enquanto que o Brasil se encontra em segundo lugar, com 28% aproximadamente. O maior importador de óleo de soja é a China com 36% do total mundial, seguida da Índia (21%). Estima-se que mais de 76% do óleo importado pela China seja de origem argentina. A China também é o principal demandante de grão de soja sem processar no mundo, utilizada, sobretudo como matéria-prima para a elaboração de óleo e ração animal da crescente agroindústria chinesa. Isto devido em boa parte ao forte incremento no consumo de proteínas animais da sua vultosa população: na década de 1980 o consumo *per capita* de carne naquele país era de 20 quilogramas, e na atualidade se calcula em mais de 50 por ano⁴⁵.

⁴⁵ Segundo descrito no site: www.worldoild.org

**Evolução
do cultivo de soja
na Argentina.
Período 1971-2005.**





Mapa 8. O cultivo de soja na Argentina entre 1971 e 2005.
Fonte: Elaboração própria a com base a dados de CONTE e
outros, 2006.

2.3. Política pública que permitiu a expansão do capital agroindustrial na década de 1990.

Uma das normas que maior impacto provocou na agricultura argentina na década menemista foi sem dúvida a que permitiu a utilização e comercialização de sementes de soja transgênica RR⁴⁶ (Round up Ready), propriedade intelectual da norte-americana Monsanto.⁴⁷

⁴⁶ A tecnologia da soja RR (RR significa **R**esistente ao **R**and-up) é uma modificação genética provocada para que a planta consiga suportar os herbicidas à base de glifosato a partir da inserção no DNA da soja de um gene extraído de uma bactéria presente no solo (agrobacterium). As sementes transgênicas apresentam na sua composição genes de diversas espécies que foram introduzidos pelos cientistas e que de outra forma nunca poderiam se associar na natureza. Neste caso, é uma modificação genética provocada por um interesse puramente econômico. Esses parâmetros econômicos não podem caber no universo da natureza: só cabem no universo dos homens. O discurso de que “o mundo está precisando de alimentos” abala este tipo de práticas ao tempo que obstruiu o pensamento de práticas e políticas alternativas. Refutando este discurso poderíamos dizer que paradoxalmente os preços dos alimentos não têm deixado de subir nos últimos anos na Argentina e no mundo, e nunca houve no mundo tanta fome como agora.

⁴⁷ A Argentina foi o primeiro país da América Latina a legalizar a comercialização de soja RR, quase em simultaneidade com os Estados Unidos. No Brasil, a soja RR foi ingressando e sendo cultivada de maneira ilegal no Rio Grande do Sul, em uma união de cumplicidades entre autoridades administrativas argentinas, empresas comercializadoras da semente e insumos e produtores agrícolas gaúchos. (LA NACION: 21-10-2000) O primeiro mandato de Lula (que

A utilização por parte dos produtores agrícolas argentinos de um novo pacote tecnológico que integra a soja RR, o herbicida à base de glifosato e o método do plantio direto, permitiu um espetacular aumento da produção de soja e um significativo incremento na superfície semeada com esta oleaginosa. A possibilidade de diminuir mão-de-obra, tempo, custos e insumos, somado aos baixos preços do trigo, milho e sorgo no mercado internacional dos anos 1998 e 1999, fez com que os produtores (que na Argentina ainda⁴⁸ não tem que pagar royalties pela utilização destas sementes e podem ser reproduzidas legalmente por eles mesmos), adotassem rapidamente as sementes transgênicas, que além do mais, eram vendidas ao mesmo preço que as convencionais.

Os quadros e gráficos seguintes mostram o elevado crescimento da soja na Argentina nas últimas duas décadas.

Evolução da área plantada com soja transgênica na região pampeana. Anos 1993-1995-1999-2001-2007-2010.	
Anos	Milhares de hectáres.
1993	5.304
1995	6.663
1999	7.572
2001	10.261
2007	16.003
2010	19.012

Tabela 2- Elaboração própria a partir de dados INDEC, 2010.

Já o gráfico seguinte apresenta dados extraídos do site oficial da Monsanto, mostrando estar a Argentina em segundo lugar na lista de países com maior superfície plantada com transgênicos no mundo, com 17% de participação, só atrás dos EUA. O Brasil ocupa também uma posição destacada.

antes de assumir a presidência tinha se pronunciado totalmente contra os organismos geneticamente modificados) vai liberar provisoriamente o cultivo da soja RR no RS para a colheita 2002/2003, sobrepondo inclusive a um pronunciamento da Justiça Federal contrário à liberalização.

⁴⁸ A transnacional Monsanto vêm realizando ações na justiça argentina e ameaçando com embargos as empresas que importam soja e subprodutos da Argentina, com a intenção de conseguir a cobrança de *royalties* aos produtores, pela utilização da tecnologia RR. Fonte: www.monsanto.com.ar

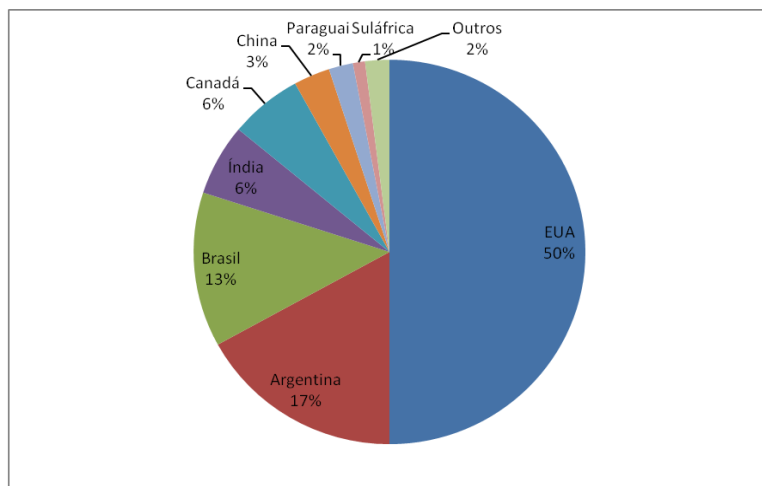


Gráfico 4. Participação na área global de cultivos transgênicos, por país (sobre 125 milhões de hectares). Fonte: Monsanto.com.ar, ano 2009.

A partir de 1996, ano no qual a Monsanto lançou ao mercado a semente de soja resistente ao glifosato nos EUA e na Argentina, os cultivos geneticamente modificados (GM) cresceram consideravelmente, conforme exposto no gráfico abaixo:

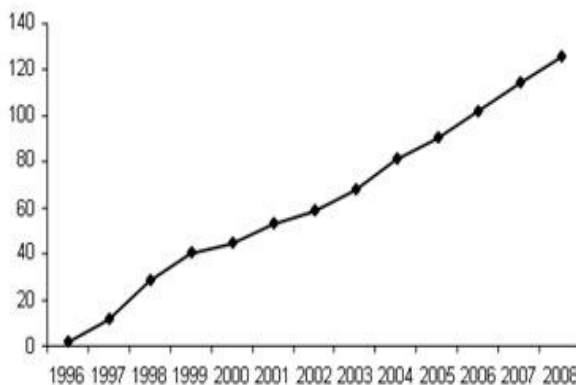


Gráfico 5. Crescimento mundial de cultivos GM, em milhões de hectares. Fonte: <http://www.monsanto.com.ar>; 2009.

Outro fato relevante que incentivou o cultivo de soja foi a eliminação, na década de 1990, dos impostos às exportações agrícolas, que na década de 1970 tinham chegado a 40%. A eliminação do imposto às exportações beneficiou claramente os setores agroexportadores e fez aumentar o custo dos alimentos no mercado interno. A parte da renda da terra que era transferida aos consumidores através do imposto foi eliminada aumentando não só o preço dos alimentos senão também o custo da mão-de-obra.

No cenário de políticas neoliberais recomendadas pelo FMI e implementadas no governo Menem, tendentes a dismantelar a infraestrutura do Estado, causou grande impacto na economia pampeana a eliminação da “*Junta Nacional de Granos*” e da “*Junta Nacional de Carnes*”, a privatização das suas infraestruturas e a desregulamentação dos seus mercados. Estes organismos tinham sido criados pelo Estado Nacional na década de 1930 e eram encarregados de regular e supervisionar os mercados de grãos e carnes através da fixação de preços mínimos de exportação, a manutenção de estoques reguladores para o mercado interno, e a operação de elevadores portuários e infraestrutura de armazenagem de grãos. A comercialização de grãos e carnes, tanto externa como interna, estava regulamentada pelo Estado através destas “*Juntas*”. Em 1991, estas funções foram transferidas totalmente para o setor privado e toda a sua infra-estrutura portuária e de armazenagem foi privatizada ou cedida em concessão à empresas privadas. Os setores já vinculados à agro-exportação de soja aproveitaram para adquirir grande parte da infra-estrutura estatal. Com o desaparecimento daqueles organismos, o Estado argentino perdia o principal instrumento de regulação de dois setores estratégicos para a economia nacional, que durante meio século haviam sido utilizados para intervir em apoio aos pequenos e médios produtores, fixando preços mínimos, regulamentando a comercialização, subsidiando fretes diferenciais e distribuindo insumos.⁴⁹

⁴⁹ “Artículo 15- Dispónese la privatización de las Unidades de Campaña y los Elevadores terminales de propiedad de la JUNTA NACIONAL DE GRANOS. En un plazo de CIENTO OCHENTA (180) días deberán confeccionarse los Pliegos de Bases y Condiciones Generales y Particulares y efectivizarse los llamados a Licitación Pública Nacional e Internacional. Decreto 2074/1990. Boletín Oficial n° 26.983, lunes 5 de octubre de 1990, p. 1”. Extraído de: www.boletinoficial.gov.ar

Continuando com a análise das normas que tiveram grande responsabilidade nas mudanças da agricultura pampeana dos anos 1990, e que aumentaram a concentração econômica das agroindústrias, foi a lei 24.093 (ou “Ley de Puertos”), sancionada em junho de 1992, que dispôs a transferência do domínio ou a exploração aos estados provinciais, municipais ou à atividade privada, dos portos nacionais que até aquele momento era administrada, explorada e controlada pela “*Administración General de Puertos del Estado*”. Na atualidade nenhum porto é administrado pelo Estado Nacional na Argentina (PUBLICACIÓN, 2008). A “*Ley de Puertos*” permitiu a entrada de investimentos privados num setor altamente estratégico para a economia agroexportadora. Ela também possibilitou a construção de novos portos e terminais de embarque por parte do setor privado. Este realizou investimentos que o Estado havia décadas que não realizava, sobretudo na área de mecanização e informatização de tarefas. Como consequência, se estima que 20.000 trabalhadores portuários foram demitidos. Através da incorporação de novas tecnologias na área de carga e descarga, caíram os preços dos fretes marítimos para a agroindústria: um navio Panamax que levava 10 dias para ser carregado, com um custo de 10.000 dólares diários, teve um encurtamento deste tempo para 2 ou 3 dias, e às vezes um dia (CLARIN, 2003).

Para facilitar a circulação da produção da agricultura pampeana e dinamizar a saída da crescente produção, era necessário aprofundar as vias de navegação. A dragagem do rio Paraná foi e é de fundamental importância para o modelo econômico argentino, desde os anos 1990 até a atualidade. O aumento da profundidade do Paraná e a sua sinalização foram financiados pelo Estado nacional, fato que consolidou o posicionamento da Argentina como um dos principais exportadores de soja e subprodutos no mundo. Este rio, no seu setor médio e inferior, apresenta uma alta carga de sedimentos, provenientes, sobretudo, dos rios Pilcomayo e Bermello, que permitiu, no transcorrer do tempo geológico, a formação de um vasto sistema de ilhas no baixo e médio Paraná.

A “Hidrovia S.A.” é a empresa concessionária encarregada da dragagem e sinalização do Rio Paraná, a via de exportação mais importante da Argentina. Calcula-se que por esta via é transportada 80% da exportação agrícola e a maior parte dos produtos siderúrgicos e petrolíferos argentinos. A Hidrovia S.A. está integrada por Jan de Nul, empresa de dragagem belga, e EMEPA S.A., núcleo empresarial argentino. Ambas resultaram ganhadoras da licitação realizada em 1992

pelo governo nacional, para a concessão do rio Paraná como via navegável desde Santa Fé até o Oceano Atlântico, sob um regime de cobrança de taxas por tonelada transportada e subsídios do estado. As obras começaram em 1995, ano no qual a profundidade entre Puerto General San Martín e o mar era em média de 27 pés, com setores de 22-23 pés. Na atualidade se tem conseguido uma profundidade de 34 pés⁵⁰ (10,36 mts.) até Puerto General San Martín, e se tem convênios assinados com o Estado para aumentar a profundidade de 36 pés até aquela cidade, e conseguir uma via navegável de 28 pés, rio acima, até o porto de Santa Fé. Também se está procurando aprofundar esta hidrovía até a cidade de Asunción, no Paraguai ⁵¹ (www.hidrovía-sa.com.ar, 2009). Assim, com 32 pés de calado navegável, as embarcações conseguiram transportar uma carga de aproximadamente 43.000 toneladas. Ao conseguir os 34 pés, a capacidade incrementou-se até 46.600 toneladas, situação que produz uma economia para as agroindústrias exportadoras de U\$ 140 milhões anuais em fretes. A se alcançar os 36 pés, a capacidade de carga se elevará para 52.000 toneladas. Os subsídios do Estado que a empresa recebia pelos seus serviços giravam em torno aos 50 milhões de dólares anuais⁵² (www.centrodenavegacion.org.ar, 2009; ANALISIS, 2009).

⁵⁰ Um pé = 30,48 cm.

⁵¹ O governo nacional fechou um novo contrato com Hidrovía SA, que estará a cargo até o ano de 2021 de proceder a dragagem e balizamento do Paraná. Pela extensão do contrato pagará à empresa 112,5 milhões de dólares por 3 anos, além de 1.500 milhões pelo total do contrato. Em contrapartida a empresa terá que anexar à trama original (que abarcava desde Santa Fe até o oceano) a dragagem a 10 pés desde Santa Fé até Asunción do Paraguay, o que vai facilitar o transporte da produção de soja com trens de barcaças desde o Paraguai, Bolívia e talvez Brasil, até as agroindústrias da grande Rosário, as quais apresentam uma capacidade ociosa de 30% aproximadamente (La Nacion. 03-03-09).

⁵² Um barco Panamax tem uma capacidade de carga de entre 55.000 a 60.000 toneladas e uns 39 pés de calado (12 mts aprox.). Com 34 pés, saem carregados desde Rosário com 43.000 toneladas, pelo que geralmente completam sua carga em Bahia Blanca (Buenos Aires) ou Paranaguá (Paraná-Brasil). Se forem alcançados os 36 pés, os navios poderão carregar até 50.000 toneladas e partir direto para Rotterdam ou à China, diminuindo assim custos de fretes (ANÁLISIS, ob. cit.).



Mapa 9. Cidades pampeanas e profundidade que deverá chegar nos próximos anos a dragagem do rio Paraná. Fonte: elaboração própria.

Outra obra de infraestrutura muito importante para o renovado modelo agroexportador argentino das últimas décadas foi a construção da ponte “Nuestra Señora del Rosario”, que liga as cidades de Rosário e Vitória (província de Entre Ríos). A sua inauguração, em 2003, permitiu economizar custos de transporte e tempo ao facilitar a saída da produção de soja desde o sul de Entre Ríos para os portos agroindustriais da grande Rosário. Conseqüentemente, esta obra permitiu elevar a renda diferencial II (renda relacionada às vantagens de localização e acesso ao mercado) daquelas terras da província de Entre Ríos que viram aumentar consideravelmente nesta década o cultivo de soja (ver mapa de expansão da soja), e assim abastecer as ociosas agroindústrias do sul santafesino. Anteriormente à construção da ponte, para chegar aos portos de Rosário, os caminhões deviam atravessar o Rio Paraná através de uma balsa localizada à altura da cidade de Paraná, em Entre Ríos.⁵³ Isto constituía um nó de estrangulamento da produção de soja entrerriana, sobretudo tendo em consideração que esta província

⁵³ Por questões de peso e segurança, aos caminhões carregados com soja, não é permitido transitar pelo túnel sub-fluvial que une Paraná com Santa Fé.

não conta com um complexo portuário e industrial que possa dar conta da sua produção agrícola. Assim, anteriormente à construção da ponte, a distância a ser percorrida por um caminhão que ia de Victoria até Rosário era de 318 km. Circulando pela ponte, essa distância se reduz a 60 km. Esta grande obra de engenharia está formada por aproximadamente 43 km de terraplanagens levantados sobre o sistema de ilhas que o rio apresenta naquele curso, e por mais de 15 km de pontes que atravessam o Paraná e todos seus braços. Esta ponte teve um custo de U\$S 380 milhões e foi financiada com orçamentos públicos nacionais e provinciais, e posteriormente concedida a empresas privadas⁵⁴ que se encarregam da sua administração e manutenção através da cobrança de pedágio.



Foto 11: Ponte “Nuestra Señora del Rosario”, que liga as cidades de Rosário e Victória.

Arquivo: http://www.puentesdellitoral.com.ar/fotos_album.php; 2010.

Continuando com a análise da série de normas e infraestruturas que permitiram consolidar um renovado modelo agroexportador na

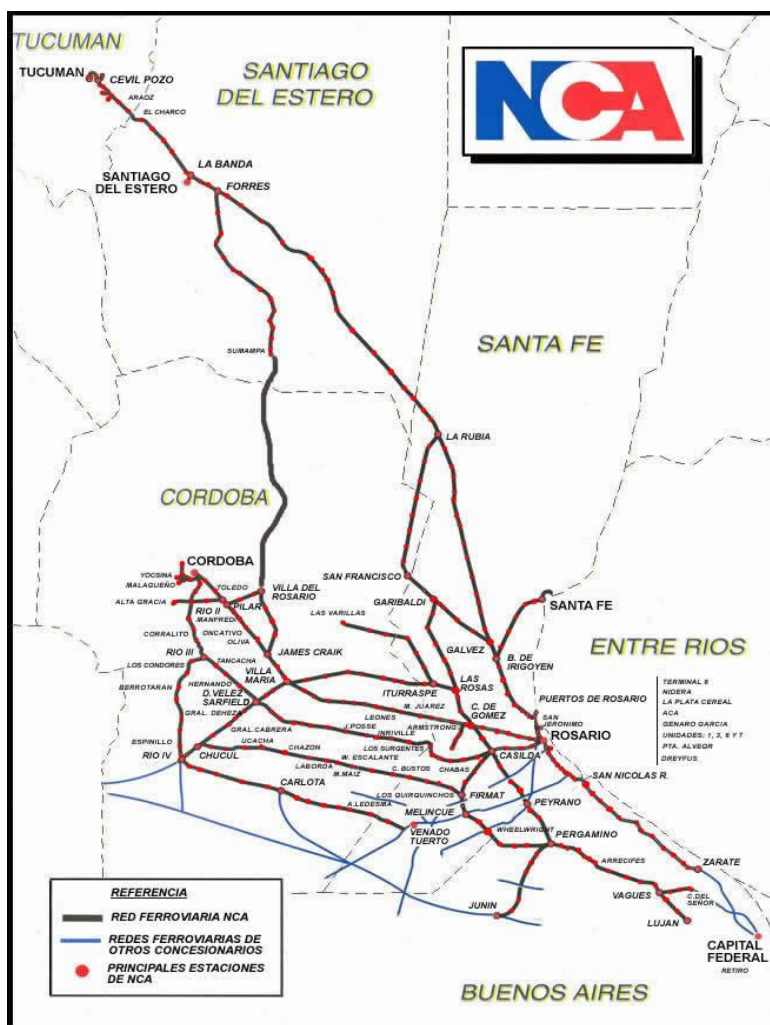
⁵⁴ Estas empresas formam um consórcio de capitais alemães, italianos e argentinos. Fonte: www.puentesdellitoral.com.ar

década de 1990, podemos agregar que durante a presidência de Carlos Menem, através da “*Ley de Reforma del Estado*” antes mencionada, também se consolida o marco jurídico para a privatização das ferrovias. A estrutura ferroviária nacional ficou praticamente desmantelada⁵⁵. Na década de 1990 as redes de ferrovias passam de 35.000 km para apenas 7.000 km, das quais 1.000 kms pertencem à zona metropolitana e suburbana da cidade de Buenos Aires. Cidades santafesinas como Laguna Paiva e San Cristóbal, cujas economias dependiam quase exclusivamente das oficinas ferroviárias, experimentaram uma profunda crise.

Enquanto a privatização das ferrovias elevava o número de desempregados e colocava em crise as cidades que dependiam delas para manter suas economias, uma das maiores agroindústrias de soja da Argentina, “Aceitera General Deheza” (AGD), cujos donos estão também ligados diretamente à política nacional⁵⁶, soube aproveitar a Lei de Reforma do Estado para expandir os seus lucros e capital, mediante a aquisição da principal ferrovia que conecta o pólo agroindustrial de Rosário com a região pampeana e o noroeste argentino (ver mapa seguinte). Através desta estratégica aquisição, a AGD transporta a baixo custo a produção de soja que é colhida no noroeste argentino e em grande parte da região pampeana (ver também mapa da expansão da soja), para a suas agroindústrias localizadas na grande Rosário e na província de Córdoba. “Nuevo Central Argentino” (NCA) transportou 1,5 milhões de toneladas de carga total em 1992, e passou 8,6 milhões em 2007, dado que ajuda a entender o forte crescimento da produção agrícola no país nos últimos anos. Como podemos ver no mapa das ferrovias, o pólo agroindustrial e portuário de Rosário funcionaria como um funil por onde é dirigida a produção agrícola nacional para o exterior (www.nca.com.ar, 2009).

⁵⁵ Em 1941, com 41.198 km. de ferrovias, a Argentina ocupava o oitavo lugar entre os países do mundo com maior infraestrutura ferroviária depois dos EUA, Rússia, Índia, Canadá, Alemanha, França e Austrália.

⁵⁶ Um dos donos desta grande empresa (que concentra 7% da produção mundial de óleo de soja) é Roberto Urquía, senador Cordobés pela bancada kirchnerista “Frente para la Victoria”. (Clarín: 07-04-08)



Mapa 10. Ferrovias do “Nuevo Central Argentino”. Extraído de: www.nca.com.ar; 2009.

Por sua vez, a promoção dos bicomcombustíveis, aprovada em 2006 (Lei 26.093), promove ainda mais o modelo agroindustrial dos anos noventa, denotando o interesse do governo em expandir o setor, uma vez que procura aprofundar a industrialização das matérias primas no país. Esta regulamentação assegura um mercado (o interno), para os óleos

vegetais, e garante às empresas certa independência do mercado externo, ciclicamente oscilante no que refere ao preço do produto.

A “Ley para la Promoción de Biocombustibles” estabelece que os combustíveis provenientes dos hidrocarbonetos, como a gasolina e o diesel, tem que ser misturadas no mínimo com 5% de bicombustíveis a partir do ano 2010. A norma promove os negócios das empresas que produzem óleo de soja (principal matéria prima do biodiesel argentino) e de milho; mas também irá impulsionar as ampliações em investimentos das agroindústrias relacionadas à cana de açúcar, localizadas principalmente em Tucumán, no noroeste argentino. Os cultivos de sorgo e canola, ricos em óleos, também tendem a se intensificar por tal medida política. Os cultivos possivelmente se estenderão a regiões semi-áridas do norte e oeste, e inclusive em alguns setores da patagônia, já que estas culturas apresentam poucas exigências de água. Não temos que deixar de pensar numa possível mudança na produção do trigo, entrando no seu lugar a canola na região pampeana, pois ambos são cultivos de inverno, provocando a modificação no atual sistema trigo-soja, para canola-soja. As indústrias petroquímicas também concentradas na grande Rosário, como a espanhola Repsol (ex YPF) e a brasileira Petrobrás, serão beneficiadas também por sua atual localização, muito próximas das grandes agroindústrias. Neste sentido, o governo argentino procura expandir os investimentos privados no setor, aumentando o mercado interno (a exemplo do que já fizeram grandes produtores de biodiesel e etanol, como Brasil e EUA), dar oferta ao crescente mercado europeu deste produto, diminuir as cíclicas crises de oferta de diesel no seu território, e aumentar os seus recursos mediante aplicação de um imposto de 20% às exportações de bicombustíveis.

Além disso, ocorreram conjuntamente isenções impositivas e tarifas diferenciais para a importação de bens de capital relacionados à atividade. Nos últimos anos os investimentos das agroindústrias ligadas ao biodiesel tenderam a aumentar. Mostra disso é que no ano de 2007 a Argentina ocupava o 8º lugar na tabela de produtores mundiais de biodiesel, enquanto que o Brasil se colocava em 6º. No ano de 2008, Argentina passou a ocupar a 5ª colocação, com um aumento na produção em relação a 2007 de 483%, superada apenas por Alemanha, EUA, França e Brasil (que cresceu 189% no mesmo período e subiu duas colocações). Este grande crescimento da produção argentina mantém em alarme os produtores europeus que, como é do seu costume, estão visando adotar “medidas protecionistas não-tarifárias” para

impedir a sua importação,⁵⁷ com o pretexto de que o biodiesel argentino não reduz pelo menos em 35% as emissões de CO2 comparado com os combustíveis fósseis, o qual é uma condição necessária para exportar biodiesel para a Europa. Mas o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA), e outros centros de pesquisa dos EUA (que visando proteger as suas empresas na argentina se mostram dispostos a colaborar), elaboraram um informe indicando que as reduções das emissões do biodiesel argentino estariam na casa de 75% (JAMES, 2009).

2.4. Considerações finais do capítulo 2.

Como conclusão deste capítulo, podemos dizer que o modelo econômico argentino dos anos 1990 procurou aumentar a produção agrícola pampeana ao mesmo tempo em que favoreceu a concentração de capital e renda nas mãos da agroindústria. Esta concentração se deu a partir da expropriação direta da infraestrutura estatal, da criação de obra pública, da desregulamentação do mercado e de leis destinadas a promover o investimento no setor. A eliminação do imposto às exportações agrícolas foi outra política dedicada a acrescentar os lucros no setor ao mesmo tempo em que tirava dos cofres públicos o principal recurso que o Estado Argentino historicamente tinha utilizado para se financiar. Em matéria de inovações técnicas, a semente de soja RR sem dúvida impulsionou o seu cultivo e a máquina de plantio direto economizou custos e mão-de-obra aos proprietários que pudessem adquiri-la. Assim não só aumentou a produção de soja na região pampeana senão que este produto se estendeu para outras regiões “extrapampeanas” iniciando-se uma espécie de “ciclo da soja”, que como veremos no capítulo próximo, trouxe sérias mudanças sociais e espaciais a toda a província de Santa Fé. Mas para poder entender esse processo agrícola expansivo, será necessário avaliar a crescente relação e influência que a indústria exerceu sobre a agricultura pampeana.

⁵⁷ “La organización que nuclea a la industria europea de biodiesel, la European Biodiesel Board (EBB), recientemente ha pedido a la Comisión Europea que vigile las exportaciones argentinas de biodiesel, presumiblemente como primer paso a pedir el cierre de ese mercado. Lo irónico es que investigaciones llevadas a cabo por nuestra Cámara han descubierto que más de una cuarta parte del biodiesel que se produce en Europa utiliza aceite de soja Latinoamericano (principalmente argentino y brasilero) como materia prima. Aparentemente el biodiesel de soja proveniente de la Argentina no es aceptable, pero el aceite de soja para fabricar el biodiesel en Europa sí lo es”. (JAMES, 2009, p: 19.)

Ligado a isto, posteriormente será preciso analisar as principais características do espaço agroindustrial do sul santafesino, lugar onde se comanda grande parte da atividade econômica argentina e área captadora de boa parte da crescente renda agrícola dos últimos anos. A concentração agro-industrial no sul de Santa Fé (nos arredores do grande Rosário) é um fato espacial único e excepcional: talvez a maior acumulação de capital agro-industrial por quilômetro quadrado no mundo.

CAPÍTULO 3. A CRESCENTE RELAÇÃO ENTRE A PRODUÇÃO DE SOJA E A AGROINDÚSTRIA DO SUL SANTAFESINO.

Para entender as mudanças no espaço agrário da região pampeana na década de 1990, será importante considerar a crescente relação entre indústria e agricultura na Argentina. Analisar as relações entre ambos os setores é ainda mais relevante ao tratarmos de interpretar o espaço rural da província de Santa Fé, pois é esta província a principal agroexportadora da Argentina.

Neste sentido, Karl KAUTSKY (1980) já analisava o processo crescente de subordinação e dominação da agricultura à grande indústria em “A questão agrária”, no ano de 1899⁵⁸. No seu clássico livro, este autor explica como os interesses da indústria vão impondo exigências e regras ao produtor agrícola através de duas vias: 1) a venda de insumos e maquinarias ao setor agrícola e 2) a compra das produções agrícolas para a sua posterior industrialização. Assim, a reprodução dos produtores agrícolas e a sua possibilidade de colocar os seus produtos no mercado vão estar em grande medida determinadas pelas condições econômicas do agricultor de se apropriar dos insumos, máquinas e ferramentas provenientes da indústria, para assim conseguir produzir as mercadorias que ela demanda.

Relacionado ao parágrafo anterior, talvez seja interessante analisarmos os dados da “*Secretaría de Agricultura*” relativos aos insumos produzidos pela indústria destinados à agricultura pampeana: Entre 1990 e 1996 triplicou o uso dos chamados “fitossanitários” ou agrotóxicos (herbicidas, fungicidas, inseticidas) e a utilização de fertilizantes passou de 325.600 toneladas em 1990 a 2.052.000 em

⁵⁸ Esta subordinação da agricultura sob o domínio da grande indústria é aprofundada logo após a segunda guerra mundial, com a chamada “revolução verde”, que -entre outras particularidades- é um processo caracterizado pela introdução de novos conhecimentos científicos e técnicos à produção agrícola. Estes novos avanços serão captados, estimulados e incorporados pelo capital industrial, que neles encontrará não só uma forma de subordinar a agricultura aos seus interesses, senão que também possibilitará significativas transferências de rendas dos chamados países em desenvolvimento para os industrializados, através das filiais multinacionais e oligopolistas que controlam as cadeias produtivas. (GUIMARÃES, 1982). Segundo FERRER (2007, pag. 290), uma terceira parte do comércio mundial de bens e serviços realiza-se entre filiais da mesma empresa, desenvolvendo cadeias de valor através da produção de insumos e componentes em países diversos.

1996⁵⁹. O aumento tão relevante no uso de fertilizantes está em boa parte relacionado ao aumento da superfície plantada com soja no país, pois esta oleaginosa, comparada com outros cultivos pampeanos, retira uma quantidade bastante superior de nutrientes do solo, que precisam ser renovados artificialmente (ver quadro seguinte). Além disso, a perda de superfícies com forragens, cujo gado adubava naturalmente os campos, acelerou o processo de des-fertilização do solo pampeano. O aumento no cultivo de soja transformou o herbicida glifosato no principal insumo fitossanitário, com vendas totais que superaram os 1,3 milhões de litros em 1991, 8,2 milhões em 1995, e mais de 30 milhões em 1997, um ano depois de ter saído ao mercado a soja RR. No ano 2000, as vendas de glifosato superaram os 263 milhões de dólares, representando 42% do mercado agroquímico nacional. A tendência à utilização de glifosato está em aumento devido principalmente ao aparecimento do milho RR em 2004 e do milho Genuity VT Triple PRO em 2010, e da cada vez mais ampla superfície plantada com soja.

Cultivos	Macro-nutrientes: kg. por tonelada de cereais.		
	Nitrogênio	Fósforo	Potássio
Soja	59	14,3	24,6
Milho	15,6	7,3	3,6
Trigo	28,8	11,2	5,6
Girassol	13,6	4,4	5,6
Sorgo	15,4	7,3	4,3
Arroz	8	4,3	7,3

Tabela 3- Quilogramas de macro-nutrientes minerais presentes numa tonelada de grãos produzidos na província de Santa Fé, por cultivos. Os dados procuram mostrar a crescente dependência aos fertilizantes que o cultivo de soja produz. Fonte: SEVESO, COZZI e LUENGO: 2006, p:3.

⁵⁹ 94% desses fertilizantes era importado, e começaria a ser produzido na Argentina somente a partir de 2003, quando a desvalorização da moeda nacional e os impostos aplicados às importações fomentou o processamento no território nacional de fertilizantes a partir da importação da matéria-prima.

As políticas de redução ou eliminação de impostos às importações e a “Ley de Convertibilidad” (um dólar = um peso) incentivou a importação e a utilização não só de insumos como fertilizantes e agrotóxicos senão também de maquinaria agrícola. Segundo dados de LATTUADA e NEIMANN (2002, p:123), nos primeiros anos da convertibilidade, os custos dos fertilizantes baixaram 20% e os preços das maquinarias entre 10 e 25%. Também aumentaram significativamente os créditos para o setor, mas no caso dos créditos para pequenos e médios proprietários, a taxa de juros foi muito elevada, em torno de 5 a 6% mensal (com inflação zero). A drástica diminuição da infraestrutura ferroviária que caracterizou a década determinou a necessidade de aumentar a frota de caminhões no país, ao mesmo tempo em que os custos dos fretes se elevaram devido à privatização das estradas e à cobrança de pedágios.

No referente à venda das produções agrícolas para a indústria, no caso dos agricultores pampeanos, as condições de comercialização e produção se desenvolvem em circunstâncias desvantajosas de concorrência internacional, devido aos suculentos subsídios que recebem os produtores agrícolas europeus e norte-americanos.

Como já foi expresso, as relações entre agricultura e indústria vêm crescendo há muito anos. Em tal sentido, observando dados do INDEC, em 1979, os produtos primários representavam ainda as principais exportações da Argentina, seguidos pelas mercadorias de origem agropecuária. Mas a partir de 1986, são estas últimas as que encabeçam o grupo das exportações, puxadas pelo grande crescimento do complexo de óleos e resíduos derivados da soja. Na atualidade, este complexo representa mais de 23% das exportações argentinas ao exterior, sem dúvida o carro chefe da economia argentina. O gráfico abaixo dá uma ideia também da importância da agricultura e da agroindústria para a economia argentina.

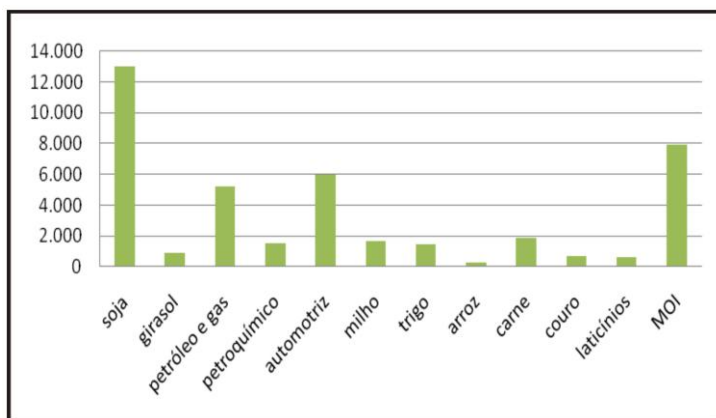


Gráfico 6- Principais complexos exportadores argentinos + manufaturas de origem industrial (MOI). Em milhões de dólares, ano 2009.
Fonte: INDEC, op. cit. Elaboração própria.

3.1. A teoria dos pólos de crescimento de Perroux e a sua aplicação ao entendimento do espaço do sul santafesino.

Antes de analisar as modificações no espaço rural da província de Santa Fé, produto das políticas econômicas dos anos de 1990 (as quais já temos analisado nas suas diferentes escalas espaciais), será importante aprofundar o fator localizacional que possui a agroindústria argentina, e as suas principais características econômicas. Como já temos antecipado, a produção agrícola e a indústria convergem na argentina num ponto geográfico: o grande Rosário.

A teoria que pode nos ajudar a compreender a realidade da agroindústria da soja na Argentina é a de “Pólos de Crescimento” de PERROUX (1975). Segundo este autor, a estrutura econômica de um país varia de acordo com o aparecimento ou desaparecimento de indústrias espacialmente concentradas, que puxam grande parte do restante da economia nacional. Afirma ele que:

O fato é que o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo, manifesta-se com intensidades variáveis em pontos ou pólos de crescimento (op. cit. p: 100).

Os pólos de crescimento, tal como acontece com a agroindústria de soja da Argentina, se organizam em complexos de indústrias

concentrados territorialmente e apresentam períodos de crescimento superiores aos da economia nacional e do produto industrial. Ele chama estes complexos de “indústrias chave”, pois permitem que toda uma série de setores econômicos consiga também ser puxados pelas indústrias nucleadas nos pólos.

A tabela seguinte exhibe a importância que tem o complexo agroindustrial da soja nas exportações e o seu crescimento nos últimos anos (11,7% anual), bastante acima dos demais complexos exportadores (6,4%), e também mais elevados ao importante crescimento da economia em seu conjunto (8,4%).

Complexos exportadores	Total	Participação	% de crescimento médio 2005/2009
	Milhões de dólares	%	
Total geral	55.669	100	8,4
Principais complexos	44.264	79,5	6,7
Complexo soja	12.989	23,3	11,7

Tabela 4- Exportações e participação porcentual segundo complexos exportadores. Ano 2009. Fonte: INDEC,op. cit. Elaboração própria.

A combinação entre uma alta produção de óleo de soja e um baixo consumo interno (5% do produzido), posiciona a Argentina como o principal exportador mundial de óleo de soja e como segundo produtor mundial de farelo de soja (INDEC, 2009). A agroindústria de processamento de soja na Argentina tem uma capacidade instalada de processamento de 155.000 toneladas diárias; sua produção só é superada pelos EUA e Brasil, que devido aos seus altos consumos internos, apresentam menores porcentagens de participação no comércio internacional que a Argentina.

Além de Perroux ter percebido a importância dos pólos industriais para conduzir e puxar as economias nacionais, como é o caso que estamos analisando, ele destaca outras características não menos importantes destas concentrações industriais. Assim, para compreender a categoria de análises: “Complexo de Indústrias”, ele chama a atenção para a observação de dois elementos: a) o regime não concorrencial do

complexo, e como já foi exposto, o fato da b) concentração territorial destes complexos.

Neste sentido, o regime de complexos de indústrias é uma combinação de forças oligopolísticas que acorda preços, salários, produção e até exige condições dos governos. E a proximidade geográfica destas indústrias lhes permite beneficiar-se de economias externas (transporte, mercado, matéria-prima, mão-de-obra, serviços variados). Veremos assim na seqüência estas duas características (concentração territorial e oligopólios) e como elas operam no processo de formação sócio-espacial santafesino.

3.2. A concentração territorial da agroindústria de soja na argentina.

É interessante observar que as grandes agroindústrias de soja da argentina estão concentradas territorialmente no sul da província de Santa Fé, mais precisamente na cidade de Rosário e nas suas proximidades, sobre a margem direita do rio Paraná. Se denomina "*up-river*"⁶⁰ a esta zona fluvial da Argentina, caracterizada por reunir os principais portos exportadores de grãos e subprodutos, e onde convergem as principais rodovias e ferrovias do país. As cidades mais importantes que conformam o *up river* são: Rosário, San Lorenzo, Puerto General San Martín, Constitución, Capitán Bermudez e Timbúes. A zona se estende sobre o Paraná ao longo de 67 km, entre Constitución, no extremo sul da província de Santa Fe, até Timbúes, 35 kms ao norte da cidade de Rosário. Estima-se que o 80% da produção agroindustrial e o 50% das restantes exportações argentinas⁶¹ partem dos portos privados do *up river*.

A cidade de Rosário é a metrópole gerencial e de serviços do *up-river*. Nessa cidade se localiza a Bolsa de Valores de Rosário, a principal instituição de comércio de grãos do país, que tomou ainda maior importância depois da desregulamentação do mercado nacional de grãos, na década de 1990.

A concentração espacial das agroindústrias também obedece à proximidade destas com sua principal fonte de matérias primas (a soja), a qual está concentrada desde o começo de sua produção, no sul

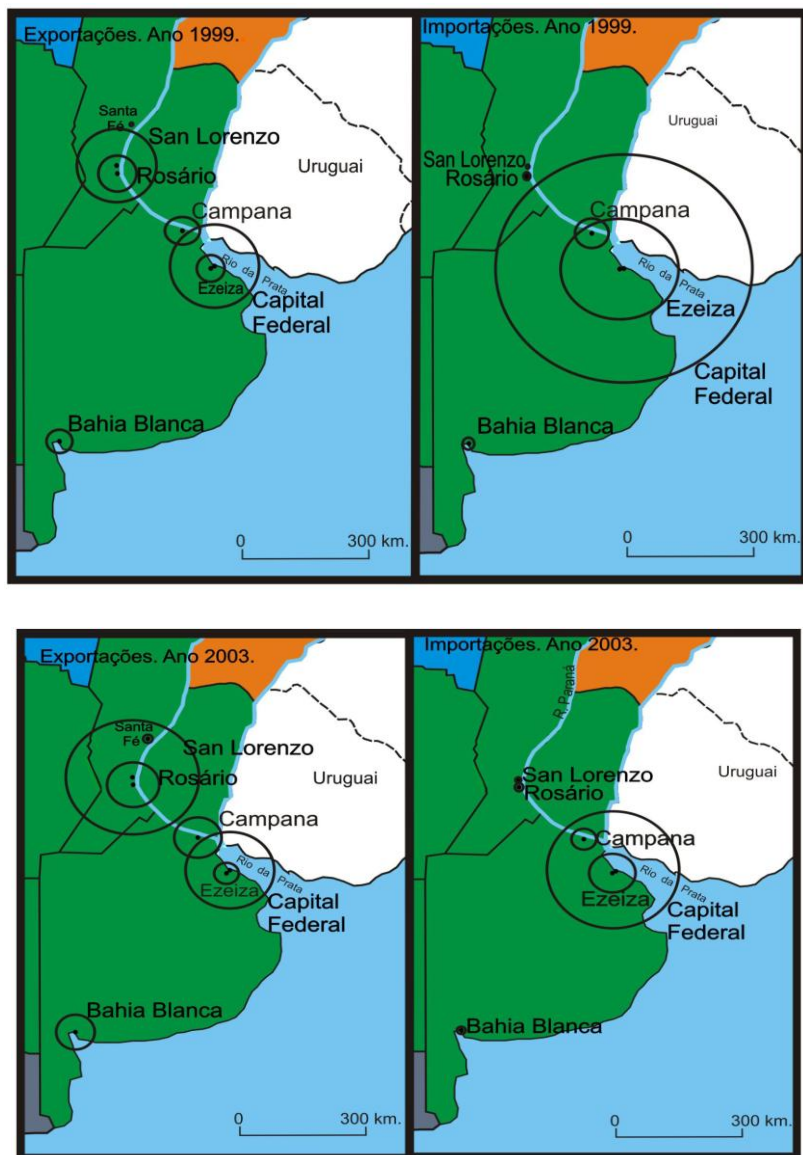
⁶⁰ Esta denominação está presente nos numerosos informes elaborados pela Bolsa de Valores da cidade de Rosário.

⁶¹ Também localizam-se nesta área, indústrias petroleiro-petroquímicas e siderúrgicas.

santafesino (Ver mapa 8). Esta proximidade permite minimizar custos de transportes das áreas produtoras até as indústrias processadoras. Na Argentina as distâncias a serem percorridas pelos caminhões “sojeros” da principal zona produtora até as agroindústrias exportadoras não superam os 300 ou 400 km⁶².

Os mapas seguintes mostram a importância das exportações dos portos localizados na grande Rosário para a economia argentina, e o crescimento que tem tido no período 1999-2003. Como podemos ver, no *up-river*, o saldo da sua balança comercial é altamente positivo, enquanto que as aduanas da cidade de Buenos Aires apresentam saldos negativos, que a partir de 2003, com o fim da dolarização da economia, a desvalorização do peso e o estímulo às exportações, tendem a diminuir.

⁶² Ao contrário, a distância de Mato Grosso (o principal estado produtor de soja brasileiro) até o Porto de Santos é de 1400 km.



Mapa 11: Exportações e importações por principais aduanas + exportações da aduana da cidade de Santa Fé, nos anos de 1999 e 2003. Os círculos são proporcionais à quantidade exportada ou importada. A aduana de Santa Fé foi colocada para mostrar a sua escassa participação e dinâmica nas

exportações, não tendo registro de importações realizadas. Talvez o dragado do rio Paraná até Santa Fé nos próximos anos mude esta situação. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INDEC, 2004.

Como já foi colocado, uma das particularidades espaciais das agroindústrias do *up-river*, é a de possuir os seus próprios portos. Pela capacidade destas unidades processadoras de integrar num mesmo espaço agroindústrias processadoras com sistemas de carga em barcos, seria conveniente chamá-las de “**agroportos-industriais**”, termo que pode diferenciar este tipo de unidades econômicas das somente “agroindustriais”, como as processadoras de soja estadunidenses e muitas brasileiras. Na atualidade, se encontram habilitados 17 agroportos-industriais⁶³ no *up-river*, todos eles privados. É muito conveniente para estas empresas funcionar como sob esta modalidade, pois precisam movimentar grandes volumes e pesos de mercadorias. A proximidade espacial da produção, do capital e do trabalho, facilita e dinamiza as trocas e as economias externas, e a presença do rio Paraná assegura o contato com os mercados externos.

A zona que compreende o *up river* é a mais alta concentração espacial de indústrias processadoras de soja no mundo. Para esclarecer esta afirmação podemos dizer o seguinte, a partir das análises de dados proporcionados por LOPEZ (2009): os restantes países concorrentes no processo e comercialização de soja e subprodutos, como já sabemos, são EUA e o Brasil. No caso norte-americano, a capacidade instalada para processar oleaginosas é de 159.000 toneladas diárias, distribuídas entre 70 plantas em todo o país. Nove estados (aqueles que conformam a bacia dos rios Mississipi, Ohio e Illinois) processam 75% da produção de soja e o restante é processado em outros estados. A média de processamento destas agroindústrias é de 2.271 toneladas diárias e a maior planta é da ADM com capacidade para 6.804 toneladas. No Brasil, a capacidade de processamento é de aproximadamente 140.000 toneladas diárias distribuídas em 116 plantas com 1.235 toneladas diárias em média, a maior destas também pertence à ADM com capacidade de processar 6.500 toneladas diárias, localizada em Mato Grosso (mas o maior processador é a Bunge com 21% do total processado no país). O estado do Paraná industrializa 23% da soja brasileira, enquanto que Mato Grosso 17%, Rio Grande do Sul 15%,

⁶³ O valor do capital constante nestes “agroportos- industriais” é muito elevado. Eles estão quase completamente mecanizadas e robotizadas, isto é, o seu capital orgânico é muito alto.

São Paulo e Goiás 13% e Mato Grosso do Sul 7,6%. Como vemos, estes dois países (EUA e Brasil) apresentam uma agro-indústria de soja muito desenvolvida, mas espacialmente disseminada em vários estados como consequência, sobretudo, do importante mercado interno destes países e da sua melhor distribuição da população no interior do território. Na Argentina, para facilitar a exportação e beneficiadas pelas águas do rio Paraná e proximidade da matéria-prima, a agroindústria processadora de oleaginosas apresenta três características bem marcantes: concentração espacial, gigantismo e integração numa mesma unidade de indústria com porto. Neste sentido, a agroindústria de soja argentina possui uma capacidade instalada de 155.000 toneladas diárias (ociosa em torno de 30%) e a maior planta possui uma capacidade de processamento de 18.000 toneladas por dia (propriedade de uma *joint venture* entre AGD e Bunge). Além disso, a maioria das agroindústrias instaladas no *up-river* podem processar mais de 6.000 toneladas por dia. 87% da produção de soja no país é processada só por 21 plantas de propriedade de 6 empresas. 80,6% da capacidade de “crushing” nacional se concentra no sul de Santa Fé (*up-river*) e 11% na província de Buenos Aires. Estes dados nos permitem explicar a afirmação colocada no princípio do parágrafo: que na grande Rosário se encontra localizado a maior concentração de capital agroindustrial relacionado ao processamento de soja do mundo.

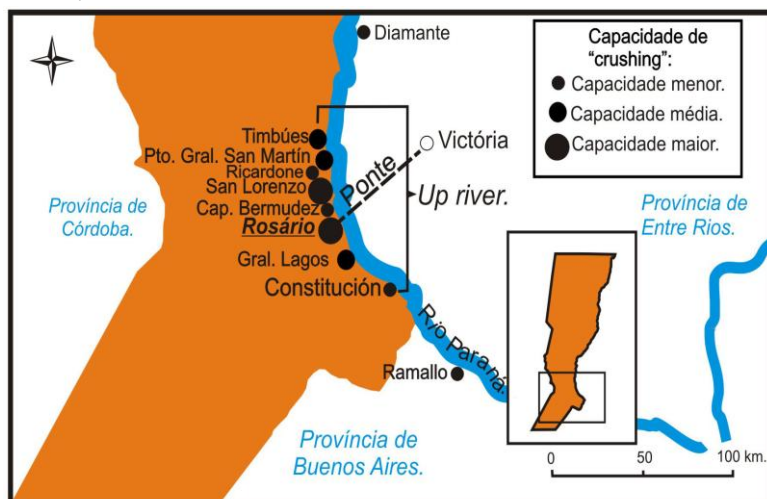
3.3. O oligopólio do óleo de soja, o grande setor exportador argentino⁶⁴.

A produção de óleo de soja na Argentina está altamente concentrada não só espacialmente, mas também economicamente, num punhado de grandes empresas: Cargill, Bunge, Louis Dreyfus Company

⁶⁴ O seguinte parágrafo extraído do jornal argentino “La Nación” trata das empresas que mais exportaram no ano de 2006. Como poderão perceber, as procesadoras de soja estão entre as dez maiores exportadoras do país: “*Del lado de las exportaciones, en el primer semestre del año, Cargill quedó en el primer lugar con US\$ 1727 millones, seguida por Bunge Argentina (1197 millones), Repsol YPF (903 millones), Minera La Alumbrera (898 millones) y la comercializadora de soja LDC Argentina (779 millones). Después quedaron Aceitera General Deheza (714 millones), Siderca (618 millones), Nidera (606 millones), la aceitera Vicentín (592 millones) y Molinos Río de la Plata (583 millones)*”. (La Nación: 9-7-07)

(LDC), Aceitera General Dehesa (AGD), Vicentin e Molinos Río de la Plata. Estas seis empresas concentram 87% do total de óleo de soja exportado pela Argentina e controlam também outros elos estratégicos da cadeia produtiva da soja integrando assim verticalmente seus negócios (REVISTA, 2004).

Descreveremos brevemente estas empresas, procurando enfocar: na sua localização, a nacionalidade dos capitais e a integração produtiva. A caracterização do setor exportador mais importante da argentina nos permitirá continuar entendendo a estreita relação que existe entre indústria e agricultura pampeana, e as suas lógicas espaciais



Mapa 12- Localização do principal pólo agroindustrial e portuário argentino. Fonte: elaboração própria.

Bunge & Born. Esta multinacional nasce na argentina nos finais do século XIX, mas rapidamente os seus capitais se internacionalizam. Sua atividade no agronegócio argentino é variada, e abarca a produção agrícola direta, distribuição e produção de fertilizantes e nutrientes para animais, compra e armazenagem de grãos, industrialização de cereais e oleaginosas e comercialização de grãos sem processar. No agroporto-industrial de Puerto General San Martín, processam em média 7.500 toneladas diárias de soja. Também possuem

mais outras duas agroindústrias, em San Jerónimo Sud e em Tancacha, na província de Córdoba. No complexo de Puerto General San Martín possuem um terminal portuário, com uma capacidade de carga de 3.000 toneladas/ hora, e silos com capacidade de armazenagem de 500.000 toneladas de grãos. Estas características o convertem no maior complexo da Bunge em escala mundial. Também possuem outros dois terminais portuários: em Ramallo - norte de Buenos Aires - (com capacidade de armazenagem de 60.000 toneladas de fertilizantes) e em Bahía Blanca (sul da província de Buenos Aires). Atualmente é o exportador número um de soja e derivados da Argentina através do *joint venture* com a AGD, e a segunda exportadora mundial de *commodities* derivados da soja superada apenas pela Cargill. O *joint venture* com AGD inclui a elaboração de bicomcombustíveis no agroporto-industrial “Terminal 6”, em Puerto General San Martín, com uma capacidade para produzir 230 mil toneladas por ano de biodiesel. A Bunge é o principal produtor de fertilizantes da América Latina, com uma participação de 15% no mercado mundial destes produtos, possuindo direitos de exploração nas principais minas brasileiras e marroquinas de fosfato, mineral que é um dos principais nutrientes necessários para o desenvolvimento do cultivo de soja, e de outros grãos (www. bungeargentina.com, 2009).

Aceitera General Dehesa (AGD) e as suas empresas vinculadas, conformam um complexo agroindustrial integrado de capitais argentinos, cuja atividade principal é a fabricação de proteínas vegetais em forma de farelos, a produção de óleo vegetal e biodiesel, a produção direta de cereais e oleaginosas, a criação de porcos⁶⁵ e produção de amendoim. A AGD e suas diferentes unidades de negócios integram um complexo agroindustrial que inclui sete plantas processadoras, dois portos, explorações agropecuárias próprias e, como assinalamos no capítulo anterior, 4.757 km. de ferrovias (Nuevo Central Argentino). Este grupo mantém sua sede administrativa central na localidade de General Dehesa, na província de Córdoba. A AGD é proprietária, juntamente com a Bunge Argentina, do complexo agroexportador Guide S.A. e de Terminal 6 SA., localizados nas cidades de Rosário e de Puerto General San Martín, respectivamente. A capacidade de processamento no “Terminal 6” é de 18.000 toneladas diárias de soja, o que a transforma na maior planta processadora de soja

⁶⁵ No ano 2002, a AGD foi ganhadora de um prêmio da Universidade de Minnesota, que avalia a eficiência produtiva na criação de porcos a nível mundial, por ter alcançado em média nesse ano 27,9 leitões desmamados e no ano seguinte ganhou o mesmo prêmio a nível sul americano, com 28 leitões.

no mundo. Através da *joint venture*, ambas empresas deram origem a “Ecofuel SA”; uma das principais produtoras de biodiesel da Argentina (www.agd.com.ar, 2009).

Louis Dreyfus⁶⁶. Através da LCD Argentina S.A., possui e opera dois agroportos- industriais, um em General Lagos e outro em San Lorenzo. Com uma capacidade instalada de moenda de 12.000 toneladas de soja por dia, a planta de General Lagos é a segunda maior da Argentina no setor. Além disso, desde 2006, o grupo opera um complexo na cidade de Timbues. Este complexo compreende um porto e uma planta de moenda de soja de 8.000 toneladas de capacidade por dia. Durante o ano de 2008 começou a operar a sua primeira unidade de produção de biodiesel no país, dentro do complexo General Lagos. Em 2009, o grupo começou a construção, em Bahia Blanca, de um complexo de elevação e armazenagem de grãos, moenda de soja e girassol, e uma planta para a elaboração de biodiesel. Além da presença no processamento de soja, Louis Dreyfus tem se dedicado às atividades de transporte marítimo durante mais de 100 anos, e atualmente está entre as dez maiores empresas de “trading” no mundo⁶⁷. Seu volume de transporte anual representa aproximadamente 15 % do total da comercialização de *commodities* a nível mundial. Esta transnacional também é uma das mais importantes extratoras e transportadoras de gás natural e petróleo no mundo. No Brasil, LD ingressa com seu escritório comercial em 1911, interessada pelo mercado do algodão, e na atualidade as suas subsidiárias brasileiras são Coimbra e LD Citrus. (fonte: www ldc.com.ar, 2009).

Molinos Río de la Plata. É a principal exportadora de produtos alimentícios manufaturados da Argentina, e uma das maiores produtoras de óleo de soja do país. Esta empresa, integrada principalmente por capitais argentinos, procura rentabilidade verticalizando sua produção e cultivando em terras próprias ou arrendadas; e estabelecendo contratos de integração com os produtores rurais. Suas instalações industriais dedicadas à elaboração de óleo de soja, se encontram localizadas na localidade de San Lorenzo, onde também contam com um porto para o escoamento da produção ao exterior (foto 12). Seguindo com a tendência do setor, esta empresa começou a produzir nos últimos anos

⁶⁶ Leopold Louis Dreyfus, filho de camponeses franceses, fundou esta empresa em 1851, a qual em seus inícios transportava e vendia cereais da França e Alemanha, até Basiléia, na Suíça.

⁶⁷ Já na grande crise mundial de 1930, a empresa começou a desenvolver novas tecnologias no desenho e construção de navios e os aplicou na construção dos seus barcos, o que lhes outorgou maior velocidade e capacidade de carga. Fonte: www ldc.com.ar

biodiesel com óleo extraído da soja, estimando uma produção anual de 120.000 toneladas (www.molinos.com.ar, 2009).



Foto 12: Agropuerto-industrial de Molinos Rio de La Plata, na cidade de San Lorenzo. Foto: Pablo Bender (2010).

Cargill Argentina. Esta gigante empresa norte-americana possui terminais portuários em Diamante (Entre Ríos), Puerto General San Martín, e Bahía Blanca. A Cargill exporta da Argentina grãos, óleos vegetais, farinhas protéicas e insumos alimentícios como malte e milho. É o maior processador mundial de sementes oleaginosas e a mais importante exportadora de óleos vegetais e farelos de soja da Argentina. Também possui uma fábrica de fertilizantes no terminal “Quebracho” em Puerto General San Martín, com uma capacidade de armazenagem de 250.000 toneladas. “Quebracho” é o terminal portuário mais importante do país e nela funciona a maior planta de fracionamento de fertilizantes de Mosaic (linha de fertilizantes da Cargill) no mundo. Em julho de 2006, começou a produzir o fertilizante “Super Fosfato Simple” (utilizado, sobretudo, no cultivo de soja) nas instalações do terminal Quebracho, investimento que exigiu o desembolso de 20 milhões de dólares (www.cargill.com.ar, 2009).

Vicentin. Esta empresa familiar, de capitais argentinos, possui duas plantas de elaboração de óleos de soja, algodão e outras oleaginosas em San Lorenzo e Ricardone, e outra no nordeste de Santa Fé, na localidade de Avellaneda. Sua capacidade total de produção de

óleo de soja é de 10.000 toneladas por dia. De seu terminal portuário em San Lorenzo (foto 13), Vicentin canaliza todas as suas exportações de grãos, óleos e subprodutos. Conta, também, com um porto acondicionado para a descarga de “trens de barcaças”, que chegam pelo Paraná desde o norte Argentino, Bolívia e Paraguai. No terminal de San Lorenzo se realizam operações de carga que oscilam os 270 barcos por ano. O óleo vegetal produzido em Ricardone é transportado até o terminal de embarque de San Lorenzo através de um oleoduto de 4.500 metros, com uma capacidade de transferência de 160 toneladas por hora. A Vicentin é também uma das três maiores empresas do setor têxtil argentino e uma das principais produtoras de óleo de algodão do país (www.vicentin.com.ar, 2009).



Foto 13- Agroporto industrial de Vicentín (San Lorenzo). As ferrovias se integram aos agroportos-industriais para maximizar a logística dos grandes volumes e pesos. Foto: Pablo Bender (2010).

Em síntese, estas são as seis empresas que conformam a base da economia agro-exportadora argentina. Como vimos, controlam a maior parte da cadeia produtiva da soja e cereais, através da produção e venda de insumos, industrialização de cereais e oleaginosas, transporte e comercialização ao exterior. Algumas também integram a produção direta em terras próprias ou arrendadas. Além da integração vertical dos seus negócios, a tecnologia, a infraestrutura e a logística que utilizam lhes permitem obter economias de escala que estão entre as mais

importantes do mundo no setor. Estas empresas adquiriram muitas das infraestruturas portuárias, ferroviárias e de armazenagens de grãos que eram propriedade do Estado até a década de 1990, fato que lhes permitiu consolidar-se no mercado mundial de grãos e subprodutos. Como vimos, as suas operações de processamento e comercialização para o exterior estão concentradas no sul santafesino, na grande Rosário, no chamado *up river*. Também aproveitaram para expandir os seus negócios na elaboração de biodiesel, favorecidos pelos estímulos legais e fiscais dos últimos anos outorgados no governo Kirchner, e pelo grande aumento da safra de soja. Poderíamos dizer também que comandam grande parte do agronegócio e da economia nacional e também mundial, e são as grandes captadoras da renda produzida na agricultura argentina. A gigantesca capacidade de processamento, armazenagem e exportação que apresentam estas empresas (em boa parte ociosa) demandou o aumento das produções agrícolas, sobre tudo de soja. Além disso, o controle que exercem sobre pacotes tecnológicos, fertilizantes e agro-químicos, em conjunto com as políticas instrumentadas pelo Estado Argentino na década de 1990, vai provocar profundas mudanças no espaço agrícola santafesino que serão analisadas na sequência.

A partir da desvalorização do peso em 2002, e dos crescentes impostos às exportações agrícolas que o Estado Nacional foi aplicando, principalmente a soja (35%), podemos perceber uma importante mudança com a política aplicada dos anos de 1990 neste setor, que só procurou beneficiá-lo, mediante a isenção impositiva, a venda de infraestrutura pública, a desregulamentação do mercado, etc. Não obstante, o governo Kirchner também se beneficia do processo de modernização da agricultura acontecido na década anterior, pois os aumentos da produção agrícola e os suculentos ingressos que o Estado percebe delas, foram sem dúvida uns dos pilares do importante crescimento econômico argentino dos últimos anos.

3.4. O aprofundamento das relações de produção capitalistas no espaço rural da província de Santa Fé e a monopolização do espaço pelo cultivo de soja.

A afirmação do sub-secretário de agricultura menemista Jorge Ingaramo, proferida em 1992, de que “*van a desaparecer 200.000 productores agropecuários*”, indicava as grandes transformações que iriam ocorrer após os anos 1990, e que serão marcantes no espaço rural da província de Santa Fé. Ditas transformações sócio-espaciais, são

entendidas como fruto de uma série de políticas, algumas das quais já mencionamos, que tenderam a aumentar a concentração do capital e renda dos setores agrícolas e agroindustriais já concentrados. Para lograr a concentração da terra e o aumento da produção, um grande número de pequenos e médios produtores foi expropriado dos seus meios de produção e de seus antigos direitos e proteções outorgadas pelo Estado, que muitas vezes garantiam a sua reprodução. Tal processo de expropriação significou um novo e violento avanço das relações capitalistas de produção sobre o espaço rural da região pampeana, sobretudo tendo em consideração o desaparecimento intempestivo das proteções “paternais” que o Estado mantinha com os “seus” produtores. As manifestações “horizontais” do processo de expropriação se materializaram na diminuição do número e no aumento de tamanho das EAP, na modificação das atividades produtivas tradicionais, no incremento da superfície plantada, sobretudo com soja, no aumento da divisão social do trabalho e na aceleração do deslocamento “de dentro para fora” da renda pampeana. As forças “verticais” do capital também se intensificaram, tendendo a aprofundar a subordinação do campo ao interesse do monopólio agroindustrial, nas novas relações com a propriedade da terra, na maior divisão técnica do trabalho, no aumento da quantia de renda passada “de baixo para cima” (do campo à agroindústria e ao setor financeiro).

3.4.1 Expropriação, tamanho das EAPs e renda:

No contexto pós-1990, a província de Santa Fé acelerou o processo concentrador da terra, que vinha experimentando desde 1976. Analisando dados aportados pelo INDEC, e que são apresentados na tabela seguinte, podemos dizer que o tamanho médio das unidades produtivas agrícolas santafesinas era em 1988 de 300 hectares, enquanto que para o ano 2002 se incrementou a 401, isto é, em quatorze anos, o tamanho médio elevou-se em pouco mais de 25%. Os mais afetados por este processo foram os departamentos⁶⁸ que tinham unidades produtivas menores no ano de 1988 e, ao contrário, menos afetadas as de unidades produtivas maiores. Assim, por exemplo, o departamento Las Colônias, no centro da província, com uma média de 185,6 hectares, passou para 285,8 hectares (+34,8%); enquanto que o departamento 9 de Julio, na área noroeste, com uma média, em 1988, de 1.166,6 hectares, só sofreu

⁶⁸ A localização dos departamentos pode ser consultada no mapa nº 13.

um incremento de 1,64%, passando para 1.186,2 hectares. O departamento que mais incrementou a média no tamanho das EAP foi La Capital, relacionado ao desaparecimento nessa década de grande parte das numerosas EAP dedicadas à horticultura, e que conformavam o cinturão verde da cidade de Santa Fé.



Mapa 13: divisão política da província de Santa Fé. Fonte: elaboração própria.

Outro dado interessante, é que, em linhas gerais, os departamentos que menos vieram a experimentar o processo concentrador de terras são aqueles cujos solos apresentam menor capacidade agrícola, como no caso dos departamentos do noroeste (ver mapa nº 7 de fertilidade), e que também correspondem aos que, como analisamos no capítulo primeiro, possuem uma estrutura agrária herdada de latifúndio, como é o caso dos departamentos Vera e 9 de Julio. O fato de estes dois departamentos terem experimentado uma concentração de terras bastante menor que a experimentada por outros departamentos, está relacionado não somente à presença de uma herança latifundiária ainda vigente, mas também pelo fato de as suas terras não serem muito aptas à agricultura. Conforme já considerado, o renovado modelo agrícola dos anos de 1990 procurou aumentar a produção e a extração de renda a partir da agricultura de soja, e sendo estas terras do noroeste pouco aptas para esta atividade, o interesse dos capitalistas agrícolas não foi colocado nelas.

Departamentos	Nº de EAP 1988	Nº de EAP 2002	Tamanho médio 1988.	Tamanho médio 2002.	Incremento do tamanho médio das EAP em %.
Belgrano	1.237	1.016	182	223	18%
Caceros	2.513	2.218	133	153	14%
Castellanos	3.237	2.132	219	308	29%
Constitución	2.167	1.641	130	165	21%
Garay	650	570	454	504	10%
Gral. López	4.042	3.031	242	337	28%
Gral. Obligado	2.752	2.027	351	495	29%
Iriondo	1.785	1.435	164	208	29%
La Capital	1.229	798	135	296	54%
Las Colonias	3.128	2.122	186	286	35%
9 de Julio	1.066	1.018	1167	1186	1,6%
Rosario	1.757	1.253	92	115	20%
San Cristóbal	2.653	2.074	488	647	25%
San Javier	1.050	945	505	573	12%
San Jerónimo	1.904	1.329	176	249	30%
San Justo	1.467	1.093	347	474	27%
San Lorenzo	841	844	175	198	11%
San Martín	2.142	1.389	214	320	33%
Vera	1.172	1.099	1341	1464	8%
Total Santa Fe.	36.862	28.034	300	401	25%

Tabela 5 - Quantidade, média em hectares, e incremento porcentual da superfície das EAP em Santa Fé: 1988-2002. Fonte INDEC, 1988 e 2002. Elaboração própria.

Os departamentos do nordeste, San Javier e Garay, estariam situados num nível médio de concentração da terra: 11,96% e 9,87% respectivamente. É interessante destacar que na formação sócio-espacial destes departamentos encontramos a existência de pequenas unidades agrícolas trabalhadas por colonos, mas em combinação com o latifúndio. Nestes departamentos, parte da área identificada no capítulo primeiro, como Centro e Nordeste, o processo colonizador foi precário, talvez pela baixa fertilidade daqueles solos e pela hostilidade dos aborígenes, e só duas colônias prosperaram neles: Helvécia no primeiro, e Romang no segundo. Como já foi colocado na conclusão do capítulo um, estes departamentos constituiriam uma espécie de transição entre o grande latifúndio do noroeste e o intenso processo colonizador do centro, e nesta tendência, o processo concentrador de terras, na década de 1990, foi também moderado. Como mostra o mapa de aptidão do solo para a agricultura (mapa 7), os mesmos são de média a baixa, pelo que a agricultura extensiva tampouco poderia ter se desenvolvido com maior intensidade e em tamanhos pequenos, pois, para conseguir economias de escala em terras de baixa produtividade, o tamanho das parcelas necessitam ser maiores.

O departamento nordestino de General Obligado apresentou um incremento no tamanho das unidades produtivas agrícolas de 29%, superior à média provincial que foi de 25,14%. Este departamento, além de apresentar melhores condições de fertilidade para a agricultura em comparação com os restantes departamentos do norte, apresentou na sua gênese histórica um importante processo colonizador (mesmo não sendo tão profundo dito processo como no centro) que possibilitou a subdivisão do latifúndio e que deu origem a prósperas cidades, como Reconquista, Avellaneda e Malabrigo.

Os departamentos do sul provincial, com exceção de General López e Iriondo, vieram a experimentar um processo concentrador de terras abaixo da média provincial. Seguramente a maior proximidade das EAP destes departamentos dos portos da grande Rosário, e a alta qualidade das terras do sul provincial para a agricultura, somadas a estruturas agrárias relativamente já concentradas, dificultaram a expropriação de terras devido a que as rendas obtidas nesta área eram suficientemente elevadas como para dar continuidade à produção mesmo em condições adversas para os pequenos e médios proprietários na década de 1990.

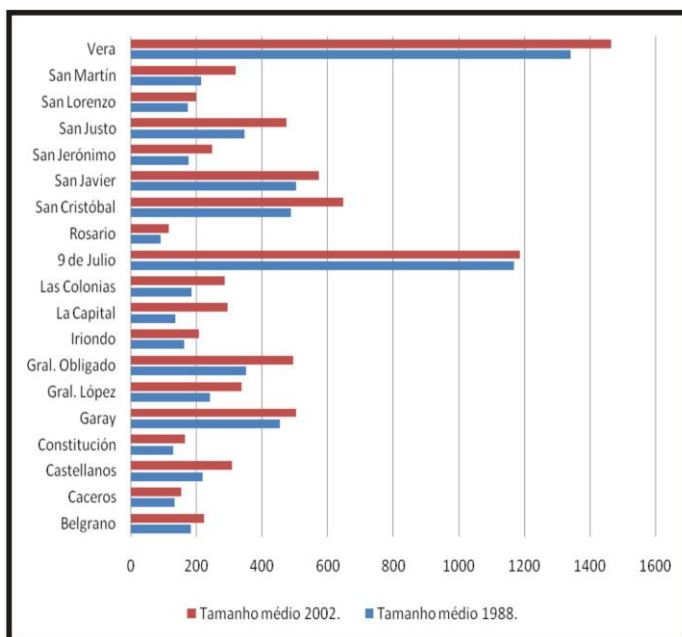


Gráfico 7- Tamanho médio das EAPs por departamentos, em hectares.

Fonte: INDEC, 1988 e 2002. Elaboração própria.

É preciso esclarecer que a comparação no tamanho absoluto das unidades produtivas agrícolas pampeanas de uma área em relação a outra não determina qual destas extrai maior quantidade de renda, e é por isso que aqui estamos nos valendo de valores percentuais procurando também ter em consideração os fatores de fertilidade e proximidade dos portos. Assim, por exemplo, uma unidade produtiva do departamento Caseros (no sul provincial), de 150 hectares, dedicada à agricultura de produtos pampeanos, pode gerar a mesma renda que outra de 280 hectares, localizada no departamento Las Colonias, dedicada à mesma atividade. Isto é porque, como já foi dito, a renda varia em relação à localização dos mercados e à fertilidade do solo, sendo as terras do sul provincial as que maiores vantagens apresentam neste sentido.

A nível provincial, como podemos perceber no gráfico seguinte, as EAP mais afetadas pelo processo concentrador de terras, isto é, as que mais sofreram a expropriação, foram as menores do que 200 hectares.

O número de EAP em toda a província decresceu no período 1988-2002 em 23,9%, e a superfície utilizada pelas EAP se incrementou em 1,7% naquele período.

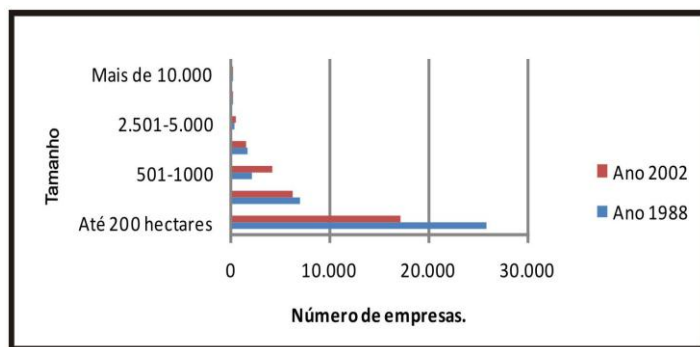


Gráfico 8- Evolução do número de EAPs na província de Santa Fé: 1988-2002. Fonte: INDEC, 1988 e 2002. Elaboração própria.

O arrendamento foi a maneira mais utilizada para aumentar o tamanho das unidades produtivas, estratégia que permitiu aumentar a produção sem a necessidade de imobilizar capital na compra de terras, ao passo que muitos pequenos produtores se valiam dele para obter um ingresso (alugando as suas terras), para não serem diretamente expropriados. Como podemos ver no quadro seguinte, o número de proprietários diminuiu consideravelmente, enquanto que a superfície das EAPs que combinam propriedade com arrendamento se elevou em 58%. O número dessas EAPs em toda a província, que combinam essas duas formas de posse da terra, se manteve quase constante (passou de 5.396 para 5.525), pelo que podemos dizer que as EAPs que combinavam arrendamento com propriedade desde antes das políticas dos anos 1990, tinham conseguido, mediante o arrendamento, um aumento na escala produtiva que lhes permitiram inclusive aumentar ainda mais a quantidade de terras trabalhadas, ficando melhor capitalizadas para afrontar os desafios da década neoliberal. Pelo contrário, os que só eram proprietários de pequenas parcelas, ingressaram na conturbada década com menores chances de lograr escalas suficientes para continuar na produção.

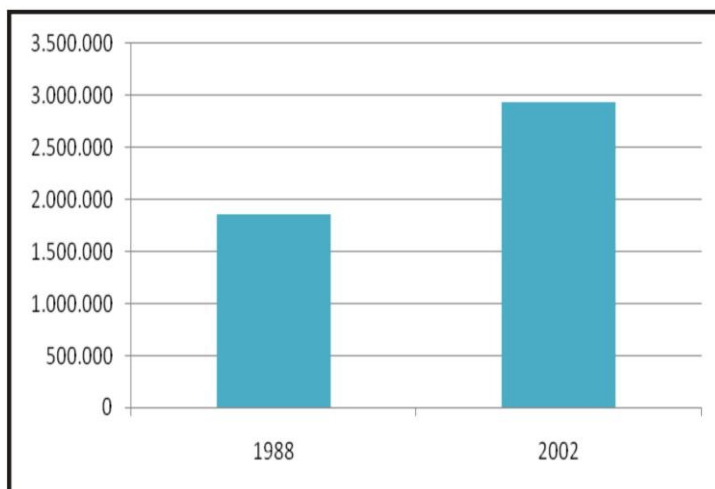


Gráfico 9- Superfície das EAPs que combinam propriedade com arrendamento. Fonte: INDEC. Elaboração própria.

O drástico aumento das superfícies arrendadas foi possível a partir da flexibilização dos contratos durante a década menemista, os quais podiam ser estabelecidos com um prazo de só um ano, fato que propiciou a especulação de investidores urbanos atraídos pelas facilidades técnicas que o cultivo de soja apresenta, sob os denominados “*pools de siembra*”. Além disso, estes contratos de pouca duração permitiram a super exploração do solo com o monocultivo de soja, a atividade mais rentável, mas também a mais prejudicial para a conservação do recurso, sobretudo se não é realizada rotando com outras culturas, principalmente com o milho. Na atualidade esses contratos têm que ter uma duração mínima de três anos.

<u>Departamentos</u>	<u>Arrendamento 1988</u>	<u>Arrendamento 2002</u>	<u>Variación absoluta</u>	<u>Variación %</u>
Belgrano	33.720	66.043	32.323	95,80%
Caseros	25.385	78.029	52.644	207,38%
Castellanos	189.048	241.873	52.825	27,94%
Constitución	14.696	10.109	-4.587	-32,21%
Garay	64.107	59.731	-4.376	-6,82%
Gral. López	75.592	117.869	42.277	55,92%
Gral.Obligado	73.022	226.059	153.937	209,57%
Iriondo	26.488	69.144	42.656	161,03%
La Capital	24.430	59.348	34.918	142,93%
Las Colonias	120.458	215.893	95.435	79,22%
9 de Julio	99.198	120.860	21.662	21,83%
Rosario	14.165	19.934	5.769	40,72%
San Cristóbal	148.164	289.002	140.838	95,05%
San Javier	70.286	101.456	31.170	44,34%
San Jerónimo	49.089	99.338	50.249	102,36%
San Justo	59.931	122.507	62.576	104,41%
San Lorenzo	21.141	15.363	-5.778	-27,33%
San Martín	98.431	167.198	68.767	69,86%
Vera	152.578	177.705	25.127	16,46%
Total Santa Fe.	1.360.329	2.257.455	897.126	65,90%

Tabela 6- Arrendamento em hectares. Fonte: INDEC: 1988 e 2002. Elaboração própria.

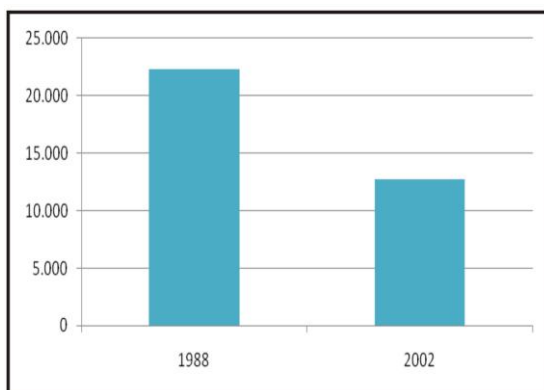


Gráfico 10- Número de EAPs na província de Santa Fé com toda a sua terra em propriedade. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INDEC, 1988 e 2002.

Já no capítulo primeiro, comentávamos que durante o governo peronista aconteceu na agricultura pampeana uma significativa mudança na relação dos produtores com a propriedade da terra, permitindo (a

partir de créditos e impostos progressivos) que muitos pequenos e médios arrendatários conseguissem ter a posse efetiva da terra, forçando uma subdivisão do grande latifúndio. Mas a partir dos dados apresentados neste capítulo, vemos que estas mudanças espaciais, políticas e econômicas acontecidas durante o governo de Perón não lograram manter-se na história e consequentemente no espaço. As classes ou frações de classes mais concentradas ligadas ao agronegócio conseguiram na década de 1990 retomar boa parte do poder perdido nos anos quarenta, agora também com um renovado respaldo dos interesses da grande agroindústria, que comandou boa parte deste processo, em associação com o seu parceiro, o capital financeiro internacional. A partir disto, podemos dizer que as tentativas de reforma agrária ou, pelos menos, as políticas econômicas peronistas destinadas a dividir o grande latifúndio, apesar de lograrem um efeito conjuntural nada depreciável, não conseguiram se consolidar nas profundezas das estruturas do poder político e econômico argentino, e uma espécie de “contra-reforma agrária” veio a se precipitar já a partir de 1976, aprofundado nos anos 1990. As reformas na estrutura agrária ocorridas a partir de 1940 e os novos atores sociais que dela surgiram (pequenos e médios proprietários) só alcançaram um nível de “enraizamento” superficial na formação econômica e social argentina. As raízes daquela transformação foram relativamente pouco profundas, não chegando a mudar completamente as estruturas de poder pretéritas. A intensa tempestade neoliberal conseguiu arrastar aquela formação que tinha surgido a partir de 1940 e deformá-la. Sem dúvidas, o contexto econômico internacional da década de 1990 (mas que já se vinha configurando desde a década de 1970), procurou dizimar qualquer tentativa de levar adiante uma política progressista e nacionalista em escala regional. As facilidades técnicas surgidas durante este período facilitaram o avanço de antigos e novos capitalistas sobre o espaço rural da região pampeana, desapropriando os meios de produção dos produtores menores.

3.4.2. A “sojização” da província.

Em escala nacional, nas províncias pampeanas, o aumento das superfícies cultivadas no período 1988-2002 foi de 9,3%, mas nas províncias extrapampeanas o incremento foi substancialmente maior, na casa do 50,3%. Quer dizer que nos encontramos frente a um forte processo de expansão da fronteira agrícola, que incrementou em mais de 4.956.000 de hectares a superfície cultivada no país. As províncias do

norte argentino foram as principais protagonistas deste processo, puxadas pela forte expansão da cultura de soja (ver mapa nº 8, da expansão da soja). Nas províncias pampeanas o aumento foi de 2.651.627 hectares, chegando a um total de 31.000.000 de hectares cultivados em 2002 nesta região.

Como já foi dito, nas províncias não-pampeanas ou “extrapampeanas” do nordeste e noroeste do país, começaram a produzir produtos tipicamente pampeanos. Estas novas áreas destinadas à produção, geralmente estavam ocupadas por bosques naturais, e os produtores, depois de desmatá-los, aproveitaram a estação úmida para plantar, principalmente, soja. Este processo expansivo de plantios tradicionalmente pampeanos para províncias extrapampeanas tem continuidade depois do censo de 2002.

Em Santa Fé, a superfície plantada com soja subiu consideravelmente em todos os departamentos, excetuando Rosário, conforme visto no gráfico 11.

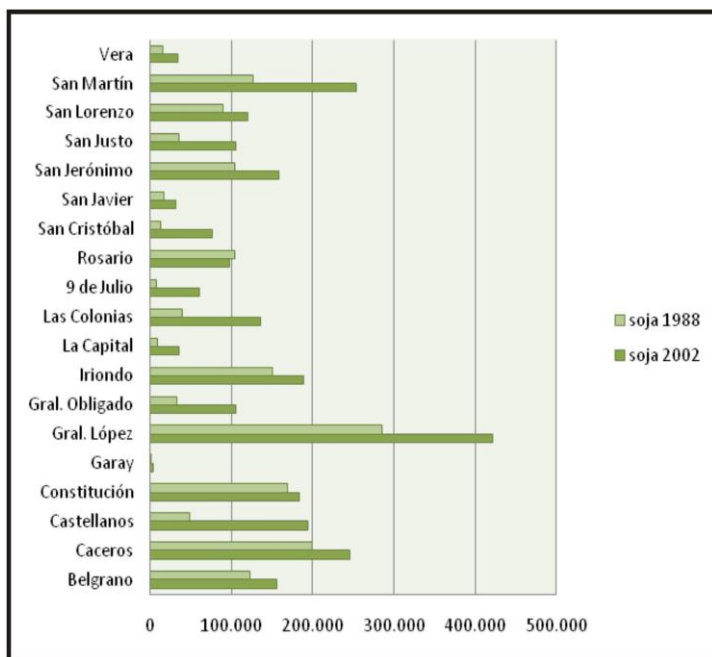


Gráfico 11- Incremento no cultivo de soja nos departamentos da província de Santa Fé, em hectares. Fonte: Elaboração própria com base a dados do INDEC, 1988 e 2002.

Como mostra o gráfico, os maiores incrementos relativos de áreas implantadas com soja se deram no centro, mas também no norte de Santa Fé, área historicamente ligada à criação de gado e à atividade florestal. A soja já tinha antecedentes no sul da província, área onde surge nos finais da década de 1960 e princípio de 1970. É por isso que nesta área o seu aumento relativo é menor, mas em termos absolutos, é no departamento sulino de Gral. López onde se logra expandir com maior intensidade em detrimento também das forragens, que eram cultivadas no extremo sul, onde as terras são de menor qualidade (ver mapa nº 7). O cultivo de trigo também cresceu na província consideravelmente, passando de 664.140 hectares em 1988 para 967.465 em 2002 (a sua superfície aumentou em 46%). Este cereal é semeado no inverno enquanto que no verão dá lugar para a soja ou o milho. Já o girassol caiu de 145.180 hectares para 80.171. Esta oleaginosa é mais eficiente na produção de óleo, mas o seu aporte protéico (e por isso a sua capacidade para produzir farelos) é menor que o da soja. O seguinte quadro indica uma tendência para a “sojização” da província em detrimento, sobretudo, das áreas antes destinadas às forragens.

Departamento:	Hectares de soja 1988.	Hectares de soja 2002	Variación absoluta:	Variación porcentual
Belgrano	122.470	155.302	32.832	26,80%
Caseros	199.821	245.098	45.277	18,50%
Castellanos	48.956	194.036	145.081	296%
Constitución	168.990	183.808	14.818	8,80%
Garay	919	4.147	3.328	362,10%
Gral. López	285.398	421.473	136.076	47,70%
Gral. Obligado	32.709	104.975	72.266	220,90%
Iriondo	150.225	188.768	38.544	25,70%
La Capital	8.993	35.680	26.688	296,80%
Las Colonias	39.646	136.501	96.855	244,30%
9 de Julio	7.434	60.759	53.325	717,30%
Rosario	104.550	97.300	-7.250	-6,90%
San Cristóbal	13.331	76.158	62.827	471,30%
San Javier	17.371	31.636	14.265	82,10%
San Jerónimo	103.912	157.737	53.825	51,80%
San Justo	35.719	105.866	70.147	196,40%
San Lorenzo	89.926	120.179	30.253	33,60%
San Martín	126.006	253.729	127.723	101,40%
Vera	15.664	34.061	18.398	117,50%
Total Santa Fe.	1.572.044	2.603.147	1.031.103	65,60%

Tabela 7- Superfície cultivada com soja e variação absoluta e relativa desse cultivo. Elaborado pelo autor com dados do INDEC, 1988 e 2002.

Departamentos	Hectares de forragem 1988	Hectares de forragem 2002	Variación absoluta	Variación %
Belgrano	45.313	27.368	-17.946	-39,70%
Caseros	42.642	19.789	-22.853	-53,60%
Castellanos	296.506	254.603	-41.903	-14,10%
Constitución	24.337	14.671	-9.666	-39,70%
Garay	2142	735	-1.407	-65,6%
Gral. López	251.286	105.278	-146.008	-58,10%
Gral.Obligado	8.053	8.469	+416	+5,20%
Iriondo	65.099	44.131	-20.968	-32,20%
La Capital	34.971	22.730	-12.241	-35%
Las Colonias	226.150	170.945	-55.805	-24,60%
9 de Julio	51.983	50.580	-1.403	-2,70%
Rosario	11.680	5.566	-6.114	-52,30%
San Cristóbal	221.080	223.812	+2.732	+1,20%
San Javier	5.360	5.027	-333	-6,20%
San Jerónimo	75.902	42.522	-33.380	-44%
San Justo	54.630	37.115	-17.515	-32%
San Lorenzo	15.951	7.997	-7.954	-49,90%
San Martín	210.478	93.658	-116.820	-55,50%
Vera	21.934	11.026	-10.909	-49,70%
Total Santa Fe.	1.666.298	1.146.020	-520.278	-31,20%

Tabela 8- Superfície cultivada com forragem, em hectares, e variação absoluta e relativa. Elaboração própria em base a dados do INDEC, 1988 e 2002.



**Foto 14- Soja em espaço público.
Foto: Pablo Bender (2010).**

A febre pela soja que se iniciou na década de 1990 fez que esta ocupasse até o espaço público na beira dos caminhos, como podemos ver na foto, na estrada que liga Humboldt com Grutly, no departamento Las Colonias, na Área Centro. Antigamente, estes espaços eram o *habitat* de numerosos insetos, répteis, pequenos mamíferos e pássaros, além de serem uns dos poucos remanescentes da flora natural da província, que não possui parques protegidos nesta área. A soja RR não permite concorrência.

3.4.3. A atividade leiteira:

O número de leiterias ou “tambos” (como são denominadas estas unidades produtivas na Argentina e no Uruguai), historicamente uma das principais atividades econômicas do centro santafesino, e que como analisamos no capítulo primeiro tinha sido impulsionada já no século XIX pelos antigos colonizadores, também caiu sensivelmente, como apontam os quadros seguintes. A vantagem técnica e econômica do cultivo de soja fez que muitos criadores de gado e beneficiadores de leite deixassem esta atividade. À escala nacional, dos 30.141 tambos existentes em 1988, passou-se para 15.529 em 2002, registrando-se, em 2008, aproximadamente 11.000 destas unidades produtivas, 64% a menos que duas décadas antes. Ao contrário desta tendência, a produção de leite no país cresceu de 6 bilhões de litros em 1990, para 10 bilhões em 2008.

Neste sentido, e apesar de ter diminuído o número de unidades de produção leiteiras na província e das áreas destinadas a forragens, o número de vacas leiteiras se incrementou. No ano 1988 existiam no território provincial 517.544 vacas, produzindo pouco mais de 1,5 bilhões de litros de leite naquele ano. Em 1995 se contabilizam 540.444 produzindo 2,4 bilhões de litros. Apesar do incremento do número desses animais ter sido de 4,23%, a produção de leite subiu em 34,42%, devido principalmente ao melhoramento genético e ao aumento da utilização da ração como suplemento alimentar proveniente da agroindústria. As melhoras genéticas permitiram um aumento da produção de leite e, apesar de não termos acesso a dados correspondentes à década de 1990, obtivemos informação para o ano de 2008, quando o país importou esperma bovino de alta qualidade pelo valor de quase 5 milhões de dólares, enquanto que exportou pouco mais de 1 milhão (ETCHEVERRY, 2009). É importante destacar que 78% dos tambos se encontram na área central da província, nos

departamentos San Cristóbal, San Martín, mas sobretudo em Las Colônias e Castellanos, segundo dados do INDEC, 2010.

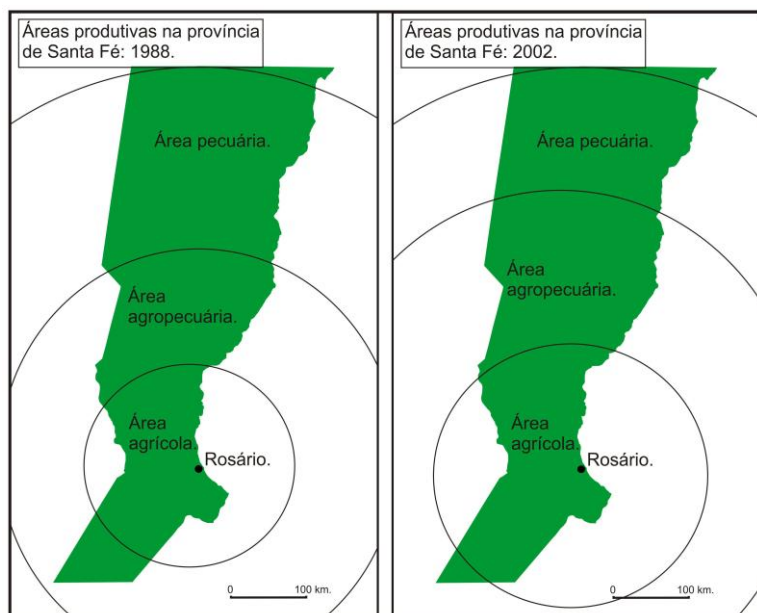
Neste sentido, o alto grau de concentração da indústria de laticínios na província, coloca aos “tamberos” em dependência e vulnerabilidade ainda maior no que diz respeito à capacidade de negociação dos preços do leite que eles produzem. A capacidade de exercer oligopsonio (quando existem no mercado poucos compradores e muitos fornecedores), por parte das indústrias, é um dos crônicos problemas do setor: oito empresas (que representam 6% de todas as indústrias de laticínios da província) processam 80% do leite santafesino. Além de ter que afrontar esta capacidade oligopsônica, durante a década de 1990, o setor industrial começou a exigir dos produtores equipes de ordenha mecânica e refrigeração de leite como condição indispensável para comprar a produção. No ano de 1988, 1909 “tambos” (22,8%) utilizavam ainda o sistema de ordenha manual, enquanto que 6.477 possuíam ordenha mecânica. Destes últimos, 4.250 (65,6%) não tinham sistema de refrigeração de leite nem faziam inseminação artificial, pelo que podemos perceber que para muito deles enfrentar os novos desafios tecnológicos e produtivos exigidos pela agroindústria não terá sido tarefa fácil. A necessidade de modernizar os “tambos” como condição *sine qua non* para se manter na atividade, determinou o endividamento⁶⁹ de muitos destes produtores ou a troca do *tambo* pela atividade agrícola. Relacionado a estas mudanças nas atividades produtivas do centro santafesino, a próxima foto representa uma cena comum na sua atual paisagem: um moinho que até pouco tempo atrás dava água ao gado leiteiro hoje está em desuso e rodeado por soja. O moinho, agora inutilizado, é um claro sinal das mudanças econômicas e espaciais no campo do centro santafesino das últimas décadas.

⁶⁹ “Hacia fines del año 1999, informes oficiales estimaban que los agricultores argentinos registraban un endeudamiento cercano a los 6000 millones de dólares con el sistema financiero. (...) A ello se unía una deuda con las empresas de abastecimiento de insumos, estimada en 3000 millones de dólares. (...) Sobre el endeudamiento con sistemas de crédito no formales (...) no se contaba con datos, pero los montos debían ser de importancia” (LATTUADA, NEIMAN, 2005, p: 89).



Foto 15- No espaço se manifesta uma inércia dinâmica: meios de produção passados convivem com os do presente. Foto: Pablo Bender (2010).

A partir dos dados já analisados, podemos compreender os seguintes mapas, que mostram de maneira esquemática as modificações nos “círculos produtivos” da província entre os anos de 1988 e de 2002. Observa-se que o círculo correspondente à agricultura se amplia avançando sobre a área mista (agropecuária) no centro e no extremo sul. Enquanto isso acontece, a área da agropecuária avança sobre o norte em detrimento da pecuária, a partir da diminuição dos pastos naturais (-180.000 hectares) e dos bosques nativos (como veremos mais adiante), aumentando a superfície cultivada com soja. Como vemos, uma adaptação dinâmica da lei dos círculos concêntricos de Von Thünen, que relaciona tipos de produção com distância ao mercado (neste caso o principal mercado agrícola argentino: Rosário) pode ser aplicada ao espaço rural santafesino.



Mapa 14: A teoria de Von Thünen aplicada à compreensão do espaço rural santafesino. Anos 1988 e 2002. Elaboração própria.

O processo de “sojização” provocou a quase extinção de outros cultivos regionais (ou não-pampeanos) em Santa Fé, como algodão e a cana de açúcar, espécies que bem se adaptam ao clima úmido e quente do norte provincial. O linho, com 53.000 hectares plantados em 1988, desapareceu da província em meados de 2002. Seu óleo foi substituído pelo de soja, e o nobre tecido que com as suas fibras se confeccionava foi trocado por panos sintéticos e os questionáveis gostos da moda. A superfície destinada ao cultivo de árvores frutíferas também diminuíram, sendo que dos 2.034 hectares existentes em 1988, restaram 1.234 (-39%) em 2002. Estas árvores eram geralmente plantadas para o consumo pessoal e familiar dos produtores, prática que é uma herança que data dos antigos colonizadores, quando o comércio estava pouco desenvolvido e os produtores, apesar de também produzirem para o mercado, destinavam boa parte das suas terras e forças produtivas à produções relacionadas ao auto-consumo. Com a especialização produtiva, o crescimento dos mercados e a tendência ao aburguesamento ou proletarianização dos colonos, este tipo de práticas foi ficando em

desuso. Neste mesmo sentido, os hectares cultivados com hortaliças experimentaram a mesma tendência à baixa.

Os espaços ocupados pelos bosques naturais também entraram em conflito com a agricultura. Segundo dados da “Secretaría de Ambiente y Desarrollo Sustentable de la Nación” só entre os anos 1998 e 2006 foram desmatadas, em Santa Fé, 32.064 hectares de bosques nativos, e a nível nacional foram 2.215.726, sobretudo no nordeste e noroeste argentino.

Cultivos não pampeanos	Ano 1988/ Hectares.	Ano 2002/ Hectares.	Variação absoluta em hectares.	Variação porcentual.
Algodão	55.424	7.867	47.557	-85,80%
Cana de açúcar	10.861	5.341	-5.520	-49,20

Tabela 9- Variação dos cultivos não pampeanos na província de Santa Fé. 1988 e 2002. Fonte INDEC, 1988-2002. Elaboração própria.

3.4.4 Máquinas e insumos.

As “semeadoras de plantio direto” permitem semear sem a necessidade de “roturar” a terra, a partir da utilização, em uma máquina, de vários instrumentos, que antes eram empregados em tempos e máquinas diferentes. Estes instrumentos possibilitam: cortar as tigueras, abrir o sulco, fixar a semente no solo, colocar adubos ou agrotóxicos e fechar o sulco. Até 1988, não se tem registro de utilização em Santa Fé deste tipo de semeadoras. Elas começam a ser introduzidas na agricultura argentina na década de 1990. Em 2002, o CNA registra 9.149 destas semeadoras na província, entre as quais são mais numerosas as que permitem semear grãos grossos (6.159 unidades), como soja, milho e girassol. As EAP dos departamentos da área sul, correspondendo com a sua histórica e natural capacidade agrícola, foram as que mais incorporaram esta tecnologia. Na campanha agrícola de 2009, 82% das terras da província foram semeadas com semeadoras de plantio direto.

A crescente utilização da “semeadora direta” na província obrigou a aumentar a potência dos tratores, pois aquelas máquinas são sensivelmente mais pesadas que as convencionais. Além disso, o aumento nas escalas de produção e no tamanho das unidades produtivas verificadas no período analisado determinou também a utilização de maiores potências e capacidades de carga. Neste sentido, os tratores com

mais de 75CV de potência (potência mínima requerida para trabalhar com semeadoras de plantio direto) aumentaram de 16.170 em 1988, para 21.228 em 2002. Os tratores com menos de 75 CV diminuíram no mesmo período de 28.095 unidades para 16.211. Em geral, a quantidade de tratores na província diminuiu de 44.270 para 37.442 ao mesmo tempo em que a quantidade de potência das unidades aumentou. O caso das “cosechadoras” é similar ao dos tratores, com uma diminuição no número destas máquinas no estrato das que apresentam potências menores, mas com um sensível aumento no número das unidades maiores.

Outras das tecnologias que fizeram a sua aparição na década de 1990 na agricultura extensiva pampeana foram as equipes para irrigação. As áreas irrigadas passaram de 13.190 hectares em 1988 para 37.421 em 2002. É interessante destacar que o departamento que mais aportou neste incremento é o sulino General Lopez (mais de 18.000 hectares), cuja produção agrícola está relacionada à agricultura extensiva de soja e trigo. Enquanto que anteriormente à década de 1990, as áreas irrigadas estavam somente relacionadas ao cultivo de arroz (nos departamentos Garay e San Javier) e de hortaliças (nos cinturões verdes que rodeiam as cidades de Rosario e Santa Fé). Vemos agora a utilização desta tecnologia aplicada aos outros produtos pampeanos.

A respeito da utilização de fertilizantes, as bondades naturais da maioria dos solos pampeanos, em combinação com a pecuária, permitiam administrar repetidamente as colheitas sem a necessidade de comprar fertilizantes no mercado. Assim, no ano 1988, das 12.297 EAP que tinham cultivado trigo na província, só 1.817 (14,77%) tinham aplicado fertilizantes, enquanto que em 2002, das 10.359 EAP com trigo, 7.384 (71,28%) fertilizaram o solo. Neste sentido, é interessante destacar que na campanha agrícola de 1988, a metade das EAP que tinham cultivado trigo não tinha aplicado nenhum agrotóxico ou fertilizante nos seus cultivos.

Quanto às relações de produção nas EAP santafesinas também se verificaram significativas mudanças no período de tempo que estamos analisando. Os trabalhadores permanentes não familiares do “produtor”⁷⁰, diminuíram, passando de 33.489 em 1988 para 22.249 (-

⁷⁰ O INDEC entende por “produtor” o seguinte: “Es una persona física o jurídica (sociedad, empresa, cooperativa, organismo oficial, etc.) que en calidad de propietario, arrendatario, aparcero, contratista accidental u ocupante, ejerce el control técnico y económico de la EAP, es decir, es quien adopta las principales decisiones acerca de la utilización de los recursos disponibles y asume los riesgos de la actividad empresarial”. Fonte: GLOSARIO op. cit.

34%) em 2002. No mesmo sentido, no CNA de 1988, se registraram 17.429 pessoas que trabalhavam de forma permanente nas EAP da província, e que eram familiares do produtor. Já para o ano 2002 se contabilizam 6.404 familiares trabalhando nas EAP (-63%). Os departamentos Las Colonias e Castellanos (na Área Centro) eram os que maior número de familiares trabalhando nas EAP apresentavam. Estes dados indicam uma diminuição dos familiares trabalhando nas EAP, bastante superior à redução sofrida pelos trabalhadores permanentes não familiares, a qual também foi muito significativa. A mão-de-obra familiar caiu sensivelmente, percebendo-se um avanço de novas relações de produção, sobretudo assalariadas, visto que estes fatos indicam uma diminuição da importância das relações de produção ligadas pela coesão familiar: a tradição, a herança, a liderança paterna ou às vezes materna, que bem caracterizam a pequena produção mercantil que deu origem à formação sócio-espacial do centro santafesino. Relacionado a isto, a população rural passou de 254.289 pessoas em 1991 para 223.903 em 2001.

Outro dado importante referente às relações de produção é o relevante número de “*medieros*”⁷¹ que se registram no centro da província, relacionados à atividade “*tambera*”. De um total de 5.664 tambos no ano 1995 na província de Santa Fé, 2.825 (49%) eram trabalhados mediante esta modalidade, na qual o trabalhador direto era retribuído em 59% dos casos, com uma percentagem que variava entre os 20 e 30% do total produzido. A “*mediería*” é uma relação de produção não capitalista, mas neste caso, inserida numa lógica econômica maior, que sim é capitalista.

Como conclusão deste capítulo, destinado a apresentar dados quantitativos sobre as sensíveis mudanças do espaço rural da província de Santa Fé entre os anos 1988 e 2002, podemos dizer que nesta década os produtores tiveram que defrontar fortes desafios econômicos relacionados ao modelo econômico neoliberal, e só quem conseguiu aumentar a sua capacidade produtiva mediante a incorporação de tecnologia e novas terras à produção, conseguiu se manter na atividade. As vantagens técnicas e econômicas da agricultura, sobretudo a da soja, adotadas nessa década, permitiram a sua expansão em detrimento de

⁷¹ “Mediero: “Es aquel trabajador que mediante un convenio con el productor realiza todas las tareas repartiéndose los beneficios de la producción en porcentajes variables entre mediero y productor.” Fonte: GLOSARIO; ob. cit.

outros cultivos e das forragens, ao passo que os “tambos” tiveram que modernizar-se, melhorar a qualidade dos seus rebanhos e incorporar maiores quantidades de ração à alimentação como condição *sine qua non* de se manter produzindo, pelo que o capital necessário para reproduzir a produção aumentou, com respeito ao período anterior. Quanto às relações de produção, vimos que a mão-de-obra familiar decresceu consideravelmente, tendendo para uma proletarianização das tarefas rurais, e que também existem, sobretudo no centro da província, empresas que utilizam relações não completamente capitalistas, mas inseridas nessa lógica, como é o caso dos “*medieros*”. Como já tinha percebido Marx, o capital vai se apropriando do espaço rural de maneira descontinua e lenta.

Na Área Sul, a incorporação de tecnologias para o regado e a utilização de fertilizantes e agrotóxicos aumentou consideravelmente, uma vez que expandiu a agricultura sobre terras antes destinadas à pecuária. No Centro da província, por isso e por outras razões já colocadas, teve também que modernizar o seu setor “*tambero*” e pecuário ou mudar para uma agricultura mais produtiva, arrendar as terras ou vendê-las. Enquanto que no Norte, a produção pecuária foi levada para terras marginais e posteriormente, passada a primeira metade da década de 1990, alguns produtores começaram a produzir sob o sistema de “*feed lot*”; sistema de criação de gado em lotes relativamente pequenos e alimentados com ração, fato que permite a liberação de terras para a agricultura, mas diminui a qualidade da carne e o bem-estar animal. O crescimento das áreas plantadas com soja foi um processo comum em toda a província, e relacionado com isto, existiu um grande aumento na utilização de herbicidas (sobre tudo glifosato), e de fertilizantes a partir da década de 1990.

Estas mudanças acontecidas no espaço rural da província de Santa Fé e de boa parte da região pampeana durante a década de 1990 acarretaram uma série de conflitos sociais que derivaram em formas de organização para a resistência e luta dos produtores afetados pelo novo modelo econômico, questão que nos seguintes parágrafos procuraremos descrever.

3.5. Os conflitos agrários.

O processo de expansão do capital agroindustrial na região pampeana, apoiado no aumento da produtividade, na concentração da terra, na eliminação de “entraves” e na especialização produtiva,

acelerou o processo de “modernização” do campo argentino, deixando fora do negócio agrícola uma grande quantidade de produtores (30% aproximadamente em toda a região pampeana). O “*Movimiento de Mujeres en Lucha*” surge na província de La Pampa como resposta desesperada das mulheres (geralmente esposas e filhas) das famílias dos produtores que tinham ordem de despejo nos seus campos, procurando, a partir de diversas manifestações públicas, conseguir acordos de pagamento de dívidas com os bancos, bastante interessados em executar as propriedades. Em Santa Fé também surgiu nessa década a “*Asociación de Deudores Hipotecários*”, com a finalidade de evitar os leilões de casas e campos dos endividados produtores.

Outro dos conflitos que este novo modelo agropecuário forçou, é de tipo ambiental e está relacionado ao uso indiscriminado de glifosato. Este potente veneno é acusado de causar a morte por intoxicação de várias crianças que moram nas proximidades dos campos fumigados. Outra trágica consequência da utilização de glifosato denunciada por vários médicos argentinos e também brasileiros está relacionada ao fato de que as fumigações com este herbicida está causando malformações em bebês recém-nascidos, sobretudo aquela conhecida como macrocefalia. Estas malformações, ainda hoje estão presentes em muitos bebês vietnamitas, cujas mães tiveram direta ou indiretamente contato com o “agente laranja”, químico utilizado como herbicida desfolhante pelos norte-americanos durante a guerra de Vietnam. Curiosamente a mesma empresa que fabricou cinquenta anos atrás o “agente laranja” hoje fabrica o glifosato “Rand Up Redy”, acionando similares consequências na saúde. Não obstante, no ano de 2009, surgiu um movimento que pretende colocar no debate da opinião pública e política este sério problema. Nesse ano se realizou o primeiro “*Encuentro de los Pueblos Fumigados*”, em uma das cidades centrais do atual sistema agrícola argentino: San Lorenzo. O encontro contou com o apoio de alguns artistas e cientistas reconhecidos no cenário nacional. Estes tipos de manifestações apontam novos caminhos nas lutas agrárias, colocando em questão o tipo de tecnologia utilizada e os interesses econômicos que elas representam. Também se somam ao debate desta nova “questão agrária”, representantes que moram em zonas “periurbanas” e em pequenas cidades, áreas geralmente prejudicadas por este tipo de práticas agrícolas, pelo que a relação entre cidade e campo se intensifica também neste sentido.

O “Grupo de Reflexión Rural” (GRR) é outra das organizações que surgiram nesta década e que tem também o seu homônimo no

Brasil, o que mostra até que ponto o modelo agrícola atual foi desenvolvido de maneira muito similar nos dois países pelo grande capital agroindustrial internacional, sobretudo no concernente ao cultivo de soja. Em sua página web (www.grr.org) procuram alertar a população sobre os perigos do atual modelo de produção agrícola, lançando também propostas tendentes a diversificar as práticas agrícolas e defender modelos “ecológicos” de produção voltados para a agricultura orgânica. Neste sentido, eles, entre outras propostas, sugerem introduzir o cultivo de batata doce em substituição à soja, a qual poderia se desenvolver com menos exigências de água, menores requerimentos de nutrientes do solo e, o que é muito importante, aportaria mais proteína que a soja por igual superfície plantada e sem necessidade de utilizar herbicidas.

Os mencionados exemplos são algumas das formas de luta que surgiram da organização de produtores e cidadãos afetados pelo modelo econômico e agrícola dos anos 1990. Quando a terra é vista só como uma maneira de enriquecer o capital agro-industrial, e quando a única saída para o crescimento econômico é o aumento da produtividade e a expropriação, acontece estes tipos de problemáticas. O Estado argentino cumpriu o seu papel de garantir a propriedade privada e a reprodução do capital, sem se incomodar com o futuro dos desapropriados e afetados pelo modelo.

REFLEXÕES CONCLUSIVAS:

As decisões políticas em matéria econômica tomadas pelo governo argentino na década de 1990 permitiram introduzir massivas inovações técnicas ao setor agrícola pampeano e aumentar intensamente a produção e a produtividade da região, logrando a partir dessa década sucessivos recordes de produção. Mas a dolarização da economia, a decisão de eliminar os impostos das exportações agrícolas (que subvencionavam ao setor público e controlavam os preços internos) e o incentivo às importações de máquinas, equipamentos, insumos e mercadorias de todo tipo, agravaram o processo de desindustrialização iniciado em 1976, gerando uma grande massa de desocupados e um profundo *déficit* na balança comercial, enquanto que a agricultura pampeana se modernizava a partir da introdução de meios de produção importados. Este processo foi financiado com créditos externos e vendas de empresas do Estado e infraestrutura pública, acabando completamente com um ciclo de políticas de corte keynesiano, que vinham dominando o cenário econômico e político argentino. Neste contexto, os setores concentrados do capital agroindustrial foram beneficiados por aquelas políticas públicas a partir da aquisição de portos, ferrovias, silos, elevadores, etc., além de conseguir a eliminação dos históricos impostos sobre as exportações agrícolas e o controle do mercado de grãos e carnes, que até então, era regulamentado pelo Estado. A partir destes fatos o setor agroindustrial, sobretudo o complexo da soja, conseguiu significativos aumentos de produção, chegando nos últimos anos a taxas de crescimento anuais superiores a 11 %.

A partir da presidência de Nestor Kirchner, em 2003, aconteceram mudanças e continuidades no modelo agroindustrial. Entre as primeiras podemos destacar a volta das *retenciones*⁷² às exportações agrícolas, que no caso da soja chegam a 35%, e 32% para o seus subprodutos: farelos e óleos. A desvalorização do peso foi outra das rupturas em matéria de política econômica com o modelo anterior, fato que permitiu diminuir custos como os de mão-de-obra, e estimulou a fabricação de insumos e maquinarias de origem nacional. Entre as continuidades no modelo econômico dos anos noventa referentes ao setor agroindustrial, podem ser destacados o incentivo à produção de biodiesel, as licenças para comercializar sementes transgênicas (como a

⁷² *Retenciones* é o nome dado aos impostos aplicados às exportações agrícolas na Argentina.

outorgada em outubro de 2010 para o milho Genuity VT Triple PRO, da Monsanto), e a contínua expansão da soja sobre áreas florestais e de pecuária.

Os importantes processos de modernização agrícola na década de 1990 tem afirmado a agricultura pampeana entre as mais competitivas do mundo. Este processo não poderia ter acontecido sem a sua crescente integração com a indústria, que além de lhe subministrar maquinarias e insumos, é o principal destino da sua produção.

Neste sentido, o sul de Santa Fé, especialmente a grande Rosario, é o motor deste “ciclo da soja”, o “funil” da produção ao exterior e o elo entre agricultura e indústria. O *up river* representa uma área central da economia argentina e a maior concentração de agroindústria de soja no mundo, comandando boa parte do espaço rural argentino. A grande concentração agroindustrial que esta cidade apresenta foi favorecida pelas barrancas do rio Paraná e a dragagem que neste se realiza, conjugado à boa fertilidade dos solos do sul santafesino e às condições históricas que nessa área se desenvolveram. No caso da região pampeana, as cadeias de agregação de valor de seus principais produtos são na maioria dos casos de capitais transnacionais, os quais remetem boa parte de seus lucros para as suas matrizes no exterior.

Um fato importante a ter em consideração, é que desafortunadamente o aprofundamento da relação entre agricultura e indústria, e das relações capitalistas de produção no espaço rural, que permitiu liberar mão-de-obra e aumentar a produção agrícola, não foi acompanhado de um processo de industrialização paralelo nas cidades. Observando e comparando os censos de população de 1988 e 2002, percebemos um aumento da população residente nas cidades até 100.000 habitantes na região pampeana. Sabemos que existiu, na década de 1990, um incremento da produção de ovos, porcos, frangos, óleos e farinhas vegetais, e que muitas destas agroindústrias se localizam nestas cidades médias. Mas infelizmente o crescimento destes setores não conseguiu dar conta da desocupação gerada pela grande retração das demais esferas industriais. Ao contrário disso, o desemprego subiu até chegar à exorbitante cifra de 30% em 1999, fato que nos permite dizer que este processo de aumento da urbanização e despovoamento rural não foi um acontecimento progressista e planejado, tal como tem acontecido em outros momentos históricos da Argentina (e também do Brasil), onde as massas de trabalhadores rurais emigravam para trabalhar nas prósperas cidades que requeriam intensamente mão-de-obra porque estavam experimentando profundos processos de

industrialização. As medidas políticas dos anos 1990 foram reacionárias, envoltas em casos de corrupção, e propiciaram o aumento das favelas, da miséria e a concentração da riqueza. Não obstante, como disse Gramsci refletindo sobre o seu conceito de revolução passiva, “é necessário formular um juízo dinâmico sobre as restaurações”. Neste sentido, o atual governo tem se beneficiado da modernização e do aumento da produção que experimentaram a agricultura e a agroindústria na década menemista, a partir da volta da aplicação de impostos às agroexportações, conseguindo acumular mediante esta iniciativa reservas recordes no Banco Central que, além de ser utilizadas para controlar o tipo de câmbio, estão sendo destinadas a pagar a avultada dívida externa. Vemos assim que se bem o governo atual procura estimular o setor agroexportador, diferente do ocorrido no modelo econômico anterior, se vale dele para subvencionar direta ou indiretamente a burguesia nacional e também aos trabalhadores (a partir de aumentos salariais e realização de obras públicas, o controle cambial, etc.), dando uma tintura nacional e popular à sua política econômica; e esta é a principal ruptura com o modelo de governo anterior.

A eliminação de um terço dos pequenos produtores da agricultura pampeana e 23% dos produtores santafesinos, como vimos, esteve ligada a questões notadamente econômicas, relacionadas ao aumento de preços via dolarização da economia, taxas de juros usurários, eliminação de subsídios estatais, e baixos preços no mercado. Neste novo contexto, a necessidade de aumentar a produtividade via expansão da superfície plantada foi de vital importância para a sobrevivência das EAP, e para que isto acontecesse muitas delas tiveram que ser expropriadas. As teorias clássicas de KAUTSKY (op. cit.) e LÊNIN (1988), que prevêm um processo de generalização das relações de produção capitalista no interior da produção agrícola via proletarianização ou aburguesamento dos pequenos produtores e modernização do latifúndio, parecem ser as mais apropriadas para explicar (pelo menos em parte) a realidade das transformações acontecidas no espaço rural pampeano durante a década de 1990.

Procuramos deixar claro neste trabalho que a província de Santa Fé não ficou alheia às mudanças em matéria econômica dos anos 1990. O seu espaço rural foi fortemente atingido, provocando sensíveis modificações na sua paisagem, na diversidade produtiva e no tamanho das EAP. Mas cada área (Noroeste, Centro e Nordeste e Sul), reagiu de maneira particular ao modelo menemista, dependendo da história fundiária e das condições naturais de cada uma. Mas também nas três

áreas analisadas encontramos processos acontecidos de maneira homogênea.

Entre as particulares modificações que o neoliberalismo causou na área Sul, podemos dizer que o processo de concentração da propriedade da terra foi relativamente menor que no setor Centro e Nordeste. Favorecidas as EAP desta área pela melhor fertilidade do solo, a proximidade ao mercado e o maior grau de capitalização que estes produtores tinham conseguido antes da década menemista. Estas questões lhes permitiram superar com relativo maior êxito a tormenta neoliberal dos anos de 1990. Além disso, a histórica especialização agrícola desta área (que é de onde surge o cultivo de soja na argentina em finais dos anos 1960) possibilitou afrontar o ciclo agrícola expansivo da década com melhor preparo técnico e sem a necessidade de realizar grandes mudanças nos produtos. Só o extremo sul da província, que estava mais ligado à pecuária, modificou em parte a sua atividade para a agricultura.

Na área Centro e Nordeste, as modificações na paisagem e no tamanho das propriedades foram maiores. A elevada subdivisão da terra que tinha sido efetuada a partir de meados do século XIX, fez com que o tamanho das propriedades fosse relativamente pequeno como para enfrentar as novas exigências de uma economia dolarizada, que demandava insumos importados encarecidos, e onde o Estado tinha abandonado o seu histórico papel de regulador do mercado, fixando preços mínimos e subsidiando fretes e insumos. As leiterias ou *tambos*, que desde cedo tinham surgido, tiveram que enfrentar o aumento nos custos de produção e modernizar as suas instalações para conseguir continuar com a produção. Ante esta situação, muitos optaram por destinar as áreas que anteriormente dedicavam à pecuária para a agricultura (especialmente de soja). Outros solicitaram créditos, que nesta década foram abundantes, mas com altos custos em juros, para renovar os equipamentos, e muitos outros tiveram que se afastar da produção por não conseguir o capital em dinheiro suficiente como para enfrentar este novo ciclo econômico que demandava maiores quantias, investimentos e produções para reproduzir a produção. Assim, a pequena produção mercantil que historicamente tinha caracterizado o centro da província, teve que avançar para formas de produção capitalistas, processo que pôde ser percebido no aumento da especialização produtiva, elevação das relações salariais de produção, diminuição da mão-de-obra familiar, despovoamento rural, entre outros processos.

O ano de 2010 parece ter se constituído na data de mudança nas desiguais condições para impor preços, que historicamente mantiveram leiterias e indústria de laticínios. As causas desta ruptura são encontradas no alto nível de concentração da produção de leite nos *tambos* que vem se registrando sem interrupções desde as últimas décadas. Esta situação parece ter colocado os produtores *tamberos* em condições de exigir preços mínimos mais elevados às indústrias. No ano de 2010, eles conseguiram em média 34 centavos de dólar por litro entregue à indústria, 42% a mais que no ano de 2009. Esta situação pode estar determinada também pelo alto preço no mercado internacional de leite em pó, mas este fato só poderia explicar em parte esta ruptura em favor dos produtores, porque o preço médio alcançado no ano de 2010 pelos *tamberos* argentinos foi superior aos pagos pelas indústrias de outros importantes países exportadores, como Nova Zelândia, Uruguai e Irlanda (www.pagina12.com.10-01-2011). A concentração da produção e a diminuição no número de produtores fazem que os *tamberos* consigam exercer uma pressão de tipo monopolista sobre a sua produção. Cabe então observar se a indústria vai ceder parte da sua taxa média de lucros aos produtores, mas o mais provável é que os consumidores terminem por pagar o preço desta nova relação de poder, entre um setor industrial oligopsónico, e outro produtor de leite cada vez mais concentrado e poderoso.

No que toca à área Noroeste, a mesma foi a menos prejudicada pelo processo concentrador de terras, pois a sua estrutura já estava bastante concentrada desde a gênese da sua formação sócio-espacial, além do que as suas terras são menos aptas para a agricultura, quando não completamente inaptas. Não obstante, o cultivo de soja se expandiu relativamente em grandes proporções, se bem que em termos absolutos não representem cifras tão importantes como no restante da província. Este fato motivou a mudança das áreas de pecuária para terras marginais como zonas inundáveis, além de provocar uma melhora na qualidade das forragens para fortalecer a produtividade das zonas de pecuária. As áreas de bosques nativos e de cultivos regionais como algodão e cana de açúcar também diminuíram consideravelmente nesta região, para dar lugar à agricultura de soja. Esta área é ainda a mais atrasada economicamente da província, a herança do colonialismo florestal inglês ainda é percebido neste espaço. Nele convivem as mais polarizadas e desiguais relações de produção da província, distintas etapas do desenvolvimento econômico (algumas delas muito atrasadas e primitivas) se percebem marcadamente em sua paisagem.

Quanto aos processos sociais, econômicos e espaciais que as três áreas da província de Santa Fé experimentaram de maneira similar, podemos dizer o seguinte: um dos fatos que mais impacto causou no espaço rural santafesino foi a “sojização” das EAP, motivadas pelas facilidades no seu cultivo e a economia de tempo e insumos que ela proporciona ao produtor. Neste mesmo sentido, o aumento das produções via modernização das técnicas foi outro dos processos experimentados com relevância no espaço rural santafesino, mas para renovar e modernizar os meios de produção foi necessário aumentar as escalas, a fim de que a reprodução ampliada permitisse acumular o capital em dinheiro suficiente para renovar os equipamentos. Por isso, ainda que o processo concentrador de terras tenha variado segundo as áreas nas em que dividimos a província, todas elas o experimentaram, provocando a expropriação e encerramento de numerosas EAP, contribuindo para agravar a frágil situação econômica do país. Além disso, alguns remanescentes que ainda se conservavam de tempos pretéritos, vinculados a relações de produção não-capitalistas, como a presença de mão-de-obra familiar nas EAP, a produção para o auto consumo dentro da mesma exploração e a residência do produtor no espaço rural onde trabalha, foram se modificando para dar passo ao aumento de relações salariais de produção, despovoamento rural, abandono das moradas rurais e especialização produtiva.

Outra questão que podemos trazer à reflexão e da qual podemos extrair comparações e estabelecer generalizações, são as semelhanças existentes na formação sócio-espacial argentina e brasileira, principalmente no que diz respeito ao papel destes países como grandes produtores de alimentos e a forma de organizar essa produção. E não é questão apenas de enumerar similaridades ou diferenças nos processos históricos respectivos, mas perceber processos homônimos. Em menor escala, a formação sócio-espacial da Área Centro de Santa Fé pode ser comparada com a próspera região do vale do rio Itajaí, estado de Santa Catarina, sul do Brasil. Por sua vez, o setor noroeste santafesino possui uma formação sócio-espacial que de certo modo se assemelha ao ocorrido no início do século XX na região do “Contestado”, entre os estados de Santa Catarina e Paraná, no sul brasileiro, com influência nesta área do grande capital externo estadunidense (a empresa florestal *Lumber*); a exemplo de La Forestal, no caso argentino, e em ambos também, com a presença de relações de produção pré-capitalistas presentes nos seus domínios territoriais e similares formas de organização da produção. O avanço do cultivo de soja nos últimos anos,

tanto na Argentina como no Brasil, é outra das semelhanças que podemos encontrar nestes dois países.

Também temos que considerar que na exportação de soja estão embutidos não só óleos e proteínas, mas também grandes quantidades de fertilizantes naturais presentes no solo pampeano. Neste sentido, um trabalho feito pelo Ministério da Produção da província de Santa Fé para a campanha agrícola 2004-2005 revelou que o equivalente a aproximadamente 2.727.700 toneladas em fertilizantes presentes nos grãos foram extraídos do solo na província de Santa Fé, como princípios nutritivos minerais. Isto representa no mercado um valor de U\$S 2.910.181.602. O informe também revelou que se o nível de reposição dos elementos nutritivos do solo vai se incrementando ano após ano mediante aplicação de substâncias fertilizantes, esta quantidade é ínfima tendo em consideração a grande extração de nutrientes que os cultivos agrícolas, especialmente a soja, realizam (SEVESO e outros. op. cit).

Não obstante, não queremos neste trabalho criticar o desenvolvimento da tecnologia e da ciência, ou em outras palavras, dos meios de produção que surgiram ou se aperfeiçoaram na década de 1990. Ao contrário, cremos que muitos destes têm contribuído para aliviar o pesado trabalho do homem no campo, mas outros, ao mesmo tempo, parecem perversos e perigosos, constituindo em grandes negócios de empresas sem escrúpulos que comandam a indústria alimentícia mundial. Relacionado à falta de ética no setor agroindustrial, no começo de 2011, funcionários do Ministério de Trabalho argentino acharam, num campo bonaerense, propriedade da empresa Nidera, famílias inteiras que trabalhavam em condições de escravidão. Estas famílias foram trazidas da província de Santiago del Estero e colocadas para morar em casinhas de latão no quente verão de Buenos Aires, sem nenhum tipo de serviço público, nem sequer água e luz. Os trabalhadores contaram que buscavam água para beber, cozinhar e tomar banho, em recipientes vazios de glifosato, porque a empresa tinha lhes oferecido baldes para carregar a água, mas ao exorbitante preço de 20 pesos cada um. Também relataram à imprensa (na verdade à parte da imprensa que não vive da publicidade do agronegócio) que se eles decidissem voltar para Santiago, porque essas foram as suas intenções depois de perceber os abusos, tinham que pagar à empresa 600 pesos, como forma de comprar a sua liberdade. Depois disso, funcionários da “*Administración Federal de Ingresos Públicos*” também descobriram que empresa Nidera, uma das maiores empresas do mundo, tinha

sonegado valores exorbitantes de impostos mediante o registro de compras realizadas a empresas fantasmas e outras formas de sonegação (www.pagina12.com-7/12/2010).

A sociedade e o governo argentino se acham atualmente num paradoxo entre crescimento econômico, proteção de recursos e assistência aos pequenos produtores que ainda subsistem. Dada a conjuntura atual de altos preços internacionais, sobretudo, nos de soja e leite em pó, o crescimento econômico da China, somadas a já concentrada produção agrícola pampeana, é difícil que o modelo agroexportador atual mude a curto e médio prazo; ao contrário, parece que só tenderá a se aprofundar. Boa parte das bancadas opositoras ao kirchnerismo, ligadas ao setor agroindustrial, já tem anunciado reduções significativas aos impostos às exportações agrícolas em caso de ganhar nas eleições presidenciais deste ano (2011).

Um dos desafios para os próximos governos será orientar-se para continuar com o aprofundamento do processo de transformação das proteínas vegetais em proteínas animais dentro do mesmo território argentino, sobretudo de carne de boi e laticínios. Os animais teriam que ser criados sobre forragem, e não em *feed lot*, situação que tenderia a aumentar a qualidade do solo e reduziria o preço da carne, questão muito importante na opinião pública argentina e no indicador de inflação. Outro passo à frente seria diminuir a dependência de tecnologias criadas pela grande indústria e alentar novas formas de produção e produtos que poderiam surgir fora do monopólio, o que permitiria reduzir a histórica dependência argentina aos mercados agroindustriais internacionais, além do que os governos deveriam encaminhar esforços no sentido de promover a formação de novas colônias agrícolas, sobretudo nos desérticos vales patagônicos.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO:

ANALISIS del transporte marítimo. Bolsa de Comercio de Rosario – Informativo Semanal N° 1261. Disponible en: www.centrodenavegacion.com.ar. Consultado 25 de octubre de 2009.

AZARETTO, R. “Historia de las Fuerzas Conservadoras”. Centro Editor de América Latina. Buenos Aires. 1983.

AZCUY AMEGHINO, E. A.. “Trincheras en la historia. Historiografía, Marxismo y debates”. 2º Edición. Buenos Aires: Ed. Imago Mundi, 2008.

BALSA, J. “Las formas de producción predominantes en la agricultura pampeana al final de la primera expansión agrícola (1937). ¿Una vía "argentina" de desarrollo del capitalismo en el agro?”. Mundo Agrario. Revista de estudios rurales, n° 3, segundo semestre de 2001. Centro de Estudios Histórico Rurales. Universidad Nacional de La Plata. 2001.

BARSKI, O. GELMAN, J “Historia del agro argentino. Desde la conquista hasta comienzos del siglo XXI”. 3º ed. Sudamericana. Bs.As. 2009. 584. pag.

BASUALDO, E. “Concentración y centralización del capital en Argentina durante la década del noventa.” UNQ. Bs. As. 2000.

BRAC, M.: “La industria del quebracho colorado. Trabajo y vida cotidiana en los pueblos de La Forestal”. Disponible en: www.econ.uba.ar/planfenixeconomias_regionalescomision%20dii-brac%204pdf. Acceso: 25-nov-2009.

ARTILLA DEL CIRCUITO HISTÓRICO DE LA GALLARETA, 2009.

CISNEROS, A. ESCUDÉ, C. Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina. Grupo Editor Latinoamericano. Buenos Aires. 2000.

CONTE, A. ETCHEPAREBORDA M., MARINO, M. VÁSQUEZ RÓVERE: “Oleajinización de la agricultura argentina”. 2006. Disponible en: www.ecopuerto.com/bicentenario/informes/OleaginizacionAgricArg.pdf. Acceso: 30/06/2010.

CONSTITUCIÓN de la República Argentina, con las reformas de 1860-1866-1898- 1957 y 1994. Ed. CAPSA. Bs As. 1995. 51 p.

CLARIN: “Roberto Urquía, El aceitero kirchnerista”. Edição impresa do día 07-04-08.

DÁNGELO, M. “Geografía de Santa Fé”. In: Nueva enciclopedia de la provincia de Santa Fé. Ed. Sudamérica. Santa Fé. 1991.

DOBB, M. “A evolução do Capitalismo.” 7º ed, trad. M. do R. Braga, RJ.: Guanabara, 1987.

ETCHEVERRY, M: “Situación y perspectivas del mercado interno y de exportación de semen bovino”. Disponível em: http://www.forodegeneticabovina.com/pdfs/01_etcheverry_mariano.pdf. Acesso: 5/11/2010.

FERRER, A. “La Economía Argentina. Desde sus orígenes hasta principios del siglo XXI”. Bs. As. Ed: Fondo de Cultura Económica. 2007. 383 pag.

FOSSATI, F. “Deuda externa de Latinoamerica”. Ponencia presentada en el Encuentro Internacional por una Estrategia Común: La Deuda Externa y el Fin del Mileno. Caracas. 2001. Disponível em: www.e-libro.net. Acesso: 10-05-2010.

GALEANO, E. “As veias abertas da América Latina.” RJ.: ed. Paz e Terra: 1992.

GALLO, E. “La pampa gringa. La colonización agrícola en Santa Fe (1870-1895. 2º edic. Ed. Sudamericana. Buenos Aires. 1984. 333 p.

GUIMARÃES, A. “O complexo agroindustrial como etapa e via de desenvolvimento da agricultura.” Revista de Economia Política. Vol. 2/3. 1982.

GLOSARIO de términos utilizados en el Censo Nacional Agropecuario 2002. Instituto provincial de Estadísticas y Censos (IPEC). Disponível em: http://www.indec.gov.ar/agropecuario/glosario_cna2002.pdf. Acesso em 10/10/2009.

GORI, G. “Diario del colonizador Enrique Wollenweider. UNL. Santa Fé. 1958. 111 p.

----- “La Forestal. La tragedia del quebracho colorado”. Mauro Yárdin Ediciones. Santa Fe. 2006.

GUARNIERI ORTIGOZA, S.A.; CRIONI R. “A bolha especulativa e a produção de espaço residencial nos Estados Unidos”. Geosul, v23, n 45, p 7-26, jan. Jun. Florianópolis. 2008.

GSCHWIND, J.J.: Historia de San Carlos. Instituto de Investigaciones Históricas- UNL. Rosario. 1958.

GRELA, P.: “El grito de Alcorta. Historia de la rebelión campesina de 1912”; Ed. Tierra nuestra, 2ª edición, 1997.

INDEC, Censo Nacional Agropecuario de 1988 e 2002. Disponível em: <http://www.santafe.gov.ar/index.php/web/guia/estadistica?lista=6244>. Acesso: 21/04/2010.

----- “Censo Nacional de Población y Vivienda. Año 2002. <http://www.indec.mecon.ar/>. Acesso 07/05/2010.

----- “Importación y exportación por principales aduanas. Años 1999 y 2003”. Disponível em: <http://www.indec.mecon.ar/>. Acesso 07/05/2010.

----- “Exportaciones argentinas por regiones, años 2005 e 2008”. Disponível em: <http://www.indec.mecon.ar/>. Acesso: 05/03/2010.

JAMES, C. “Estado de La Industria Argentina de Biodiesel”. Reporte Segundo Cuatrimestre 2009. Camara Argentina de energías renovables. Disponível em: <http://www.biodiesel.com.ar/download/CADERbiodiesel92009.pdf>. Acesso: 20 de setembro de 2009.

JAY, P. “A riqueza do homem. Uma história econômica”. Tradução M. T. Machado. Record. RJ. 2002.

KAUFMANN, R. “El cautivo de los indios. Vida de un colonizador suizo de Esperanza, Romang, Florencia y Las Toscas”. Junta Provincial de Estudios Históricos. Santa Fe. 1997. 175 p.

KAUTSKI, K. “A Questão Agrária”. Proposta Universitária. Tradução de C. Iperoig. SP. 1980.

MAMIGONIAN, A. “Industria”. Atlas de Santa Catarina. GAPLAN. 1986.

----- “Kondratieff, ciclos médios e organização do espaço”. Geosul, v. 14, n. 28, p 152-157, Jul- dez. Florianópolis. 1999.

MARX, K. “Prefacio a la contribución a la crítica de la economía política.” Ateneo. Caracas. 1980.

----- “O Capital”. Caps. I, XXIV, XXV, XXXIX e XL. Rio de Janeiro. Ed. Bertrend. 1988.

LA NACIÓN: “Cargill fue la empresa que más exportó”. Noticias de Economía: Jueves 9 de agosto de 2007 | Publicado en edición impresa.

-----“Buenas señales para Hidrovía SA tras la audiencia”. Noticias de Comercio exterior. Martes 3 de marzo de 2009 | Publicado en edición impresa.

LATTUADA, M. NEIMAN, G.: “El campo argentino, crecimiento con exclusión.” Ed. Capital Intelectual. Buenos Aires, 2005. 96 p.

LÊNIN, V. I. “O Programa Agrário da Social Democracia na primeira revolução russa de 1905-1907”. Cap. 5: “Dois tipos de evolução agrária burguesa”. Trad. Port.? RJ: Ed. Vitoria, 1954.

-----“El imperialismo, fase superior del capitalismo. Ed. Libertador. Bs. As. 2005. 128 p.

----- “O desenvolvimento do Capitalismo na Russia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria”. Trad. P. Bezerra, 3º ed. Nova Cultural, SP 1988.

LÓPEZ, G.M: “Evolución y perspectivas del complejo oleaginoso argentino en relación al de EUA y Brasil. Potencial y limitantes.” Disponible em: www.producirconservando.org.ar. Ingreso: 4-7-2010.

ODDONE, J. “Historia del Socialismo Argentino”. Tomos 1 e 2. Centro Editor de América Latina. Buenos Aires. 1983.

Pagina12.com “Con la vaca lechera atada”. Editado em edição online no dia 27-12-2010.

-----“Tecnología agrícola”. Editado em edição on line no dia 09-01-2011.

PERROUX, F. “O conceito de polo de crescimento”. IBGE. 1975.

PIGNA, F: “Biografia de Julio Argentino Roca”. Disponible em:<http://www.elhistoriador.com.ar/biografias/r/roca.php>. Acesso: 7/5/2010.

QUARÍN,D. RAMIREZ,C. “La Gallareta, una mirada histórica en el año de su centenario”. Ed.: Comuna d la Gallareta. La Gallareta, provincia de Santa Fé. 2005.

RANGEL, I. “História da dualidade brasileira”. Rev. Ec. Pol., nº 4. 1981.

REVISTA: Alimentos argentinos. “China: las negociaciones y los acuerdos”. Secretaría de Agricultura, Ganadería y Pesca (SAGPyA). N° 27. 2005.

----- “Cadenas Alimentarias: Aceite de soja”. N° 24. SAGPyA. 2004.

SANTOS, M. “Espaço e sociedade”. Vozes, Petrópolis. RS.: 1979.

----- “Território e sociedade, entrevista com Milton Santos”. Ed. Fundação Perseu Abramo. SP. 2000.

SEVESO. M. A, COZZI, A.B., LUENGO, J.J.: “Nutrientes extraídos por los granos en los principales cultivos de la provincia en la campaña agrícola 2005-2006”.

Disponível em:

[http://www.santafe.gov.ar/index.php/web/content/download/57994/282561/file/Descargar.pdf](http://www.santafe.gov.ar/index.php/web/content/download/57994/282561/file/Descargar.pdf%20nutrientes) nutrientes. Acesso: 21/05/2010.

SILVA, M. A. “As origens da burguesia industrial e o tipo de evolução capitalista do nordeste catarinense (uma nota crítica). Geosul. V 16. N 31. p 101-111. jan-jun. Florianópolis. 2001.

----- “Mudanças geoeconômicas no capitalismo mundial na segunda metade do século XX”. Geosul. V 16. N 31. p 7 a 40. jan-jun. Florianópolis. 2001.

SCHOBINGER, J. “Inmigración y colonización suizas en la República Argentina en el siglo XIX”. Instituto de Cultura Suizo Argentino. Buenos Aires. 1957. 231 p.

TARDITI, J 2000. La crisis mundial de los 70 y los 80 observada a partir de la evolución de la industria automotriz. Doc. N° 23.

TAKAHACHI, K. “Uma contribuição para o debate”. In: Sweezy, P. et. al. “A transição do feudalismo para o capitalismo”. 5 ed. RJ. Paz e Terra. 2004.

TEDESCHI, S.; PRIAMO, L. Introducción a “Vistas de la provincia de Santa Fe. 1888-1892. Fotografías de Hernesto Schlie”. Ed. El Litoral. Santa Fe. 2000. 95 pags. 2000.

TERRAGNO, R. “La simulación. Argentina y el FMI: dos décadas de mentiras y autoengaños.” Planeta. Buenos Aires. 2005.

VELÁZQUEZ, G. “Geografía y bienestar. La situación local, regional y global de la Argentina luego del censo de 2001”. Buenos Aires: Ed. Eudeba, 2008.

VISTAS de la provincia de Santa Fe. 1888-1892. Fotografías de Hernesto Schlie. Ed. El Litoral. Santa Fe. 2000. 95 pags.

WAIBEL, L. “A lei de Thünen e a sua significação para a geografia agrária”. In: “Capítulos de geografia tropical e do Brasil.” IBGE. s.l. s.d.